

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O PESSOAL É POLÍTICO:

a violência sexual e de gênero como instrumento de manutenção do poder estatal no regime ditatorial argentino (1976-1983)

Taís Souza Carareto

UBERLÂNDIA

2020

TAÍS SOUZA CARARETO

O PESSOAL É POLÍTICO:

a violência sexual e de gênero como instrumento de manutenção do poder estatal no regime ditatorial argentino (1976-1983)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Débora Figueiredo Mendonça do Prado

Linha de Pesquisa: Política Externa e Instituições Internacionais.

UBERLÂNDIA

2020

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

C261 Carareto, Taís Souza, 1992-
2020 O pessoal é político [recurso eletrônico] : a violência sexual e de gênero como instrumento de manutenção do poder estatal no regime ditatorial argentino (1976-1983) / Taís Souza Carareto. - 2020.

Orientadora: Débora Figueiredo Mendonça do Prado.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,
Pós-graduação em Relações Internacionais.

Modo de acesso: Internet.

Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2020.338>

Inclui bibliografia.

Inclui ilustrações.

1. Relações Internacionais. I. Prado, Débora Figueiredo Mendonça do, 1983-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação em Relações Internacionais. III. Título.

CDU: 327

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1J - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4595 - www.ppgri.ie.ufu.br - secppgri@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico, número 43, PPGRI				
Data:	20 de março de 2020	Hora de início:	15:00	Hora de encerramento:	17:00
Matrícula do Discente:	11812RIT019				
Nome do Discente:	Taís Souza Carareto				
Título do Trabalho:	O pessoal é político: a violência sexual e de gênero como instrumento de manutenção do poder estatal no regime ditatorial argentino (1976-1983)				
Área de concentração:	Política Internacional				
Linha de pesquisa:	Política Externa e Instituições Internacionais				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	Women in politics: a comparative analysis of the action of women's coalitions in Brazil and United States				

Reuniu-se em sessão pública, facilitada por meio de tecnologia de webconferência do Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, assim composta: Professores Doutores: Paula Drumond - PUC-RJ; Lara Martim Rodrigues Selis - UFU; Débora Figueiredo Mendonça do Prado - UFU; orientador(a) do(a) candidato(a).

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Débora Figueiredo Mendonça do Prado - UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Debora Figueiredo Mendonça do Prado, Professor(a) do Magistério Superior**, em 20/03/2020, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lara Martim Rodrigues Selis, Professor(a) do Magistério Superior**, em 26/03/2020, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paula Drumond Rangel Campos, Usuário Externo**, em 03/04/2020, às 13:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1942807** e o código CRC **9FAABDA7**.

*À minha mãe, ao meu pai
e ao meu irmão*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Ana Patrícia e Edmar, pelo amor e apoio incondicionais. Ao meu irmão, João Pedro, pelas risadas e leveza. Vocês são minhas maiores inspirações.

Agradeço à minha família e, em especial, à minha avó Áurea, por compartilhar comigo sua fé interminável.

Agradeço aos meus amigos, que tornam a rotina algo especial. Aos que estiveram comigo em Uberlândia e aos que permaneceram comigo em pensamento.

Agradeço aos funcionários do PPGRI-UFU, especialmente, ao Vinícius, pela ajuda sempre gentil.

Agradeço aos professores do PPGRI-UFU pelas reflexões. Particularmente, ao Haroldo e ao Aureo por oferecer a primeira oportunidade de estágio docência.

Agradeço às professoras e ao professor que compuseram as bancas de qualificação e defesa pela leitura atenciosa e contribuições.

Agradeço à minha orientadora, Débora, pelo suporte, compreensão e liberdade.

Agradeço ao GENERI-UFU pelas discussões enriquecedoras.

Agradeço à CAPES pelo auxílio financeiro, que possibilitou dedicação exclusiva a esta pesquisa.

Agradeço à Naomi por partilhar a vida.

Legado

*me levanto
sobre o sacrificio
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
o que é que eu faço
para tornar essa montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além*

Rupi Kaur

RESUMO

Esta pesquisa busca examinar o uso da violência sexual e de gênero por parte do Estado durante a ditadura militar na Argentina (1976-1983). Nesse sentido, o objetivo central desta investigação está em analisar e explicar de quais formas a relação entre gênero, corpo e violência associa-se ao uso instrumental da violência sexual e de gênero fomentado pelo Estado para a manutenção do seu poder no regime ditatorial argentino. A hipótese por ora apresentada argumenta que, no caso em questão, este modelo de ação violenta configura uma prática política, com base em construções generificadas, por meio da qual o Estado exerce seu poder através dos corpos dos indivíduos. Nesse sentido, argumenta-se que o discurso de produção da diferença, da construção do Outro - o "inimigo interno" -, permitiu que o corpo físico (especialmente de mulheres) fosse transformado em espaço de intervenção e disputa política, dando forma política ao corpo. Assim sendo, com intuito de comprovar a hipótese inicial, será feita a revisão da bibliografia específica e a análise qualitativa e quantitativa de documentos e relatórios oficiais, valendo-se do arcabouço teórico-analítico oferecido pelas teorias feministas das Relações Internacionais e dos estudos de gênero.

Palavras-chave: violência sexual e de gênero; poder estatal; corpos; ditadura.

ABSTRACT

This research aims to examine the use of sexual and gender-based violence by the State during the military dictatorship in Argentina (1976-1983). In this sense, the main purpose is to analyze and explain in what ways the relationship between gender, body and violence is associated with the instrumental use of sexual and gender-based violence promoted by the State to maintain its power during the Argentine military regime. The hypothesis argues that, in this specific case, this model of violent action represents a political practice, based on gendered constructions, through which the State exercises its power through individual's bodies. It is argued that the discourse of difference, by constructing the Other, the "internal enemy", allowed bodies (especially the women's ones) to be transformed into a space for political intervention and dispute, politicizing the body. Therefore, in order to prove this hypothesis, the specific bibliography will be reviewed and a quantitative analysis of official documents and reports will be made, using the theoretical-analytical framework offered by feminist theories of International Relations and gender studies.

Keywords: sexual and gender-based violence; State power; bodies; dictatorship.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Objetivos e ações das operações contra-subversivas	56
Tabela 2. Violências sexuais e de gênero identificadas nos depoimentos de mulheres no informe Nunca Mais (CONADEP, 1984)	77
Tabela 3. Violências sexuais e de gênero identificadas nos depoimentos de mulheres apresentados na sentença completa da Causa ESMA Unificada (PODER JUDICIAL DE LA NACIÓN, 2018)	79
Tabela 4. Violências sexuais e de gênero identificadas nos depoimentos de mulheres apresentados no documento Y Nadie Quería Saber (MEMORIA ABIERTA, 2012)	81
Tabela 5. Violências sexuais e de gênero identificadas nos depoimentos de mulheres apresentados na obra Putas y Guerrilleras (LEWIN, WORNAT, 2014)	83

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Justificativa	16
1.2 Marco teórico	17
1.3 Estrutura do trabalho	22
2. GÊNERO, CORPO, PODER E VIOLÊNCIA: ANTIGAS RELAÇÕES, NOVAS PERSPECTIVAS	24
2.1 O conceito de gênero	24
2.2 Poder, corpo e violência: lançando luz para o uso político do corpo	30
3. O REGIME DITATORIAL ARGENTINO (1976-1983): ENTRE A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E O TERRORISMO DE ESTADO	45
3.1 Militarismo e poder político: a Doutrina de Segurança Nacional	45
3.2 O Terrorismo de Estado: medo e clandestinidade	61
4. TORTURA E VIOLÊNCIA: O CORPO DA MULHER ENQUANTO CAMPO DE BATALHA	69
4.1 Memórias e silêncios: o depoimento enquanto fonte de informação	69
4.2 A violência sexual e de gênero na ditadura militar argentina (1976-1983): uma análise a partir dos depoimentos	74
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
6. REFERÊNCIAS	103

1. INTRODUÇÃO

Em termos gerais, a violência de gênero é percebida em níveis simbólicos a partir das ordens e hierarquias definidas em termos de masculinidades e feminilidades – incluindo, para além das relações sociais, todo o universo observado (CARVALHO, 2011). Já a violência sexual, entendida enquanto uma das formas de manifestação da violência de gênero, é definida, em suma, como toda e qualquer violência dirigida aos órgãos sexuais (JOFFILY, 2010) – abrangendo agressões morais, psicológicas, físicas e verbais.

O uso estratégico da violência sexual e de gênero não é um fenômeno recente; recente é o reconhecimento dos significados deste tipo de violência para os moldes do conflito (SKJELSBÆK, 2012). Antes da década de 1990, a ocorrência da violência sexual em conflitos era amplamente invisível – “se não invisível, era trivializada; se não trivializada, era considerada uma questão privada ou justificada como um inevitável subproduto da guerra, a recompensa necessária para os homens lutadores” (COPELON, 2000, p. 220).

Historicamente, comprova-se que a ocorrência da violência sexual durante a guerra é tão antiga quanto a guerra em si (SKJELSBÆK, 2012). Relatos da Grécia Antiga, de casos de estupro por parte de cavaleiros e peregrinos durante a marcha à Constantinopla na Primeira Cruzada (1096-1099); das Guerras de Religião na França (1559-1568); e também da Revolução Americana (1775-1783) – na qual a violência sexual foi usada pelas tropas britânicas como forma de opressão colonial (BROWNMILLER, 1975); evidenciam o uso do estupro em conflitos longínquos. Mais do que isso, desnudam os espólios da guerra para as mulheres e, ainda, corroboram a já mencionada tese da invisibilidade e a condescendência com relação a esta prática (COPELON, 2000; MOURA, 2015).

É imperioso mencionar, nesse sentido, que a violência sexual e de gênero (especialmente o estupro de guerra) se fez presente – e deveras expressiva – em diversos dos conflitos do último século. Soldados alemães estupraram mulheres belgas durante a invasão deste país na Primeira Guerra Mundial; armênias foram estupradas durante o genocídio de 1915; no decorrer do “Estupro de Nanking”, 1937-1938, japoneses assediaram chinesas e, mais do que isso, criaram bordeis para “satisfazer” seus soldados; russos celebraram a derrota alemã, 1944-1945, com estupros em massa de milhões de mulheres (alemãs, polonesas, russas e judias); estadunidenses estupraram vietnamitas nos anos 1960 e criaram bordeis próximos às suas bases militares; soldados paquistaneses estupraram mulheres bengalis em 1971; na década de 1990, milhares de mulheres foram estupradas durante a Guerra da Bósnia-Herzegovina e o genocídio de Ruanda (LEVENKRON, 2010).

Nesse sentido, conforme realça Susan Brownmiller (1975), a descoberta do homem de que sua genitália poderia servir como arma para gerar medo figura entre as mais importantes da pré-história. Desde então, o papel desempenhado pela violência sexual e de gênero nos conflitos é crucial. Vale destacar, ainda, que o uso instrumental da violência sexual e de gênero refere-se ao seu aspecto sistemático, politizado e estratégico – e não a atos aleatórios ou a um mero subproduto dos confrontos. Assim sendo, exige análises e ações substantivas (BUSS, 2009; NIARCHOS, 1995; SEIFERT, 1994).

Neste ponto, é deveras relevante evidenciar que, para além do uso estratégico em guerras e conflitos tradicionais, é possível observar a execução da violência sexual e de gênero por parte do Estado contra sua própria população civil. Destacam-se, nessa direção, os regimes militares que tomaram o poder em diversos países da América Latina no decorrer do século XX. Considerando, fundamentalmente, a semelhança entre os relatos dos casos de violência sexual e de gênero; a quantidade de materiais e dados disponíveis sobre o período e a preponderância regional deste país; faz-se imperiosa a análise do caso específico da ditadura militar da Argentina (1976-1983). É relevante destacar que a escolha do caso argentino especificamente se deu, ademais, porque se entende que, no país, o Terrorismo de Estado foi executado em sua versão mais completa e – dentro dos seus objetivos – eficiente; uma vez que, apesar de ter uma duração curta com relação às demais, foi a ditadura com o maior número de vítimas do Cone Sul (JOFFILY, 2010).

Conforme pontua Padrós (2005), este tipo de regime carrega consigo dinâmicas complexas de violência, fundamentadas no Terrorismo de Estado – o qual, em seus dizeres, caracteriza “um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com o respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo” (PADRÓS, 2005, p. 64). Com efeito, dentre os mais diversos tipos de ações violentas fomentadas pelo Estado argentino, sobleva-se aquela especialmente direcionada às mulheres: a violência sexual e de gênero. Isto porque, em consonância com Jelin (2012), ao analisar os relatórios existentes, verifica-se que é comum a representação do corpo feminino como um “objeto especial” para os torturadores – de modo que a violência sexual e de gênero se fazia intensa e frequente nos tratamentos a elas destinados. Com efeito, tem-se que “os corpos das mulheres – suas vaginas, seus úteros, seus seios –, ligados à

identidade feminina como objeto sexual, como esposas e como mães, eram claros objetos de tortura sexual” (JELIN, 2012, p. 130, tradução livre)¹.

Nessa direção, a problemática que guiará a presente pesquisa é: de quais formas a relação entre gênero, corpo e violência associa-se ao uso instrumental da violência sexual e de gênero fomentado pelo Estado para a manutenção do seu poder no regime ditatorial na Argentina (1976-1983)?

Diante disso, a hipótese que por ora se apresenta indica que, no caso em análise, o uso sistemático e estratégico da violência sexual e de gênero configura uma prática política, com base em construções generificadas, por meio da qual o Estado exerce seu poder através dos corpos dos indivíduos.

Aqui se sublinha outro traço distintivo dos regimes ditatoriais: a busca pela construção de uma comunidade homogênea – pautada na centralização da autoridade política (e do poder coercitivo), responsável por delimitar as características de pertencimento e, em outro giro, por executar práticas de homogeneização patológica (RAE, 2002). Nessa toada, é acentuado o exercício discursivo de construção da diferença como um esforço no sentido de desumanização das vítimas. Ademais, sob a justificativa do discurso anticomunista, do “inimigo interno”, e, em conjunto às visões generificadas de mundo, era conferida legitimidade para o uso massivo dos mecanismos de terror impulsionados pelo Estado (CONTREIRAS, 2017).

Mais do que isso, com esta hipótese inicial, argumenta-se que o discurso estatal de produção da diferença, de construção do Outro – o “inimigo interno” –, permitiu que o corpo físico (especialmente de mulheres) fosse transformado em espaço de intervenção e disputa política. Como pontua Alves (2011), esta articulação entre violência sexual e prática política, sustentada nas bases do gênero, dá forma política ao corpo. Em seus dizeres,

A invasão violenta do corpo da mulher representa um ataque à dignidade, à identidade e à autonomia do sujeito, destituindo-o da capacidade de controle sobre seu próprio corpo. É nessa esfera que a soberania abandona os limites estatais e passa a transformar e dominar a vida do indivíduo, entrando no âmbito da biopolítica, com sua ênfase sobre os modos de dominação e controle do viver individual (ALVES, 2011, p. 114)

Em consonância com Foucault (1988, p. 131),

¹ No original: “Los cuerpos de las mujeres – sus vaginas, sus úteros, sus senos -, ligados a la identidad femenina como objeto sexual, como esposas y como madres, eran claros objetos de tortura sexual”.

(...) Esse poder sobre a vida desenvolveu-se (...) em duas formas principais; que não são antitéticas e constituem, ao contrário, dois pólos de desenvolvimento interligados por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos (...) centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anatomo-política do corpo humano. O segundo (...) centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma bio-política da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida.

Entendidos segundo estas perspectivas, política e poder distanciam-se das usuais concepções do *mainstream* das Relações Internacionais. Convergindo com a tese de Cynthia Enloe (2014), tem-se a ênfase em diferentes meios de construção e manutenção do poder estatal – tal como, por exemplo, o controle sobre as mulheres e sobre significados de masculinidades e feminilidades enquanto elemento central para o exercício da política, para construção da imagem do Estado e para seu relacionamento com os demais. Desse modo, desmistifica-se, ainda, a histórica separação entre espaço público e privado – indicando os pontos de contato entre política internacional e esfera privada.

Isto posto, para alcançar tais fins, o procedimento técnico adotado primeiramente será de caráter exploratório, baseado em pesquisa bibliográfica, fundamentada em materiais já desenvolvidos acerca da temática – tais como: livros, publicações em periódicos e artigos científicos. Isto é, será revisada a bibliografia especializada com o objetivo central de mapear o estado da arte sobre poder, violência, gênero e corpo nas Relações Internacionais. Desse modo, para além das clássicas referências e correntes teóricas da área, serão dedicadas buscas por literatura latino-americanas para, de certa forma, buscar aproximar a conceitualização ao contexto no qual está inserido o objeto de estudo desta pesquisa.

Em seguida, no que tange ao seu emprego pelo aparelho estatal durante a ditadura militar na Argentina (1976-1983), somando-se à coleta dos dados por meio da revisão da literatura acadêmica específica, serão analisados qualitativa e quantitativamente documentos e relatórios oficiais (tal como o informe Nunca Mais publicado pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas [CONADEP], por exemplo). Busca-se, nesse sentido, categorizar e sistematizar os dados disponibilizados nos documentos e relatórios oficiais em tabelas para a posterior análise – combinando, desta forma, os métodos quantitativo e qualitativo visando alcançar os resultados esperados. Neste ponto, é importante realçar que,

considerando que existem questões “não ditas” nos relatórios e documentos oficiais, serão empreendidos esforços para realizar uma leitura dos mesmos a partir das lentes feministas adequadas para a análise de violações de direitos humanos, por exemplo. Assim, busca-se, dentro das limitações desta pesquisa, realçar as vozes vindas dos corpos violentados – para que estes deixem de figurar apenas enquanto objetos de estudo.

Para além do já mencionado exame empírico, a revisão destes documentos oficiais, valendo-se do suporte teórico-analítico oferecido pelas teorias feministas em RI e do gênero enquanto categoria de análise, é deveras importante para identificar a influência de visões de mundo generificadas nos procedimentos, medidas e ações adotados no caso em questão. Ademais, buscar-se-á identificar padrões e repetições nos modelos de ações violentas utilizados pelo Estado argentino.

Desse modo, a escolha por esta metodologia – análise aprofundada e descrição sistemática de situações específicas (exame da relação entre violência, gênero, corpo e poder estatal na ditadura argentina) – tem como objetivos principais: a) identificar fenômenos políticos e sociais e descrevê-los sistematicamente; b) avaliar e formular hipóteses explicativas; e c) obter *insights* sobre mecanismos causais².

1.1 Justificativa

Esta pesquisa aborda um tema que, mesmo presente nos mais antigos conflitos, em certa medida, mantém-se silenciado até os dias de hoje. Como resultado, tem-se que o uso estratégico e sistematizado da violência sexual e de gênero nos conflitos latino-americanos especialmente, configura uma temática recentemente explorada na disciplina de Relações Internacionais. É proveitoso pontuar, também, que são mais incomuns as investigações que analisam o uso instrumental da violência sexual impulsionado pelo Estado contra sua própria população civil. Com efeito, o estudo sobre as dinâmicas do uso estratégico da violência sexual e de gênero nos regimes ditatoriais latino-americanos figura enquanto um debate deveras mal contado da história recente da região. Assim sendo, esta pesquisa se propõe a apresentar uma nova leitura acerca deste fenômeno e colocá-la em diálogo com o contexto maior da literatura de Relações Internacionais e de Ciência Política.

² COLLIER, David. Understanding Process Tracing. *Political Science and Politics*, vol. 44, n. 4, 2011, pp. 823-830.

Ao lançar luz sobre violações que foram historicamente trivializadas, destaca-se a relevância do estudo aqui proposto. Estabelecer processos e correlações no que tange à relação entre gênero, corpo, violência e poder estatal é fundamental não só para a melhor compreensão acerca do tema em si, mas, também, pela contribuição acadêmica que fornece aos estudos de Relações Internacionais – ao promover novas abordagens, que são substanciais para a compreensão de situações contemporâneas. Mais do que isso, considerando as feridas abertas deixadas pela ditadura na Argentina, esta pesquisa se justifica enquanto esforço necessário em favor das vítimas e do não esquecimento para evitar a banalização do mal.

De primordial relevância teórica e prática para a área das Relações Internacionais, analisar o uso estratégico da violência sexual e de gênero impulsionado pelo Estado por meio das lentes oferecidas por esta pesquisa – e as novas percepções acerca do poder que daí resultam – é acadêmica e humanamente indispensável.

1.2 Marco teórico

O sistema internacional, a partir da década de 1980, foi demarcado por consideráveis transformações. O final da Guerra Fria, o colapso da União Soviética e do socialismo real, as tensões no que tange à integração europeia, a ascensão de novos conflitos, são alguns exemplos dos eventos que caracterizam estas grandes alterações nas relações internacionais. Dessa forma, é possível observar que novas e plurais questões – e preocupações – passaram a ocupar, ainda que timidamente, a agenda das Relações Internacionais. Isto porque, considerando as mudanças que demarcaram o cenário internacional do período, questionavam-se as formas pelas quais a política internacional vinha sendo entendida e explicada (TICKNER, 2001).

Ao mesmo tempo, e em consonância com os questionamentos mencionados acima, destaca-se o então chamado Terceiro Debate das Relações Internacionais. Com início também na década de 1980, este movimento caracteriza-se pela contestação, por parte de teóricos/as pós-positivistas, dos fundamentos epistemológicos e ontológicos da disciplina. Desafia-se, portanto, o caráter positivista e empiricista das teorias tradicionais das RI (LAPID, 1989).

Foram refutadas, então, as teses autodeclaradas como “verdades universais” sobre o sistema internacional e o comportamento dos Estados que demarcam o campo das RI. Com forte influência de teóricos como Derrida, Foucault e Deleuze, as abordagens pós-positivistas argumentam que toda forma de conhecimento é socialmente construída e influenciada pelo

período, local e contexto social do/a pesquisador/a. Assim, evidencia-se a estreita conexão entre discurso e conhecimento e, principalmente, a centralidade desta relação para a manutenção do poder. Portanto, compreende-se que, ao se apresentar como uma explicação objetiva da realidade, o *mainstream* das RI significa, na verdade, uma ideologia que legitima e sustenta a ordem internacional vigente (TICKNER, 2001).

É nesse cenário, de proliferação das novas formas de perceber as relações internacionais, que as teorias feministas e os estudos de gênero aproximam-se do campo de estudo das RI. Em *Bananas, Beaches and Bases*, destaca-se o questionamento que motivou tantos outros estudos sobre gênero e RI: onde estão as mulheres? Assim, Cynthia Enloe (2014) refere-se não às relações internacionais *per se*, mas às propostas de investigação das RI. Entende-se que os feminismos, em sua pluralidade, examinam as diferentes questões sobre o poder: como ele opera, como é legitimado e como é perpetuado.

Nesta obra, que é um dos clássicos da literatura feminista na disciplina de RI, expõem-se as diversas formas pelas quais a política internacional frequentemente relaciona-se à esfera privada. Evidencia-se que as relações entre Estados dependem não apenas de capital e armamentos, mas também do controle e manutenção sobre as mulheres e sobre os símbolos e significados que pairam sobre feminilidades e masculinidades (ENLOE, 2014).

Nesse sentido, Jacqui True (2005) salienta que os comportamentos dos Estados – na busca por segurança, segundo a definição tradicional³ – são descritos em termos generificados, de modo que os discursos estratégicos, por exemplo, estão pautados em masculinidades. Assim, os feminismos indicam os possíveis impactos destes discursos para as “prescrições” que usualmente são feitas em RI e, mais do que isso, apontam para as possíveis razões pelas quais as perspectivas das mulheres (e as mulheres em si) usualmente não são consideradas em questões de segurança nacional. Aqui, é proveitoso retomar a influência que exercem os/as teóricos/as da linguagem para as abordagens feministas, considerando que estas investigam os usos estratégicos da linguagem nos discursos estatais para entender como estes moldam, legitimam e constroem as ações políticas. Ademais, como sublinha Tickner (2001), compreende-se que a valorização do conflito e da guerra por meio da identificação destes com um tipo heroico de masculinidade depende, por outro lado, de uma noção feminizada de paz como inatingível.

³ No conhecido artigo “The renaissance of Security Studies”, Stephen Walt (1991) sintetiza que o foco essencial dos estudos de Segurança é o fenômeno da guerra – isto é, o estudo da ameaça, do uso e do controle da força militar e das condições que fazem com que este uso seja mais provável.

Outra importante contribuição dos feminismos está em expor que a histórica separação entre esfera pública e privada impactou na construção e evolução das instituições (políticas e econômicas) em todos os níveis – preservando o distanciamento entre mulheres e centros de tomada de decisão, silenciando suas vozes e perspectivas. Com efeito, os feminismos questionam as normas e regras sobre as quais as instituições internacionais foram fundadas. Indaga-se, nesse sentido, até que ponto conceitos políticos generificados são transpostos para o nível nacional e internacional (TICKNER, 2001).

Ademais, os feminismos enfatizam que os conceitos chave de Relações Internacionais são generificados – uma vez que resultam de um contexto social e político no qual a hegemonia masculina foi institucionalizada. Nessa direção, entende-se que as noções basilares da disciplina – como poder, soberania, autonomia, anarquia, segurança e os níveis de análise – identificam-se exclusivamente com experiências e conhecimentos masculinos, já que este campo de estudo (e de atividade) é majoritariamente dominado por homens. Diante disso, gênero é incorporado com uma categoria de análise relevante para a compreensão das relações de poder. Com efeito, estas teorias deslocam o foco de estudo de RI da usual relação homem/Estado/guerra para atores e estruturas transnacionais – isto é, lançando luz àqueles que, por muito tempo, estiveram invisíveis às RI: atores não-Estatais, povos marginalizados e concepções alternativas de poder (TRUE, 2005).

Motivados por uma agenda normativa emancipatória, os feminismos direcionam seus esforços para redefinir e reformular a política. Considerando o caráter masculino e generificado das instituições internacionais e do Estado, os feminismos apontam para a relevância de articulações que estão além destes espaços. Destaca-se, assim, o potencial transformador dos movimentos sociais transnacionais e de organizações não-governamentais – não só pela promoção da agenda feminista internacionalmente, mas também pela influência que exercem na redefinição da política (TICKNER, 2001).

Em *Gendering World Politics*, Tickner (2001) evidencia algumas das possíveis contribuições dos feminismos para as RI. Nesse sentido, uma das formas pelas quais os feminismos distinguem-se do *mainstream* deve-se ao fato de adotarem, em suas análises, uma abordagem multidimensional – indo além das distinções binárias tradicionais (como ordem/anarquia, interno/externo, por exemplo) – visando a emancipação. Considera-se o indivíduo, que permaneceu às margens até então, como ponto de partida. Assim, assinala Tickner (2001, p. 48, tradução livre)⁴, “feministas procuram entender como a segurança dos

⁴ No original: “Feminists seek to understand how the security of individuals and groups is compromised by violence, both physical and structural, at all levels”.

indivíduos e dos grupos está comprometida pela violência, física e estrutural, em todos os níveis”. Com efeito, esta perspectiva vale-se de análises *bottom-up* – considerando os estudos de gênero para entender os modos pelos quais as estruturas sociais desiguais (frutos de construções generificadas) impactam na segurança de grupos e indivíduos marginalizados.

Nesse sentido, é imperioso mencionar que, diferentemente dos estudos tradicionais de Segurança – que focam sua análise nas causas e consequências dos conflitos (mediante a perspectiva *top-down*, estrutural) – os feminismos direcionam seus esforços para investigar o que acontece durante os conflitos, ou seja, os seus impactos para a população civil no geral, relativo ao indivíduo. Consequentemente, é desafiado o chamado “mito de proteção” das Relações Internacionais (segundo o qual conflitos são travados para proteger mulheres, crianças e outros grupos considerados “vulneráveis”) ao ressaltar os altos níveis de civis que são vítimas das “casualidades” das guerras contemporâneas (TICKNER, 2001).

Desse modo, tem-se que as abordagens feministas, por meio das lentes dos estudos de gênero, oferecem novas – e necessárias – concepções acerca da violência sexual e de gênero. Esta, por sua vez, é entendida como uma forma política de agressão, de exercício de poder, caracterizada por dinâmicas de gênero.

O arcabouço teórico proporcionado pelas teorias feministas e dos estudos de gênero, portanto, demonstra-se fundamental para estudar o uso estratégico da violência sexual e de gênero. Isto porque, como defende Skjelsbæk (2012), não se pode entender a importância política da violência sexual durante o conflito armado sem considerar as formas pelas quais as diferenças de gênero moldam (e são moldadas) pela guerra. São os modos pelos quais as identidades e as dinâmicas de gênero se tornam politizadas que sustentam a “eficácia” do uso estratégico da violência sexual.

Os feminismos subalternos⁵, em sua pluralidade, também oferecem contribuições relevantes nesse sentido. A violência sexual ocupa um espaço relevante nos encontros entre feminismos e pós-colonialismo, uma vez que é percebida como uma somatória do poder colonial com o poder patriarcal. Conforme pontua Luciana Ballestrin (2017, p. 1038),

A violência sexual em particular aparece como fundamental para entendermos a violência colonial em geral. O corpo feminino pode ser pensado como o primeiro

⁵ Expressão utilizada por Ballestrin (2017) referindo-se à subalternidade dentro do próprio feminismo. São considerados subalternos em razão da posição antagônica que ocupam diante de feminismos hegemônicos: ocidentais, brancos, universalistas, eurocêntricos e de Primeiro Mundo – incluindo diversos movimentos de mulheres feministas (acadêmicos ou não). Nas palavras da autora, “em geral, esse amplo espectro de caracterizações está relacionado com marcações geopolíticas, étnico-raciais e culturais” (BALLESTRIN, 2017, p. 1040).

“território” a ser conquistado e ocupado pelo colonizador (homem, branco, cristão, europeu e heterossexual). Nas mais diversas situações de conflitualidades violentas, a vulnerabilidade do corpo feminino é acentuada: desde as conquistas coloniais, às guerras civis e interestatais, às ocupações e intervenções militares. Imperialismo, colonialismo e guerras foram, em geral, empreitadas masculinas e masculinizadas. Nesses contextos, a violação do corpo feminino por homens colonizadores, militarizados ou armados, do lado “amigo” ao “inimigo”, repete-se histórica e violentamente.

Nesse sentido, tem-se que as novas formas da guerra carregam consigo impactos significativos sobre o papel e as posições ocupadas pelos corpos das mulheres no contexto belicoso. Entende-se que a violência empregada contra as mulheres passa a ocupar lugar central enquanto objetivo estratégico nestas novas dinâmicas de conflito. Com efeito, àqueles que não ocupam espaços de adversários armados nos embates (mulheres e crianças) passa a ser destinada uma “pedagogia da crueldade” (SEGATO, 2014). Assim, observa-se uma crescente exploração sobre o feminino que se manifesta em formas de aniquilação do corpo como nunca antes. É importante mencionar, aqui, que estes debates, proporcionados pela antropóloga argentina Rita Laura Segato (2014), serão retomados e apresentados com maior profundidade no primeiro capítulo do presente trabalho.

Assim, as interconexões entre corpo, gênero, colonialidade e violência são problematizações significativas para os feminismos do Sul global. Considerar estes pontos de contato permite identificar relações de poder que foram historicamente obscurecidas nas sociedades coloniais modernas e patriarcais do continente sul-americano.

Outra importante contribuição proporcionada pelas perspectivas dos feminismos subalternos está em oferecer olhares do Sul para questões do Sul. Como sustenta Ballestrin (2017), a existência de uma geopolítica do conhecimento faz com que seja reproduzida a lógica colonial em termos acadêmicos – isto é, teorias pretensamente universais são criadas no Norte global e, então, incorporadas ao redor do mundo. Com efeito, os feminismos subalternos apontam para o caráter colonial destas teorias, indicando que – frequentemente – as mulheres do Sul são por estas representadas de forma estereotipada e distante de noções de agência, libertação, emancipação e autonomia (MOHANTY, 2008 apud BALLESTRIN, 2017).

Por fim, ao analisar os impactos que o conflito tem sobre os indivíduos marginalizados, entende-se que é possível notar as desiguais relações de gênero que sustentam as atividades militares. Estas, que ocupam papel central nas Relações Internacionais, devem ser encaradas como construções sociais sustentadas por bases generificadas. Assim, ao analisar o caso específico da ditadura na Argentina (1976-1983), os estudos de gênero e os

feminismos (em sua diversidade) permitem observar que a compreensão do conflito enquanto dependente dos “mitos de proteção” não se faz suficiente para justificar as ações violentas impulsionadas pelo Estado. Nessa toada, é questionado o papel central do Estado enquanto provedor de segurança – uma vez que, na ditadura em questão, por exemplo, este era fonte de contínua violência e repressão contra a população civil.

1.3 Estrutura do trabalho

Esta dissertação contará com cinco seções principais: uma introdução, três capítulos e as considerações finais. Na primeira delas, a introdução, serão expostos os pontos que servirão como fio condutor do presente trabalho: apresentação do tema e do contexto em que se insere, problema de pesquisa, hipótese, justificativa, objetivos e procedimentos de pesquisa.

No primeiro capítulo, o objetivo central está em oferecer o arcabouço teórico-analítico essencial para a realização da análise que aqui se propõe. Dessa forma, em um primeiro momento, serão apresentadas as principais conceitualizações acerca do conceito de gênero – valendo-se das perspectivas de Joan Scott e de Rita Laura Segato. Em seguida, serão evidenciadas diferentes concepções acerca do poder, violência, morte e corpo, passando pelas obras de Hannah Arendt, Michel Foucault, Achille Mbembe e, novamente, Rita Laura Segato. Busca-se, deste modo, formar um conjunto de entendimentos que se articulam e são capazes de proporcionar interessantes chaves analíticas para se examinar pontos de contatos entre estes termos.

Já o segundo capítulo será dedicado essencialmente ao levantamento histórico sobre o regime ditatorial argentino, visando examinar como se deu a instauração e o desenvolvimento do regime militar na Argentina, entre 1976 e 1983. Isto é, em suma, o objetivo deste capítulo está em contextualizar o problema desta pesquisa, indicando algumas das principais fundamentações do regime militar argentino que, em certa medida, “permitiram” e “justificaram” as violações que aconteceram no período.

O terceiro capítulo, por sua vez, tem como propósito a análise do caso em questão. Serão examinadas as relações entre a Ditadura de Segurança Nacional na Argentina e a violência sexual e de gênero – evidenciando o papel do corpo da mulher como campo de batalha. Em um primeiro momento, serão apresentadas algumas questões necessárias sobre o uso dos depoimentos enquanto fonte de coleta de informações, da construção de memórias

públicas a partir de narrativas de experiências privadas. Posteriormente, é feito o estudo do uso da violência sexual e de gênero no decorrer da ditadura militar argentina (1976-1983). Desse modo, são apresentadas tabelas com sistematizações dos dados obtidos na análise dos depoimentos de mulheres sobreviventes. Por fim, são traçados e apresentados os paralelos entre o *modus operandi* das ações violentas e as principais conclusões alcançadas. O foco, portanto, está em avaliar o emprego deste tipo de violência e suas relações com o gênero, o corpo e o poder.

Por fim, nas considerações finais, serão retomados os principais pontos da pesquisa e serão revisados os principais argumentos desenvolvidos ao longo dos capítulos.

2. GÊNERO, CORPO, PODER E VIOLÊNCIA: ANTIGAS RELAÇÕES, NOVAS PERSPECTIVAS

O presente capítulo tem como objetivo fundamental proporcionar o arcabouço teórico-analítico que servirá como base para a investigação aqui proposta. Dessa forma, busca-se mapear o estado da arte do tema na área, assim como apresentar as definições dos conceitos que servirão como fio condutor para a análise que será realizada no decorrer dos próximos capítulos. É importante ressaltar que, para além das contribuições proporcionadas pelas tradicionais referências da área, serão também apresentadas perspectivas do chamado Sul global.

Com efeito, em um primeiro momento, serão expostas algumas das principais concepções sobre o conceito de gênero, identificando nas formulações de Joan Scott e de Rita Laura Segato as teorizações que darão suporte à análise. Em seguida, serão trabalhadas diferentes percepções acerca de poder, morte, violência e corpo. Combinando as singularidades das reflexões de Hannah Arendt, Michel Foucault, Achille Mbembe e Rita Laura Segato acerca destes termos, compõe-se um conjunto de concepções deveras produtivo para se examinar o uso instrumental da violência sexual e de gênero fomentado pelo Estado argentino durante o regime ditatorial e as suas relações com o poder.

2.1 *O conceito de gênero*

As formulações do gênero, na década de 1970, são fundamentalmente resultados dos esforços do movimento feminista para oferecer uma nova ferramenta de análise – como alternativa às categorias que eram utilizadas até então – capaz de “apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres” (SCOTT, 1994, p. 14). Pode-se dizer, nesse sentido, que gênero representa um convite a um diferente olhar acerca da realidade, uma vez que propõe uma nova percepção sobre as diferenças entre masculinidades e feminilidades. Assim, gênero contesta diretamente a concepção segundo a qual a anatomia, a biologia, determinam o destino e o papel social do ser humano. Nesse sentido, o movimento feminista de segunda onda⁶ valeu-se da concepção de que o gênero associa-se às diferenças produzidas na cultura –

⁶ Piscitelli (2009) descreve a trajetória do feminismo, enquanto movimento social e teórico, como sendo delineada por algumas “ondas”. Entende-se que a primeira delas teve início no final do século XIX e início do século XX e trouxe consigo uma significativa mobilização no continente europeu e nos Estados Unidos

apontando para o fato de que as desigualdades entre masculino e feminino pertencem à esfera social (PISCITELLI, 2009).

Com efeito, valendo-se do gênero enquanto categoria de análise, é imperioso evidenciar as contribuições de Joan W. Scott. Esta, por sua vez, considera gênero como a organização social da diferença sexual e, então, propõe uma reflexão a respeito de como as hierarquias de gênero são construídas, legitimadas, contestadas e mantidas. Ou seja, faz-se fundamental compreender, em seus dizeres, “como os significados subjetivos e coletivos de homens e mulheres [...] foram construídos” (SCOTT, 1994, p. 14-19). Isto porque, ademais, para a historiadora, “gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Em um dos grandes clássicos sobre o tema – o artigo “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”, originalmente publicado em 1986 –, Scott (1995) destaca os frequentes usos descritivos de gênero. Na sua forma mais simples, tem-se o uso de gênero enquanto sinônimo de “mulheres”. Objetiva-se, desta forma, denotar mais erudição e seriedade ao trabalho – uma vez que, comumente, entende-se que este termo é mais objetivo e neutro que “mulheres”. Isto é,

“Gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nesta utilização, o termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível) (SCOTT, 1995, p. 75).

Esta foi uma postura adotada pelo movimento feminista, dos anos 1980, em busca de legitimidade acadêmica para sua produção científica. Desta forma, o conceito incluía as “mulheres” sem nomeá-las – ou seja, sem se referir explicitamente a elas; pretendia-se não parecer uma ameaça crítica.

Ainda no que tange ao gênero enquanto categoria descritiva, Scott (1995) evidencia que o conceito, neste momento, refuta a concepção segundo a qual as informações e experiências de homens e mulheres devem ser analisadas enquanto esferas separadas e independentes. Isto porque, na verdade, entende-se que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens e, nesse sentido, o estudo de um implica no estudo do outro. Gênero, aqui,

fundamentalmente. Já o feminismo da “segunda onda” – além das reivindicações por igualdade de direitos, pelo direito ao corpo, ao prazer e contra a subordinação masculina – problematizava as raízes culturais da desigualdade entre homens e mulheres.

refere-se não apenas às mulheres, mas também aos homens – destacando o aspecto relacional entre ambos.

Nessa direção, ademais, é fundamental mencionar que este uso corrobora a tese de que as identidades subjetivas de homens e mulheres – e os diferentes papéis impostos a cada um – são construções sociais, rejeitando, então, o determinismo biológico como justificativa para a subordinação das experiências femininas. Portanto, de acordo com esta perspectiva, conclui-se que o gênero é “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1995, p. 75).

Em outro giro, porém, Scott (1995) sublinha a insuficiência do uso descritivo do gênero – que ficou restrito ao domínio das relações entre os sexos e à inclusão de novos temas à ciência. Deste modo, pouco alterou o *mainstream* das ciências humanas – fazendo com que diversos outros temas (tal como a história das mulheres), como indica Marília P. Carvalho (2011, p. 103), permanecessem “como um apêndice confinado a sua própria especificidade”. Com efeito, os estudos de gênero foram considerados irrelevantes para as reflexões sobre política e poder, por exemplo, uma vez que as *high politics*, a guerra e a diplomacia, não têm em seu centro temas “relativos às mulheres” (aparentemente). Consequentemente, como pontua Scott (1995, p. 76), o uso descritivo do gênero, apesar de lançar luz para as experiências femininas, “não tem poder analítico suficiente para questionar (e mudar) os paradigmas [...] existentes”.

Assim sendo, Scott (1995) argumenta que só é possível entender como o gênero funciona nas relações sociais humanas, como dá sentido à percepção do conhecimento e, ainda, apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres, se este for utilizado enquanto categoria de análise.

É no debate instaurado pelo pós-estruturalismo que as feministas conquistaram espaço para trilhar uma via teórica própria e desenvolver o conceito de gênero como categoria de análise. Com forte influência da noção foucaultiana (FOUCAULT, 1981), Scott (1994, p. 12) define gênero como “o saber a respeito das diferenças sexuais”, sendo este saber sempre relativo e seus usos e significados frutos de disputas políticas. Mais do que isso, enquanto saber, gênero representa um princípio de classificação e ordenação do mundo. Daí são originadas ordens que categorizam e hierarquizam ideias, instituições, estruturas, práticas e relações sociais em termos de gênero – de masculinidades e feminilidades (CARVALHO, 2011). Portanto, “gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Além disso, Scott (1995, p. 13) afirma que

Gênero é a organização social da diferença sexual. O que não significa que gênero reflita ou implemente diferenças físicas fixas e naturais entre homens e mulheres, mas sim que gênero é o saber que estabelece significado para as diferenças corporais.

Ressalta, ademais, que estes significados são atribuídos e diferenciados de acordo com as culturas, os grupos sociais e o tempo, uma vez que não existe nada na anatomia que determine a organização social. Nessa direção, evidencia-se que, segundo a concepção de Scott (1995), o conceito de gênero equivale a uma categoria teórica que relaciona um conjunto de significados e símbolos construídos a partir da percepção da diferença sexual. Desta forma, servem como uma lente através da qual é construído e compreendido todo o universo observado (CARVALHO, 2011).

Ainda no que tange às diferentes construções de significados, para pesquisar gênero no Sul global – e, mais especificamente, na América Latina –, é imperioso ressaltar as contribuições da antropóloga argentina Rita Laura Segato (2012). Valendo-se de relatos etnográficos e de evidências históricas, propõe-se que as relações entre o chamado mundo pré-intrusão e a modernidade colonial sejam analisadas mediante as transformações do sistema de gênero. Entende-se que as relações de gênero são onipresentes em toda a vida social e que a colonização trouxe consigo profundas alterações nesse sentido. Todavia, destaca-se que

Não se trata meramente de introduzir o gênero como um tema entre outros da crítica descolonial ou como um dos aspectos da dominação no padrão da colonialidade, mas de conferir-lhe um real estatuto teórico e epistêmico ao examiná-lo como categoria central capaz de iluminar todos os outros aspectos da transformação imposta à vida das comunidades ao serem capturadas pela nova ordem colonial/moderna (SEGATO, 2012, p. 116).

Assim, Segato (2012) defende a existência de uma pré-história patriarcal da humanidade, caracterizada por um dualismo de gênero – que foi substituído por uma ordem moderna binária ao longo do processo colonizador. O que se observa, no mundo-aldeia, é a existência de uma organização patriarcal de baixa intensidade na qual, divergindo do gênero ocidental, prevalecem relações duais hierárquicas entre masculinidades e feminilidades. Em outras palavras, embora existam desigualdades em termos de gênero, ambos são dotados de plenitude ontológica e política e, ainda, são igualmente relevantes para o funcionamento do corpo social. Já no mundo colonial moderno, a relação entre os termos é caracterizada por um binarismo suplementar, isto é, um suplementa o outro. Conseqüentemente, “quando um desses termos se torna ‘universal’, quer dizer, de representatividade geral, o que era hierarquia

se transforma em abismo, e o segundo termo se converte em resto e resíduo: essa é a estrutura binária, diferente da dual” (SEGATO, 2012, p. 122).

Segato (2012) lança luz, também, para a existência de um discurso pretensiosamente igualitário e universal que predomina no espaço público republicano do mundo colonial moderno. De modo que, ao mesmo tempo em que a antiga ordem é rompida e reconstituída, são preservados nomes, marcas e rituais que envolvem estes novos símbolos e significados em termos de gênero. Assim, sendo disfarçadas pelo manto das nomenclaturas precedentes, objetiva-se promover posições associadas às masculinidades. Com efeito, em outro giro, mulheres e noções de feminilidades são marginalizadas e mantidas externas ao exercício de poder.

Mesmo brevemente, vale mencionar que – para além do seu – outros dois posicionamentos são apresentados por Segato (2012) acerca das relações entre gênero e colonialidade/modernidade dentro do pensamento feminista. O primeiro deles é o feminismo eurocêntrico, que argumenta pela universalidade da dominação patriarcal e de gênero. Valendo-se desta universalidade, é justificada a possibilidade de difusão dos avanços da modernidade em termos de direitos às mulheres não-brancas, indígenas e negras colonizadas. Segato (2012) aponta para o fato de que esta perspectiva sustenta as mulheres do Norte global em posição de superioridade, conferindo-lhes autorização para uma forma de nova missão civilizadora-colonial/modernizadora. O segundo posicionamento é aquele adotado por feministas que defendem a inexistência do gênero no mundo-aldeia, pré-intrusão – sendo percebido, então, como imposição da colonialidade/modernidade. Esta perspectiva, por sua vez, é contestada por diversas pesquisas históricas e etnográficas realizadas por Segato (2012) sobre a existência de nomenclaturas de gênero em sociedades tribais e afro-americanas.

Por fim, a antropóloga argentina conclui que o esforço para descolonizar o gênero está em “entender que viver de forma descolonial é tentar procurar brechas em um território totalizado pelo esquema binário, que consiste possivelmente no instrumento mais eficiente do poder” (SEGATO, 2012, p. 126).

Isto posto, é notável que são diversas as interpretações acerca do conceito de gênero. O seu uso abrange desde uma gama de posicionamentos teóricos e políticos até o seu simples uso descritivo – como a relação entre os sexos conforme mencionado anteriormente. Como pontua Scott (2012), mais de duas décadas após a publicação de seu clássico sobre o tema, ainda não existe uma clareza ou coerência para a categoria de gênero. Na verdade, tem-se que

[...] não há “uso ordinário, geralmente aceito” para gênero; ao contrário, é um lugar de debate intenso. [...] Parece não haver um único lugar no qual o gênero possa confortavelmente ou finalmente repousar. E é justamente por isso que estes debates são políticos (SCOTT, 2012, p. 332)

Desta forma, as incertezas que pairam acerca do gênero fazem com que o tema seja algo pelo qual se deve estar constantemente em luta. Isto porque, como fora mencionado, gênero está relacionado à significação das relações de poder. De modo que, de diferentes maneiras, as estruturas hierárquicas que categorizam o mundo são construídas sobre as percepções da relação “pretensamente natural” entre o masculino e o feminino.

Ainda sobre a relação entre poder e saber, é imperioso mencionar que a forma que o último toma “indica uma política que define e reforça prioridades, reprime certos temas em nome da maior importância de outros, naturaliza certas categorias e desqualifica outras” (SCOTT, 1994, p. 25) – isto é, a produção acadêmica reflete, segundo esta lógica, “um tipo particular de instituição cultural que endossa e publicita construções de gênero” (SCOTT, 1994, p. 25).

Assim, o uso do gênero como categoria de análise representa um instrumento que possibilita criar um novo saber mediante a crítica e a reflexão sobre os processos pelos quais este tem sido produzido nas mais diversas disciplinas. Assim sendo, Scott (2012, p. 346) evidencia que

[...] gênero é um lugar perpétuo para a contestação política, um dos locais para a implantação do conhecimento pelos interesses do poder. É por esta razão que gênero se mantém um conceito útil para análise crítica. Se pegarmos gênero como um guia não simplesmente como homens e mulheres tem sido definidos em relação ao outro, mas também que visões da ordem social estão sendo contestadas, sobrepostas, resistidas e defendidas nos termos de definições masculino/feminino, chegaremos a uma nova visão sobre as diversas sociedades, culturas, histórias e políticas que queremos investigar.

Portanto, a busca por responder às diversas questões que o gênero carrega consigo possibilita o surgimento de novos pensamentos, interpretações e – inclusive – políticas. É fundamental pontuar, então, o papel significativo que esta categoria representa em termos políticos e teóricos. Ademais, destaca-se que o gênero, enquanto categoria de análise, tem ocupado papel central no movimento feminista – considerando seu potencial de contestação social e de transformação dos paradigmas das ciências humanas e sociais.

Por fim, é imperioso mencionar que, segundo as análises aqui expostas, gênero – enquanto sistema simbólico – permite que todo o universo observado seja classificado, diferenciado e hierarquizado – não apenas os papéis atribuídos a homens e mulheres. Desta

forma, portanto, evidencia-se o potencial explicativo do gênero para questões que, aparentemente, estão além dos temas “relacionados às mulheres” – como as *high politics*, a guerra e a diplomacia, por exemplo.

2.2 Poder, corpo e violência: lançando luz para o uso político do corpo

Ao longo da história, foi possível observar os frequentes encontros entre poder político e violência. Esta relação, por sua vez, suscitou inúmeras reflexões. Dentre elas, tendo em vista os objetivos do presente trabalho, faz-se deveras proveitosa a contribuição de Hannah Arendt. Considerando o cenário político em que viveu, demarcado pelo constante e progressivo uso da violência em questões políticas, nos mais diversos conflitos que assolaram o mundo, os vínculos entre poder, violência e guerra ocuparam lugar de destaque em sua agenda de pesquisa. Nessa direção, apesar de oferecer claras definições conceituais para cada um destes termos separadamente, Arendt (2009) aponta para o fato de que os fenômenos políticos estão sempre relacionados entre si. É especialmente a percepção relacional entre poder e violência apresentada pela cientista política alemã que se faz fundamental para a análise aqui proposta.

O poder, nas palavras de Arendt (2009, p. 60), pode ser definido como:

A habilidade humana não apenas para agir, mas também para agir em concerto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas enquanto o grupo se conserva unido. Quando podemos dizer que alguém está “no poder” na realidade nos referimos ao fato que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome. [...] Sem um povo ou grupo não há poder.

Entendido dessa forma, o poder não é material e nem calculável, mas uma possibilidade sempre em dependência do apoio de um grupo de pessoas. Isto é, como pontua Duarte (2016, p. 15), enquanto potencialidade, “o poder é um conjunto de relações entretidas entre os atores políticos e não um bem que se possa acumular, alienar ou preservar, pois depende de sua constante atualização por meio das palavras e atos de uma pluralidade de cidadãos”. Entende-se ainda que, para que seja legítima, a origem do poder deve se dar por meio de discursos usados para revelar verdades e por atos que criam novas relações e realidades – e não por palavras que sirvam para ocultar intenções e ações que gerem violações e destruições. Desse modo, o poder arendtiano é significativamente demarcado por seu aspecto coletivo, consensual e comunicativo.

Em outro giro, a violência é percebida e diferenciada do poder pelo seu caráter instrumental, podendo, portanto, ter seus mecanismos mensurados uma vez que corresponde ao ato social operado fisicamente sobre o opositor. Considerando esta natureza, Arendt (2009) pontua que a violência enquanto dispositivo se faz funcionar segundo a lógica meio-fim, de modo que o último usualmente corresponde a um perigo a ser superado – justificando e fazendo necessário, desta forma, o uso de quaisquer mecanismos para superá-lo.

A despeito das profundas diferenças que os separam, violência e poder são apresentados por Arendt (2009) enquanto componentes de uma relação inversamente proporcional. Argumenta-se, nesse sentido, que a violência se instala onde o poder se esvai – em outras palavras, é sustentado que a diminuição do poder é um fator que pode sempre levar ao uso da violência. Sistematizando esta ideia, Arendt (2009, p. 59) enuncia que “a forma extrema do poder é Todos contra Um, a forma extrema da violência é Um contra Todos. E esta última nunca é possível sem instrumentos”.

Outra relevante particularidade da violência, em contraposição ao poder, está no fato de que esta nunca será legítima. Em consonância com Arendt (2009), tem-se que: ao passo que o poder é caracterizado enquanto um fim em si mesmo (por ser inerente à existência das comunidades políticas), este não demanda justificativa, apenas legitimidade – sendo esta proporcionada pelo apoio e consentimento das coletividades; a violência, por seu caráter instrumental por natureza, pode apenas ser racional (desde que alcance os fins que a orientaram e a justificaram). Isto é, a violência representa um meio para atingir determinado objetivo. Tendo em vista a incerteza no que diz respeito aos resultados das ações sociais, o uso da violência apenas permanece racional para alcançar objetivos a curto prazo. Desse modo, Arendt (2009) argumenta que o uso da violência pode proporcionar comando eficaz e obediência imediata, todavia, jamais será capaz de gerar poder. Defende-se que a obediência política, em outro giro, é fruto da constante manutenção das relações consensuais de uma coletividade.

Diante disso, Arendt (2009) alerta para o perigo da violência, que repousa na possibilidade de os meios sobrepujarem os fins, indicando que o uso instrumental da violência – assim como qualquer outra ação – tem potencial para transformar o mundo, todavia, a mudança mais provável que dela resulta é para um mundo ainda mais violento. O argumento que daí resulta, divergindo de inúmeros pensadores da época, enuncia que a violência destrói o poder.

Ademais, entendido deste modo, o poder se sustenta essencialmente no número daqueles que o apoiam e conferem a ele legitimidade – e não nos meios de violência que

possui. Segundo esta lógica, tem-se que as tiranias figuram enquanto governos impotentes e, por este motivo, são extremamente violentos (DUARTE, 2016). Conseqüentemente, nos regimes políticos em que se faz sistemático o uso da violência para a manutenção do poder – uma vez que sua legitimidade se vê desafiada –, nota-se que ações e discurso frequentemente estão voltados para a justificativa do emprego deste meio de coerção social enquanto legítima defesa (ARENDDT, 2009). Neste ponto, é imperioso mencionar que, nos regimes ditatoriais em geral, valendo-se desta ideia de legítima defesa estatal e sob as noções de “inimigo comum” e da “segurança nacional”, eram empregados dispositivos de terror contra a população como modo de submetê-la à lógica da violência.

Em se tratando do terror, Arendt (1989) evidencia que este é o meio através do qual os governos totalitários exercem controle sobre todas as esferas da vida humana. É necessário pontuar, aqui, que terror e violência não são a mesma coisa. O terror representa, por sua vez, a forma de governo que emerge quando a violência, após destruir todo o poder, conserva-se com controle total em vez de abdicá-lo. Valendo-se da análise histórica, a cientista política alemã destaca que a imposição do terror executada nestes regimes posicionou as ações violentas em novos patamares: na forma política de negação do diferente, a pessoa humana é reduzida à condição de supérflua e incapaz para a vida social e política. Com a criação dos campos de concentração e as execuções em massa, a vida passa a ser negada aos seres humanos, que são tornados descartáveis e animalizados. Os totalitarismos carregam consigo a destruição da liberdade e da espontaneidade humana.

Com efeito, sublinha-se que os totalitarismos não dispõem de uma estruturação consistente, de modo que o poder fique passível de disputa. Assim, esses regimes atuam também no sentido de suprimir as possibilidades de reflexão e pensamento, impossibilitando o questionamento com relação às ações estatais. Assim, objetiva-se confundir a população, de modo que seja cada vez mais difícil analisar a veracidade da ideologia totalitária que é discursada e o poder seja mantido. O objetivo, portanto, está em manter um determinado desequilíbrio para que a justificativa do poder centralizado seja, de alguma forma, “aceita” socialmente (SAAD TOSI, 2017).

Vale também mencionar que Arendt (1989) pontua que, nos regimes totalitários, o uso abrangente e sistemático do terror como forma de dominação tem fins obscuros. Isto porque o tema de contenção da oposição não é central nestes governos, uma vez que as ações violentas são empregadas para reprimir uma ampla massa de cidadãos – muitas vezes, sendo eles inimigos do governo ou não. Sendo considerados, na perspectiva de Arendt (1989), formas de negação da política, os governos totalitários podem ser caracterizados como uma espécie de

cemitérios de paz – de modo que a morte e a destruição são destinadas a tudo e a todos que se distanciem dos objetivos do regime.

É importante ressaltar que, inclusive em contextos extremos, como os que caracterizam os totalitarismos, Arendt (2009) considera que a violência e o poder seguem – ainda que inversamente proporcionais – relacionados no acontecer dos fenômenos políticos. Historicamente, o que se observa é a recorrente combinação entre estes termos. Segundo a cientista política, nada mais comum que associação entre violência e poder e, por outro lado, nada menos frequente que encontrá-los em sua forma pura e, assim, extrema. Alega-se, ademais, que jamais existiu qualquer governo construído unicamente sobre os pilares da violência. Desse modo, em consonância com Duarte (2016), evidencia-se que Arendt se afasta de uma percepção utópica da política, na qual poder e violência estão desvinculados, da mesma forma que também recusa a concepção da comunidade política enquanto pacífica e livre de conflito – o que usualmente acarreta o uso instrumental da violência. Vale ainda sublinhar que, mesmo em se tratando de regimes totalitários, nos quais o instrumento primordial de governo é a tortura, faz-se necessária a existência de uma base de poder – como, por exemplo, a polícia secreta e sua rede de informantes (ARENDR, 2009).

Ainda no que diz respeito à tortura, para a análise aqui proposta, são profundamente significativas as contribuições oferecidas por Michel Foucault em sua obra “Vigiar e Punir” (1999) para se perceber as relações entre métodos punitivos, corpo e política. Nesta, objetiva-se traçar uma genealogia do complexo sistema científico-judiciário atual no qual se apoia o poder de punir – recebendo suas regras e justificativas, estendendo seus efeitos e mascarando sua excessiva particularidade.

Enquanto dispositivo de manutenção amplamente utilizado pelo Estado ditatorial argentino, a tortura e os métodos punitivos em geral devem ser compreendidos “não como simples consequências de regras de direito ou como indicadores de estruturas sociais; mas como técnicas que têm sua especificidade no campo mais geral dos outros processos de poder” (FOUCAULT, 1999, p. 26), isto é, faz-se necessário adotar a perspectiva da tática política em relação aos castigos.

Dessa forma, busca-se lançar luz para a percepção dos métodos punitivos a partir de uma “tecnologia política do corpo” (FOUCAULT, 1999) nas quais se faria possível notar traços históricos comuns entre as relações de poder e as relações de objeto. Além disso, destaca-se que os sistemas punitivos

Devem ser recolocados em uma certa “economia política” do corpo: ainda que não recorram a castigos violentos ou sangrentos, mesmo quando utilizam métodos “suaves” de trancar ou corrigir, é sempre do corpo que se trata — do corpo e de suas forças, da utilidade e da docilidade delas, de sua repartição e de sua submissão (FOUCAULT, 1999, p. 27)

O corpo, portanto, deve ser entendido enquanto embebido em relações complexas e recíprocas de poder e dominação. Este deve estar disponível para ser utilizado de distintas formas – seja economicamente, seja como meio para obter informações, por exemplo – e por quaisquer que sejam os mecanismos empregados para isso. O corpo, então, somente se faz útil quando é simultaneamente produtivo e submisso. Vale pontuar que tal sujeição não se dá unicamente mediante o emprego da violência ou da ideologia, mas também pode ser alcançada de formas mais sutis – podendo ser calculada, organizada e tecnicamente elaborada e, ainda assim, manter-se de ordem física. Esta ideia aponta para a noção da já mencionada “tecnologia política do corpo”, que pode ser entendida como um saber do corpo não necessariamente relacionado ao seu funcionamento, mas ao controle de suas forças. Nas palavras de Foucault (1999, p. 28)

Essa tecnologia é difusa, claro, raramente formulada em discursos contínuos e sistemáticos; compõe-se muitas vezes de peças ou de pedaços; utiliza um material e processos sem relação entre si. O mais das vezes, apesar da coerência de seus resultados, ela não passa de uma instrumentação multiforme. Além disso seria impossível localizá-la, quer num tipo definido de instituição, quer num aparelho do Estado. Estes recorrem a ela; utilizam-na, valorizam-na ou impõem algumas de suas maneiras de agir. Mas ela mesma, em seus mecanismos e efeitos, se situa num nível completamente diferente. Trata-se de alguma maneira de uma microfísica do poder posta em jogo pelos aparelhos e instituições, mas cujo campo de validade se coloca de algum modo entre esses grandes funcionamentos e os próprios corpos com sua materialidade e suas forças.

O estudo deste saber, por sua vez, pressupõe que estes micropoderes sejam entendidos como estratégias – e não como propriedades – de modo que suas conseqüentes dominações sejam percebidas enquanto disposições, manobras e táticas, por exemplo – e não enquanto apropriações. É uma espécie de poder que mais se exerce que se possui e, também, que é efeito das posições estratégicas ocupadas pela classe dominante. Manifestando-se de formas mais sutis que mediante obrigações ou proibições, estes micropoderes atravessam a existência daqueles que são por eles dominados, do mesmo modo que os últimos, por outro lado, apoiam-se nas redes dos micropoderes até mesmo em suas tentativas de lutar contra elas. Além disso, em razão da pluralidade que caracteriza os micropoderes, transformações nas redes em que se expressam são profundamente complexas – assim, simples mudanças no controle ou das próprias instituições em si não seriam capaz de fazê-las (FOUCAULT, 1999).

Foucault (1999) sustenta que esta microfísica do poder, por meio das mais diversas instituições disciplinares – com seus arranjos sutis e de grande poder de difusão –, foi conquistando espaços cada vez mais vastos, espalhando-se por todo o corpo social. Destarte, apesar da aparente inocência, ao gerar pequenas coerções e convergir com a economia capitalista, estes dispositivos ocasionaram transformações significativas no regime punitivo. Entende-se que estas técnicas minuciosas são de grande importância uma vez que definem modos de emprego político do corpo. Desde a percepção do corpo enquanto objeto e alvo do poder, na época clássica, este – que pode se manipular, treinar, obedecer, ser hábil e forte – tem sido foco de grande atenção. Seja através de regulamentos militares, escolares e hospitalares, por exemplo, são implementados esforços no sentido de controlar, corrigir ou aperfeiçoar as operações do corpo – tornando-lhe subalterno, útil e, assim, dócil.

Os chamados esquemas de docilidade e suas técnicas carregam consigo algumas novidades com relação ao tratamento que, historicamente, foi destinado ao corpo. A primeira delas está na escala do controle, passa-se a lidar com os corpos de forma detalhada – e não mais como massa, uma unidade indissociável. Estes se tornam alvos de coerção incessável, mantendo-lhes constantemente ativos. A segunda mudança diz respeito ao objeto de controle, que passa a ser a eficácia e eficiência dos movimentos, sua economia e organização – não mais sobre o comportamento ou linguagem corporal. Por fim, a terceira transformação está na modalidade do controle, neste caso, uma coerção contínua – zelando primordialmente sobre os processos das atividades que sobre seus resultados (FOUCAULT, 1999).

Foucault (1999) denomina este conjunto de métodos como “disciplinas”. Mais especificamente, estas são descritas como “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade [...] A disciplina é uma anatomia política do detalhe” (FOUCAULT, 1999, p. 163). É importante destacar que tais métodos e processos já eram desempenhados há muito tempo – nos conventos e nos exércitos, por exemplo. Todavia, é a partir dos séculos XVII e XVIII que estes modelos passam a representar fórmulas gerais de dominação.

Este é o ponto no qual o grande objetivo político disciplinador com relação ao corpo humano está em torna-lo útil e obediente. Observa-se, nesse sentido, o exercício de uma política de coerção no sentido de manipular, minuciosamente, seus elementos, gestos e comportamentos. Assim, é praticada a “anatomia política” (FOUCAULT, 1999) que visa determinar como se ter domínio sobre os corpos para que estes façam o que se deseja, como se deseja e com a técnica, rapidez e eficácia que se deseja. A disciplina, portanto, ao mesmo

tempo em que torna o corpo mais forte economicamente, por um lado; diminui suas forças em termos políticos de obediência, por outro. Compreende-se que ela separa o poder do corpo. Nas palavras do filósofo francês, “se a exploração econômica separa a força e o produto do trabalho, digamos que a coerção disciplinar estabelece no corpo o elo coercitivo entre uma aptidão aumentada e uma dominação acentuada” (FOUCAULT, 1999, p. 164).

Nesse sentido, para Foucault, o corpo é uma realidade biopolítica. Esta, por sua vez, localiza-se no interior de uma estratégia mais vasta – a qual ele denomina biopoder. Nestes regimes, acerca das relações entre morte, vida e corpo, vigora a lógica do “faz viver e deixa morrer”. O poder, nesse sentido, volta-se primordialmente a gerir a vida em vez de exigir a morte, mantendo-se pelo reforço, controle e vigilância dos corpos. A morte apenas é exigida sob o discurso de defesa da vida, de modo que “as guerras não se fazem mais em nome do soberano que é preciso defender; elas se fazem em nome da existência de todos; treinam-se populações inteiras a matarem-se reciprocamente em nome da necessidade para elas de viverem” (FOUCAULT, 1976, p. 180 apud. PELBART, 2009, p. 31). O que predomina, destarte, é a garantia da sobrevivência de uma população mediante a lógica biológica.

Em outro giro, o cientista político e historiador camaronês Achille Mbembe (2016) argumenta pela insuficiência da noção foucaultiana de biopoder para analisar os novos meios pelos quais a vida está subjugada ao poder da morte, especialmente no contexto de países colonizados. Nesse sentido, questiona:

Sob quais condições práticas se exerce o direito de matar, deixar viver ou expor à morte? Quem é o sujeito dessa lei? O que a implementação de tal direito nos diz sobre a pessoa que é, portanto, condenada à morte e sobre a relação antagônica que coloca essa pessoa contra seu ou sua assassino/a? Essa noção de biopoder é suficiente para contabilizar as formas contemporâneas em que o político, por meio da guerra, da resistência ou da luta contra o terror, faz do assassinato do inimigo seu objetivo primeiro e absoluto? A guerra, afinal, é tanto um meio de alcançar a soberania como uma forma de exercer o direito de matar. Se consideramos a política uma forma de guerra, devemos perguntar: que lugar é dado à vida, à morte e ao corpo humano (em especial o corpo ferido ou morto)? Como eles estão inscritos na ordem de poder? (MBEMBE, 2016, p. 123)

Diante de tais indagações, Mbembe (2016) propõe as concepções de necropolítica e necropoder como noções basilares para a investigação acerca das inúmeras formas pelas quais as armas de fogo, por exemplo, vêm sendo utilizadas com objetivo central de destruição máxima de pessoas e da criação dos denominados “mundos de morte”. Estes representam formas únicas de existência social, nas quais populações inteiras são subjugadas a condições de vida que, nos dizeres do historiador camaronês, “lhes conferem o status de ‘mortos-vivos’” (MBEMBE, 2016, p. 124).

Com o conceito de necropolítica, Mbembe (2016, p. 123) frisa a necessidade de politizar a morte e, nesse sentido, define que

A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder.

A morte, portanto, é percebida enquanto constituinte basilar do poder estatal moderno. Com efeito, ao entender a política como o trabalho da morte, a soberania, por sua vez, é delineada enquanto o direito de matar. Mbembe (2016) estrutura esse argumento partindo do conceito de biopoder de Foucault, associando-o às noções de estado de exceção e estado de sítio – indicando que a base normativa para o direito de matar tem origem na combinação do estado de exceção e das relações de inimizade. O que se observa, em tais contextos, é que o poder constantemente recorre à ideia de emergência e à criação simbólica do inimigo (ficcional) como um instrumento para conferir “legitimidade” e, então, “permitir” que a necropolítica seja executada. Em consonância com a percepção foucaultiana de biopoder, Mbembe (2016) pontua que tal controle sobre a definição da vida e da morte, de quem deve viver e de quem deve morrer, realça a divisão das pessoas em grupos e subgrupos – estabelecendo, assim, uma censura biológica entre a espécie humana. Tais condições e segmentações, portanto, funcionam no sentido de gerar a aceitabilidade da morte nos regimes biopolíticos.

Disso resulta, ademais, a formação e a difusão do terror. Apesar de observar que as combinações entre vida, morte e política de crueldade tem origens diversas, Mbembe (2016) reconhece nas colônias uma produção particular do terror. O cientista político camaronês identifica

Um traço persiste evidente: no pensamento filosófico moderno e também na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual tipicamente a “paz” assume a face de uma “guerra sem fim” (MBEMBE, 2016, p. 132).

No processo de colonização, foi revelado um potencial de violência ainda desconhecido no que diz respeito aos mecanismos utilizados com os “selvagens” pelos “civilizados” – tais como a subjugação do corpo, o darwinismo social e a eugenia. Foram comuns, nesse sentido, “a proibição de casamentos mistos, a esterilização forçada e até

mesmo o extermínio dos povos vencidos” (MBEMBE, 2016, p. 132). Além disso, a ocupação colonial carregou consigo a necessidade da territorialização, determinando tanto o controle físico, quanto o geográfico das colônias. No decorrer deste processo, fez-se imprescindível inscrever nestes ambientes um conjunto de relações sociais e espaciais que permitissem a prática da soberania do colonizador. Para além da delimitação de fronteiras e hierarquias, os europeus distinguiram e segregaram a população local em diversas categorias, mediante a construção de novas simbologias acerca do imaginário cultural. Como resultado, tem-se que

Esses imaginários deram sentido à instituição de direitos diferentes, para diferentes categorias de pessoas, para fins diferentes no interior de um mesmo espaço; em resumo, o exercício da soberania. O espaço era, portanto, a matéria-prima da soberania e da violência que sustentava. Soberania significa ocupação, e ocupação significa relegar o colonizado em uma terceira zona, entre o *status* de sujeito e objeto (MBEMBE, 2016, p.135).

As colônias, segundo o prisma europeu colonizador, significavam ambientes habitados por “selvagens” – desprovidos de qualquer traço de humanidade – e, por não se organizarem segundo o modelo Ocidental de Estados, não constituíam um mundo humano. Mais do que isso, por não se encaixarem nos moldes europeus de sociedade, de guerra e de formação de exércitos regulares, por exemplo, argumentava-se que não era possível firmar acordos de paz entre metrópole e colônia. Sendo apresentadas dessa forma, enquanto contextos de contínua guerra e desordem, defendia-se que “as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da ‘civilização’” (MBEMBE, 2016, p. 133).

Isto posto, Mbembe (2016) destaca que as guerras coloniais se desenvolvem paralelamente a qualquer norma ou jurisdição legal, isto é, não há qualquer restrição para a execução do direito soberano de matar em tais campos. A necropolítica – sob a figura do terror colonial e da morte em si – está fortemente vinculada às construções ficcionais europeias sobre a imagem do “selvagem”, do não-humano. Nas palavras de Mbembe (2016, p. 134), “as guerras coloniais são concebidas como a expressão de uma hostilidade absoluta que coloca o conquistador contra um inimigo absoluto. Todas as manifestações de guerra e hostilidade marginalizadas pelo imaginário legal europeu encontraram lugar para reemergir nas colônias”.

O argumento sustentado por Mbembe (2016) indica que, para analisar os processos de ocupação colonial modernos, é fundamental considerar as relações estabelecidas entre diferentes tipos de poder – disciplinar, biopolítico e necropolítico. É a combinação entre eles

que permite a subjugação total de populações inteiras ao poder colonial. O estado de sítio, por exemplo,

É uma instituição militar. Ele permite uma modalidade de crime que não faz distinção entre o inimigo interno e o externo. Populações inteiras são o alvo do soberano. (...) O cotidiano é militarizado. É outorgada liberdade aos comandantes militares locais para usar seus próprios critérios sobre quando e em quem atirar. (...) Instituições civis locais são sistematicamente destruídas (MBEMBE, 2016, p. 138).

Portanto, considerando o papel exercido pela morte e os símbolos e significados que esta carrega consigo, Mbembe (2016) defende que somente a noção do biopoder não se faz suficiente para pensar o exercício da política, as guerras e os conflitos contemporâneos. Tendo como ponto de partida a perspectiva do colonizado, o historiador camaronês enfatiza como, especialmente no Sul Global, a política tem sido mais governada a partir da sua capacidade de fazer morrer do que pela lógica foucaultiana de fazer viver.

Valendo-se das noções anteriormente apresentadas – especialmente as relações entre poder, corpo, violência e morte – e, considerando o objeto de estudo deste trabalho, é profundamente importante e necessário aproximar estes debates àqueles propostos por Rita Laura Segato (2014). Com este intuito, mais uma vez, é lançada luz sobre os argumentos da antropóloga argentina – essencialmente, às suas contribuições sobre a violência de gênero empregada nas novas guerras na América Latina; e às relações entre o corpo das mulheres e a modernidade colonial são especialmente valiosas para a investigação que será realizada nos próximos capítulos.

Segato (2014) enuncia que as novas guerras que assolam a região latino-americana estão relacionadas à noção do biopoder de Foucault (1999), no que tange ao controle e dominação dos corpos exercida pela biopolítica. Todavia, a antropóloga argentina aponta para uma transformação no paradigma territorial. Entende-se que, neste novo momento, a população governada deixa de ter um caráter fixo, dentro de um território nacionalmente delimitado, e assume forma de redes – fluidas e extensivas. Em outras palavras, pelos efeitos do biopoder e do seu foco nos corpos individuais, tem-se que o território passa a ser representado pelos próprios corpos – é neles e sobre eles que se expressam as marcas de pertencimento. Assim, é possível observar que, em cada época, sujeitos e territórios são coproduzidos através de discursos.

Ainda sobre este novo momento, evidencia-se que Estados e atores não-estatais disputam o controle sobre a população por meio de técnicas pastorais – no sentido de conduzir e produzir rebanhos por meio da elaboração e controle de subjetividades. Sob este novo

paradigma territorial, para se manter o controle destas redes fluidas, o exercício da biopolítica e suas estratégias de demarcação de corpos devem ser intensificados tanto quanto seja possível para que se deixem claras as territorialidades. Com efeito, o papel e a posição ocupada pelos corpos das mulheres – que, historicamente, foram associados à noção de território – passam a sofrer ainda mais os impactos desta nova territorialidade (SEGATO, 2014).

Para além das transformações no paradigma territorial, Segato (2014, p. 15, tradução livre)⁷ define que as novas guerras,

Caracterizadas pela informalidade, são implantadas hoje em um espaço intersticial que podemos caracterizar como paraestatal porque se encontra controlado por corporações armadas com participação de tropas estatais e paraestatais. Nesta esfera de paraestatalidade em expansão, a violência contra as mulheres deixou de ser um efeito colateral da guerra e se transformou em um objetivo estratégico deste novo cenário de guerra.

As novas guerras também são particularmente distintas porque não objetivam um término e não têm a paz enquanto fim. Na verdade, nota-se que as novas guerras representam projetos a longo prazo – sem vitórias ou derrotas conclusivas. Uma explicação apresentada para este fenômeno é que as potências imperiais veem na multiplicação das guerras uma última esperança de domínio. Com efeito, Segato (2014) salienta que, na América Latina, o predomínio das guerras de caráter não convencional faz com que a região seja a mais violenta do planeta em se tratando de embates informalmente travados entre Estados – ainda que, nestes, estejam envolvidas corporações armadas estatais e não-estatais.

Além disso, evidencia-se que, nesta nova modalidade de conflito, assume papel central a denominada “pedagogia da crueldade” (SEGATO, 2014) destinada àqueles que não figuram entre os oponentes armados nos combates: mulheres e crianças. O corpo da mulher, enquanto território, desde as guerras tribais, é percebido enquanto alvo de conquistas e anexações por parte dos adversários. São inúmeros e deveras expressivos os casos nesse sentido, como é o uso estratégico e sistemático do estupro de guerra – conforme apresentado na introdução deste trabalho. Neste novo momento, as violências a elas destinadas se modificaram e, conforme concepção da “pedagogia da crueldade”, tem-se que estes corpos são destruídos com excesso

⁷ No original: “Las nuevas formas de la guerra, caracterizadas por la informalidad, se despliegan hoy en un espacio intersticial que podemos caracterizar como para-estatal porque se encuentra controlado por corporaciones armadas con participación de efectivos estatales y para estatales. En esa esfera de para-estatalidad en franca expansión, la violencia contra las mujeres ha dejado de ser un efecto colateral de la guerra y se ha transformado en un objetivo estratégico de este nuevo escenario bélico”.

de brutalidade e são torturados até a morte, por exemplo (SEGATO, 2014). Nessa direção, é realçado que esta violenta exploração que se destina ao feminino

Se manifesta tanto em formas inéditas de destruição corporal, como em formas de tráfico e comercialização de tudo que estes corpos possam oferecer – até seu limite. Apesar de todas as vitórias no campo do Estado e da multiplicação de leis e políticas públicas de proteção à mulher, sua vulnerabilidade frente à violência aumentou, especialmente a ocupação predatória dos corpos femininos ou feminilizados no contexto das novas guerras (SEGATO, 2014, p. 17, tradução livre)⁸.

Conforme afirma a antropóloga, “o Estado entrega aqui com uma mão aquilo que já retirou com a outra” (SEGATO, 2012, p. 110), isto é, são criadas leis para defender as mulheres das violências a que estão suscetíveis exatamente porque o próprio Estado derrubou as instituições e as redes de comunidade que as protegiam. Pode-se dizer que é uma tentativa de elaboração de um antídoto para o seu próprio veneno. Compreende-se, ainda, que a ordem moderna que se instaura no mundo-aldeia com a República (permanentemente colonizadora e intervencionista, destrói as comunidades e gera dependência) ao mesmo tempo em que, por um lado, difunde um discurso de igualdade; por outro, promove o individualismo e a razão liberal capitalista – que levam ao racismo e ao estresse, por exemplo (SEGATO, 2012).

Segato (2014) frisa, também, que as consideráveis alterações acerca dos papéis e funções destinadas ao corpo feminino ou feminilizados durante os conflitos apontam para modificações no próprio modelo bélico. Salienta-se que as novas guerras dispõem de um novo tipo de ação bélica – na qual a violência sexual se faz central enquanto arma de guerra capaz de produzir crueldade e letalidade. Assim é possibilitada a execução de danos simultaneamente morais e materiais. O que se compreende, neste ponto, é que esta “nova” forma de agressão (de dominação e exploração sexual) já não se apresentam como meros subprodutos da guerra, como danos colaterais, mas como questões estratégicas centrais durante a guerra.

É intuito de Segato (2014), nessa direção, apresentar as dificuldades em perceber a dimensão pública dos feminicídios bélicos – os quais são por ela denominados femigenocídios – para que sejam, então, superadas. Nas guerras convencionais, o corpo feminino e feminilizado era percebido e incorporado enquanto parte do território conquistado

⁸ No original: “Se manifiesta tanto en formas de destrucción corporal sin precedentes como en las formas de trata y comercialización de lo que estos cuerpos puedan ofrecer, hasta el último límite. A pesar de todas las victorias en el campo del Estado y de la multiplicación de leyes y políticas públicas de protección para las mujeres, su vulnerabilidad frente a la violencia ha aumentado, especialmente la ocupación depredadora de los cuerpos femeninos o feminizados en el contexto de las nuevas guerras”.

– tendo, inclusive, por meio da escravidão e da servidão, sua posse dividida entre homens e famílias. Como anteriormente mencionado, nas novas guerras, estes corpos seguem entendidos como campo de batalha, porém, passam a ser sexualmente torturados até a morte e a eles se destina (mesmo que não exclusivamente) o aniquilamento, sempre por meio do abuso sexual e do estupro, tendo em vista que esta prática é capaz de proporcionar a profanação daquilo que deveria ser resguardado. É nestes corpos que

Se agridem, desmoralizam, amedrontam, desmobilizam e, eventualmente, derrotam as hostes de homens encarregados de sua vigilância e proteção, usando uma maldade até então desconhecida contra as vítimas não-guerreiras, não diretamente envolvidas no trabalho da guerra (SEGATO, 2014, p. 64, tradução livre)⁹

Diante disso, Segato (2014) aponta para o fato de que, sendo a violência de gênero estrutural e seu número de vítimas próximo das cifras de genocídios sistemáticos em diversos contextos, para colocar fim na vitimização das mulheres, faz-se imprescindível conceber que existe um tipo de violência de gênero gerada e difundida em ambientes completamente impessoais. Visando o fim da impunidade, sustenta-se que é necessária uma tipificação rigorosa, que vá além do simples uso da categoria feminicídio e, também, que discrimine ao menos duas possibilidades com relação a estes crimes: aqueles de motivação de pessoal ou interpessoal (crimes interpessoais, domésticos e *serial killers*); e aqueles de motivação impessoal (o alvo aqui é a categoria mulher).

Aqui, manifesta-se uma forma de agressão que tem por objetivo a eliminação sistemática de um tipo humano. Assim, o “femigenocídio” (SEGATO, 2014) está relacionado ao genocídio uma vez que mulheres são agredidas com intenções letais e de deterioração física em ambientes impessoais. Nesse sentido, indica-se que, ao analisar dados de países que passam/passaram por conflitos internos, é possível concluir que há uma proporcionalidade direta entre guerra e aumento significativo de feminicídios. Compreende-se, também, que a impessoalidade é traço comum entre os crimes de gênero e que estes se relacionam com os contextos de ascensão das novas guerras. Mais do que isso, Segato (2014) expressa que a prática do “femigenocídio” está aumentando em número e proporção quando comparado ao crime interpessoal ou pessoal.

Diante disso, é destacado o fato de que a chamada “vontade de indistinção” (SEGATO, 2014), isto é, a resistência em se diferenciar os crimes e as violências

⁹ No original: “Se agriden, desmoralizan, amedrentan, desmovilizan y, eventualmente, derrotan las huestes de hombres a cargo de su vigilancia y protección, usando saña no conocida anteriormente contra víctimas no guerreras, no directamente involucradas en el trabajo de la guerra”.

empreendidas contra as mulheres e seus corpos, na verdade, resguarda os interesses conservadores – os quais são reforçados, também, pela opinião pública e pela mentalidade das autoridades. Destarte, Segato (2014, p. 69, tradução livre)¹⁰ argumenta que

Ao ignorar e obscurecer, tanto na tipificação, quanto nas estatísticas e na própria reflexão feminista, a existência de crimes de gênero completamente públicos e impessoais, envolvendo contingentes ou populações específicos, em relação ao conflito e às pressões dos interesses que afetam à sociedade em geral, [...] contribui-se para reproduzir o estereótipo que encapsula mulheres em uma atmosfera de domesticidade e particulariza suas demandas, ou seja, perpetua-se uma ideologia da “mística feminina”

O que se percebe é que a manutenção dos crimes de gênero enquanto questão privada faz com que estes permaneçam confinados em sua própria especificidade, reforçando os estereótipos que associam e tornam equivalentes o feminino e o particular, o íntimo. Estas concepções estereotipadas afetam direta e negativamente nas práticas que vão ser empenhadas em relação às violências de gênero; isto é, são perspectivas que permitem e favorecem que estes crimes sigam sendo entendidos como apartados da esfera pública por parte da opinião pública. Este conjunto de fatores faz com que, conforme sublinha Segato (2014), exista sempre considerável resistência em tratar os crimes sexuais no âmbito público, do interesse geral da sociedade.

Segato (2014) conclui propondo que, considerando o contexto regional demarcado pela ascensão das novas guerras, com seu caráter informal e difuso, é tarefa fundamental incorporar no âmbito político, jurídico e da opinião pública a centralidade e o significado destas novas formas de violência direcionadas aos corpos femininos e feminilizados.

Diante disso, vale mencionar que a formação deste arcabouço teórico, contendo diferentes conceitos e definições, é de extrema importância para embasar o estudo aqui proposto. Considerando o a natureza deste tema e das relações internacionais em si, é fundamental buscar referências multidisciplinares.

Como se pôde notar, em diálogo com as clássicas referências do campo, foram realçadas as perspectivas com origens no Sul global – especialmente com as contribuições de Rita Laura Segato (2012, 2014) e Achille Mbembe (2016). Argumenta-se, no presente trabalho, que estas abordagens são imprescindíveis para aproximar as pesquisas das

¹⁰ No original: “Al ignorar y obscurecer, tanto en la tipificación como en las estadísticas y en la propia reflexión feminista, la existencia de crímenes de género plenamente públicos e impersonales, que involucran contingentes específicos o poblaciones, concernientes a la conflictividad y a las presiones de los intereses que afectan a la sociedad en general, [...] se contribuye a reproducir el estereotipo que encapsula a la mujer en una atmósfera de domesticidad y particulariza sus demandas, es decir, se perpetúa una ideología de la ‘mística’ femenina”.

especificidades e das singularidades dos países colonizados – especialmente em se tratando das interconexões entre a sociedade colonial moderna, o conflito e o gênero. Entende-se que os conceitos tradicionais – aqui representados por Scott (1994, 1995, 2012), Arendt (1989, 2009) e Foucault (1981, 1999) – figuram enquanto excelentes pontos de partida, todavia, não se fazem suficientes para analisar a conjuntura da colônia em sua completude; apontando para os benefícios de avançar as problematizações por eles iniciada em direção ao Sul global.

Por fim, tem-se que o arcabouço teórico-conceitual aqui apresentado oferece as bases para identificar, em um primeiro momento, como noções de masculinidades e feminilidades estiveram nas bases da Doutrina de Segurança Nacional e do Terrorismo de Estado – na construção da figura do “inimigo interno”, do “outro”, por exemplo – representando, portanto, elementos constitutivos das relações sociais de poder; e, ao final deste trabalho, para identificar os diferentes modos pelos quais, ao longo da ditadura militar argentina (1976-1983), as construções de gênero influenciaram nas dinâmicas de poder envolvidas na prática recorrente da violência sexual e de gênero contra as mulheres principalmente.

3. O REGIME DITATORIAL ARGENTINO (1976-1983): ENTRE A DOCTRINA DE SEGURANÇA NACIONAL E O TERRORISMO DE ESTADO

Este capítulo será dedicado essencialmente ao levantamento histórico sobre o regime ditatorial argentino, visando contextualizar o problema que guia esta pesquisa. Assim, serão apresentadas as principais características do sistema político em vigência na época que – em certa medida – justificaram e legitimaram as ações violentas fomentadas pelo Estado contra sua própria população civil (foco do próximo capítulo). Desse modo, o propósito essencial, neste momento, está em apresentar a Doutrina de Segurança Nacional e o Terrorismo de Estado, que figuram enquanto a base sobre a qual se construiu e desenvolveu o Processo de Reorganização Nacional da Argentina.

Em primeiro lugar, será feita uma breve retrospectiva da construção histórica do papel político dos militares na Argentina, que facilitou a tomada do poder em março de 1976. Em seguida, é apresentada a Doutrina de Segurança Nacional – evidenciando seus aspectos fundamentais – e como se deu sua instauração pelo regime militar argentino. Por fim, é apresentado o conceito de Terrorismo de Estado, o qual estruturou os pilares estratégicos da repressão executada pelo Estado argentino especialmente pelo seu caráter clandestino.

3.1 Militarismo e poder político: a Doutrina de Segurança Nacional

Conforme argumenta o historiador argentino Ricardo Rodríguez Molas (1984), ao analisar o autoritarismo que caracterizou a Argentina a partir da década de 1970, é imperioso realçar que este é resultado de um processo que tem suas raízes entrelaçadas com a história antiga do país. Desde a natureza totalitária das organizações familiares, até as ortodoxias secularizadas impostas à educação (civil e militar) e os temores produzidos pelas classes dominantes em períodos de crise, por exemplo; ao longo da história argentina, a violência contra terceiros figurou enquanto alternativa válida para a manutenção da ordem vigente, silenciando heterodoxos e dissidentes e impondo o terror a toda população.

Ao examinar o uso instrumental da violência e suas interconexões com o poder (político e econômico) durante o regime ditatorial argentino, ganha destaque o papel desempenhado pelas Forças Armadas. Em consonância com Pilar Calveiro (2006), cientista política e sobrevivente do maior centro clandestino de detenção do período (1976-1983), é

deveras relevante explorar as características prévias deste ator político para investigar as estruturas repressivas do sistema político em questão.

Historicamente, às Forças Armadas foi conferido peso político próprio e relativa e crescente autonomia por parte dos setores dominantes da sociedade argentina. Se no contexto da crise de 1930, pontua Calveiro (2006), o Exército apenas interviu politicamente para assegurar o bom funcionamento dos negócios da oligarquia nacional, em 1976, nota-se uma transformação: as Forças Armadas desenvolveram uma proposta política própria – elaborada dentro da própria instituição e em conformidade com seus interesses específicos. Isto é, ao passo que o domínio do sistema político escapava das mãos dos grupos dominantes e estes perdiam a capacidade de ganhar as eleições, as Forças Armadas – em especial o Exército – ascendiam enquanto meio alternativo para alcançar os cargos de poder e mantê-los sob controle (CALVEIRO, 2006). Apenas entre os anos de 1955 e 1976, as Forças Armadas argentinas foram responsáveis por depor seis presidentes no país – dentre estes, quatro eleitos democraticamente e dois impostos pelo próprio Exército (COMBLIN, 1978).

Como resultado destes processos históricos recorrentes,

As Forças Armadas foram se convertendo no núcleo duro e homogêneo do sistema, com capacidade para representar e negociar com os setores decisivos seu acesso ao governo. A grande burguesia agroexportadora, a grande burguesia industrial e o capital monopolista se converteram em seus aliados, alternativa ou simultaneamente. Toda decisão política deveria passar por sua aprovação. A limitação que representava para os setores poderosos sua falta de consenso se ocultava diante do poder dissuasivo e repressivo das armas; a alma do poder político era baseada no poder militar (CALVEIRO, 2006, p. 8, tradução livre)¹¹

Ou seja, em uma sociedade demarcada pela fragmentação política e econômica, a unidade disciplinar proporcionada pelo aparato armado do Exército representava um elemento de compensação – e, cada vez mais, as Forças Armadas ocupavam a posição de articulação entre poder militar e representação política dos mais diversos segmentos do poder argentino. Em seus dizeres,

O processo conjunto de autonomia relativa e acumulação de poder crescentes os levaram a assumir com bastante nitidez o papel do Estado, de sua preservação e de sua reprodução, como núcleo das instituições políticas, no marco de uma sociedade

¹¹ No original: “Las Fuerzas Armadas fueron convirtiéndose en el núcleo duro y homogéneo del sistema, con capacidad para representar y negociar con los sectores decisivos su acceso al gobierno. La gran burguesía agroexportadora, la gran burguesía industrial y el capital monopolístico se convirtieron en sus aliados, alternativa o simultáneamente. Toda decisión política debía pasar por su aprobación. La limitación que representaba para los sectores poderosos su falta de consenso se disimulaba ante el poder disuasivo y represivo de las armas; el alma del poder político se asentaba en el poder militar”.

cujos partidos eram incapazes de traçar uma proposta hegemônica (CALVEIRO, 2006, p. 9, tradução livre)¹²

Foi desta maneira, demonstra Calveiro (2006), que os militares “salvaram” repetidamente o país (ou, mais especificamente, os grupos dominantes) no decorrer do último século. Argumenta-se ainda que, em 1976, todos os partidos políticos da Argentina já haviam participado ou ao menos apoiado, em distintos cenários, algum dos diversos golpes militares que aconteceram no país – sejam eles conservadores, sejam eles radicais, peronistas, socialistas ou comunistas, por exemplo. Em suma, é possível notar que este poder autoritário, golpista e violento que caracterizou a ditadura militar na Argentina (1976-1983) foi construído e reiterado historicamente (CALVEIRO, 2006).

Em 1976, frente à grave crise que assolava o país e a uma sociedade que clamava pelo reestabelecimento da ordem, as Forças Armadas se dispuseram a “salvar” o país novamente (Calveiro, 2006). Com efeito, no dia 24 de março de 1976, tomavam o poder político da República o General Jorge Rafael Videla, o Brigadeiro Orlando Ramón Agosti e o Almirante Emilio Massera, constituindo a Junta Militar e instaurando o denominado Processo de Reorganização Nacional. A Junta Militar, por sua vez, era estabelecida enquanto órgão supremo do Estado, encarregado pela supervisão do cumprimento estrito dos objetivos estabelecidos para o desenvolvimento do Processo (JUNTA MILITAR, 1980).

Dentre várias das resoluções impostas neste momento, a Junta Militar (1980) estabelecia oficialmente, por exemplo: a expiração dos mandatos do então presidente, dos governadores e dos vice-governadores das províncias; a dissolução do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas Provinciais, do Salão de Representantes da Cidade de Buenos Aires e dos Conselhos Municipais das Províncias e das organizações similares; a remoção dos membros do Supremo Tribunal de Justiça, dos Tribunais Superiores provinciais e o Procurador Geral; e a suspensão das atividades políticas e dos Partidos Políticos em nível nacional, provincial e municipal, assim como a suspensão de todas as atividades sindicais.

Em suma, o golpe era posto pelos próprios militares enquanto mais um esforço dos mesmos em defesa do país e, mais do que isso, esta percepção também funcionou como base para a sua justificativa. Conforme consta nos *Documentos Basicos y Bases Politicas de las*

¹² No original: “El proceso conjunto de autonomía relativa y acumulación del poder crecientes las llevó a asumir con bastante nitidez el papel mismo del Estado, de su preservación y su reproducción, como núcleo de las instituciones políticas, en el marco de una sociedad cuyos partidos eran incapaces de diseñar una propuesta hegemónica”.

Fuerzas Armadas para el Proceso de Reorganización Nacional da Junta Militar (1980, p. 11, tradução livre)¹³ da República Argentina, oficialmente era proclamado que

Esgotadas todas as instâncias do mecanismo constitucional, superando a possibilidade de retificações no âmbito das instituições e demonstrando, de maneira irrefutável, a impossibilidade de recuperar o processo por seus meios naturais, chega ao fim uma situação que agrava a Nação e compromete seu futuro. Nosso povo sofreu uma nova frustração. Frente a um tremendo vácuo de poder; (...) à falta de uma estratégia global que, impulsionada pelo poder político, enfrente a subversão; (...) à total ausência de exemplos éticos e morais que devem ser dados por aqueles que exercem a liderança do Estado; à manifesta irresponsabilidade na gestão da economia causada pelo esgotamento do aparato produtivo; à especulação e corrupção generalizadas, que se traduz em uma perda irreparável do sentido de grandeza e fê: as Forças Armadas, em cumprimento de uma obrigação irrenunciável, assumiram a condução do Estado.

Valendo-se da já mencionada construção histórica do papel político dos militares, o golpe foi apresentado como uma obrigação – além de política – ética, moral e econômica, assumida pelas Forças Armadas de reconstrução do Estado, da Nação e dos (por eles definidos) valores essenciais. Com efeito, a Junta Militar (1980) declarava, ainda, que esta decisão tinha como objetivo acabar com o desgoverno, com a corrupção e com o flagelo subversivo. Indicavam também que, sendo esta uma decisão pela Pátria, não discrimina nenhuma militância cívica ou qualquer setor social – apenas rejeita quaisquer ações dissociativas de grupos extremistas e os efeitos corruptores de quaisquer demagogias. Isto é, em tese, são apenas afetados aqueles que cometeram crimes ou abusos de poder.

Era anunciado, ainda em 24 de março de 1976, que a nova etapa que se iniciava seria regida por pautas perfeitamente delimitadas pelas Forças Armadas. Assim, com o esforço de toda a sociedade e, mediante a ordem, o trabalho, a consonância com princípios éticos e morais, a justiça e o respeito aos direitos e à dignidade do homem, os argentinos voltariam a ser um povo unido e seria reconstruída a Nação. A condução do Processo, conforme já era indicado neste primeiro pronunciamento, seria executada com absoluta firmeza e a autoridade seria severamente exercida visando a erradicação dos “vícios” que afetavam o país. Não

¹³ No original: “Agotadas todas las instancias del mecanismo constitucional, superada la posibilidad de rectificaciones dentro del marco de las instituciones y demostrada, en forma irrefutable, la imposibilidad de la recuperación del proceso por sus vías naturales llega a su término una situación que agravia a la Nación y compromete su futuro. Nuestro pueblo ha sufrido una nueva frustración. Frente a un tremendo vacío de poder; (...) a la falta de una estrategia global que, conducida por el poder político, enfrentara la subversión; (...) a la ausencia total de los ejemplos éticos y morales que deben dar quienes ejercen la conducción del Estado; a la manifiesta irresponsabilidad en el manejo de la economía que ocasionara el agotamiento del aparato productivo; a la especulación y la corrupción generalizadas, todo lo cual se traduce en una irreparable pérdida del sentido de grandeza y de fe: las Fuerzas Armadas en cumplimiento de una obligación irrenunciable han asumido la conducción del Estado”.

seriam tolerados, nesse sentido, a corrupção, a delinquência subversiva e suas demagogias nem quaisquer transgressões à lei ou oposições ao Processo (JUNTA MILITAR, 1980).

A Junta Militar (1980) fixava, então, que o propósito do Processo estava em: restaurar os valores essenciais que serviam de base para a conduta íntegra do Estado (frisando a moralidade, a idoneidade e a eficiência enquanto centrais para a reconstrução da Nação); extinguir a subversão; e promover o desenvolvimento econômico. Defendia-se que, desta forma, futuramente seria possível instaurar uma democracia republicana – representativa e federal – compatível com a nova realidade e progresso do povo argentino. Dentre os objetivos básicos, tem-se

- 2.1 Concretização de uma soberania política baseada nas ações de instituições constitucionais revitalizadas, que colocam permanentemente o interesse nacional acima de qualquer sectarismo, tendência ou personalismo.
- 2.2 Vigência dos valores da moral cristã, da tradição nacional e da dignidade de ser argentino.
- 2.3 Vigência da Segurança Nacional, erradicação da subversão e das causas que favorecem sua existência. (...)
- 2.8 Conformação de um sistema educacional de acordo com as necessidades do país, que efetivamente atenda aos objetivos da Nação e consolide os valores e as aspirações culturais de ser argentino.
- 2.9 Posicionamento internacional no mundo Ocidental e cristão, mantendo a capacidade de autodeterminação e assegurando o fortalecimento da presença argentina no Concerto das Nações. (JUNTA MILITAR, 1980, p. 7, tradução livre)¹⁴

Diante disso, para além dos já mencionados argumentos dos interesses e unidade da Nação e dos valores essenciais e morais, ao analisar os objetivos básicos do regime, é essencial lançar luz para a questão da Segurança Nacional. Com efeito, é fundamental mencionar que o Processo de Reorganização Nacional proposto pela Junta Militar foi profundamente demarcado pela ideologia da Doutrina de Segurança Nacional.

Ao investigar esta ideologia, é substancial ir além das especificidades locais argentinas e analisar o cenário político internacional do período – uma vez que a Doutrina de Segurança Nacional, por sua vez, foi resultado dos esforços estadunidenses para expandir seu poder e domínio sobre a América Latina. Conforme afirma Padrós (2005), a concepção e elaboração desta ideologia se deu na conjuntura internacional do pós-guerra, em consonância com a nova

¹⁴ No original: “2.1 Concreción de una soberanía política basada en el accionar de instituciones constitucionales revitalizadas, que ubiquen permanentemente el interés nacional por encima de cualquier sectarismo, tendencia o personalismo.

2.2 Vigencia de los valores de la moral cristiana, de la tradición nacional y de la dignidad del ser argentino.

2.3 Vigencia de la seguridad nacional, erradicando la subversión y las causas que favorecen su existencia. (...)

2.8 Conformación de un sistema educativo acorde con las necesidades del país, que sirva efectivamente a los objetivos de la Nación y consolide los valores y aspiraciones culturales del ser argentino.

2.9 Ubicación internacional en el mundo occidental y cristiano, manteniendo la capacidad de autodeterminación, y asegurando el fortalecimiento de la presencia argentina en el concierto de las naciones”.

postura adotada pelos Estados Unidos – que tinha por objetivo, principalmente, consolidar a supremacia conquistada na Segunda Guerra Mundial.

Considerando a já mencionada trajetória das Forças Armadas argentinas e as questões internas do país, é imperioso perceber este ator político não apenas como receptor da Doutrina de Segurança Nacional, mas também realçar seu caráter de agência neste processo. Isto porque a Doutrina “não foi imposta de fora, mas sim aceita, isto é, na maior parte dos países essa ideologia simplesmente criou seu próprio espaço. A colaboração militar dos Estados Unidos foi conscientemente buscada pelos Estados Maiores latino-americanos” (ROUQUIÉ, 1984, p. 174). Na Argentina especificamente, conforme indica o historiador das ditaduras do Cone Sul, Enrique Padrós (2005), a Doutrina de Segurança Nacional serviu como esqueleto teórico fundamental para o regime militar – funcionando, também, como justificativa para o protagonismo das Forças Armadas na esfera política da época.

No que tange à elaboração da Doutrina, tem-se que civis norte-americanos recorreram ao aporte teórico elaborado por diversos estrategistas militares de Defesa e Segurança especialmente. O objetivo central estava em estabelecer princípios e conceitos norteadores com relativa unidade entre si, visando criar uma base ideológica comum que pudesse ser exportada e aplicada internacionalmente apesar das singularidades dos países receptores (PADRÓS, 2005).

Já entre os *policy makers* estadunidenses, pairava a crença de que o expansionismo soviético equivalia àquele experienciado pela Alemanha nazista no pré-guerra (SOUZA MENDES, 2013). Nesse contexto, a antiga lógica de confronto representada pelo fascismo vs. antifascismo era repaginada e se apresentava sob o binômio democracia vs. comunismo. Desse modo, o comunismo – e a ameaça ideológica por ele representada – era posto como o inimigo fulcral a ser enfrentado pelo Ocidente. O reconhecimento da centralidade da “ameaça comunista” oferecia a legitimidade necessária para a difusão da Doutrina de Segurança Nacional internacionalmente (PADRÓS, 2005).

Foi ao longo do governo Kennedy que a América Latina recebeu especial atenção estadunidense e, conseqüentemente, a imposição da Doutrina de Segurança Nacional. As décadas de 1960 e 1970 na região foram demarcadas pela ampliação dos movimentos sociais – tanto em suas demandas político-sociais (tais como a ampliação das questões sufragistas, o reconhecimento de novos atores sociais e a otimização do sistema democrático), quanto em termos econômico-sociais, reivindicando melhor distribuição de renda e ampliação dos direitos trabalhistas, por exemplo (SOUZA MENDES, 2013). Com a relevância que alcançava a Revolução Cubana e o acirramento dos conflitos e tensões socioeconômicos, a

ameaça comunista foi identificada no continente. Diante disso, argumentando pela existência de um “destino comum” para o continente, foram estabelecidas as condições necessárias para que, sem enfrentar grandes resistências, os Estados Unidos englobassem a segurança interna dos demais países americanos enquanto questões da sua própria segurança. A segurança dos países latino-americanos, então, passava a ser apresentada enquanto segurança interna dos Estados Unidos de modo que estes, portanto, se designaram responsáveis pela formação e doutrinação das Forças Armadas latino-americanas (PADRÓS, 2005).

Nesse cenário, a Segurança Nacional ocupava posição de evidência e, como consequência desta sobrevalorização, destaca-se a criação de um extenso e articulado aparato burocrático-militar-industrial capaz de sustenta-la (SOUZA MENDES, 2013). O Estado, assim, era apresentado enquanto ferramenta essencial no combate à ameaça comunista e à subversão e, portanto, sua militarização figurava como a melhor estratégia para tais fins. Nas palavras de Padrós (2005, p. 186), “um Estado forte, autoritário, estável e militarizado era considerado o melhor antídoto contra o inimigo à espreita”.

Os Estados Unidos, portanto, estreitou suas relações com as Forças Armadas da América Latina por meio da intensificação de seus programas de apoio militar e pelo incremento no número de convites para cursos em centros de treinamentos oferecidos a oficiais latino-americanos (SOUZA MENDES, 2013). Ademais, foram criadas inúmeras Academias e Escolas de Guerra, por meio das quais os Estados Unidos disseminavam uma série de preceitos básicos na região, tais como: “a lógica da bipolaridade, a delimitação de zonas de influência pelas superpotências; a satanização do inimigo; a introdução de que o Estado e a Nação são organismos vivos passíveis de contaminação pelo vírus comunista (o que, por sua vez justifica um virulento anticomunismo)” (PADRÓS, 2005, p. 184). Como assinala Rouquié (1984), estes cursos atuavam no sentido de reiterar o alarmismo insurrecional, a ameaça comunista e também a antiga lógica das cruzadas. Estava entre os objetivos estadunidenses, além disso, “reforçar a confiança institucional dos oficiais e aumentar a consciência de suas capacidades técnicas e organizacionais consideradas superiores às dos civis” (ROUQUIÉ, 1984, p. 175).

Na chamada Escola das Américas, por exemplo, estima-se que 60 mil soldados latino-americanos (destes, 3.676 argentinos entre 1950 e 1976) foram treinados e doutrinados por meio do ensinamento de técnicas de interrogatórios, de contrainsurgência e de guerra psicológica – as quais, frequentemente, incentivavam a violação dos direitos humanos (COELHO, 2010).

Nesse sentido, eram elaborados e oferecidos diversos manuais contendo instruções, esquemas e estratégias sobre inúmeros temas – tais como a contenção da subversão e o tratamento de prisioneiros. A subversão, por exemplo, era entendida não apenas como atividade armada, mas abrangia também diferentes tipos de ações não-violentas – como manifestações, greves, trabalhos pastorais e difusão das “ciências sociais comprometidas” (aquelas que promovem o descontentamento da população). Já em referência aos interrogatórios, orienta-se que sejam extraídas as informações do prisioneiro o mais rápido possível e, àqueles que não quiserem fornecê-las, devem ser aplicadas técnicas de tortura para que sofram rapidamente o máximo possível (ROBIN, 2005).

Em se tratando da Argentina especificamente, destaca-se a criação do Curso Interamericano de Guerra Contrarrevolucionária, em 1961, na Escola Superior de Guerra de Buenos Aires, segundo o qual

O aspecto básico da doutrina de guerra desenvolvida implicava na eliminação física da denominada subversão apátrida e uma orientação ideológica dentro dos princípios da defesa da tradição, família e propriedade. A doutrina tinha também como propósito implantar o terror generalizado na população para evitar o desenvolvimento da guerrilha. Esses conceitos fundamentaram o dispositivo do “desaparecimento” sistemático tão utilizado pelo regime terrorista argentino de 1976 (COELHO, 2010, p. 92)

Existem documentos que comprovam que esta orientação ideológica, que forneceu as bases para a ditadura militar argentina de 1976, também é resultante de ensinamentos militares provenientes da França. As concepções compartilhadas pela escola francesa também apontavam para a relevância da existência de uma rede significativa de inteligência e de comunicação para a efetiva contenção das atividades subversivas. É neste contexto, especialmente, que se realizaram os diversos congressos e cursos inter-regionais latino-americanos sobre a guerra contra-subversiva (ROBIN, 2005).

Já no que diz respeito às origens das operações contra-subversivas e suas técnicas na Argentina, é indicado que a doutrina da “guerra moderna” francesa foi compartilhada no processo de formação das Forças Armadas do país desde o final da década de 1950. Nessa toada, a chamada “doutrina da clandestinidade”, elaborada pelo coronel Roger Trinquier na França, consistia na

Repressão baseada no ocultamento dos centros de detenção, desaparecimento de pessoas e eliminação dos corpos; uso de pessoal militar vestido de civil, organizado em comandos e percorrendo à noite os centros urbanos em busca de vítimas ou suspeitos para torturar – técnicas implementadas na Argélia por Aussaresses e

Massu e importadas para a Argentina (COGGIOLA, 2001, p. 61 apud COELHO, 2010, p. 87).

Em outras palavras, a concepção de guerra contra-subversiva que foi difundida e ensinada por militares franceses aos argentinos, em suma, acarretava na aniquilação de toda e qualquer oposição ao regime por meio da tortura, do sequestro e da ocultação de cadáveres sob a face clandestina do Estado (COELHO, 2010).

Conforme pontua Coelho (2010), já no início da década de 1960, a chamada “missão francesa” também foi responsável pela elaboração de manuais contendo instruções para a luta contra a subversão – inspirados nos tradicionais documentos da Escola Superior de Guerra da França. Nesse sentido, o *modus operandi* da repressão argentina era extremamente bem definido, estruturado e articulado para que as diversas estruturas hierárquicas que compunham o regime do Processo agissem de forma coordenada na execução de suas atividades. Vale destacar, neste ponto, as ditadas ordens e manuais secretos – os quais serviam como fios condutores para as ações violentas impulsionadas pelo Estado, instruindo as ações militares. Foram produzidas e distribuídas inicialmente, entre as diversas unidades militares, cerca de 650 cópias do regulamento RC-9-1, que tratava sobre as operações contra elementos subversivos. Este, que entrou em vigor a partir de 1977, é composto por uma introdução e sete capítulos que descrevem, em suma: os conceitos gerais de subversão e de contra-subversão, suas características individuais, seus processos de desenvolvimento e suas técnicas; os elementos subversivos e suas características individuais, organização e ações defensivas e ofensivas; assim como as operações de contra-subversão, suas planificações e as distintas formas de operações.

Conforme consta no documento do Exército Argentino (1977), sua finalidade está em estabelecer novas orientações e bases doutrinárias acerca da participação das Forças Armadas na luta contra a subversão, oferecendo as prescrições e as terminologias necessárias. A subversão, por sua vez, é definida como

A ação clandestina ou aberta, insidiosa ou violenta que busca a alteração ou destruição dos princípios e estruturas morais que compõem a vida de um povo com o objetivo de tomar o poder e o impor sob uma nova forma, baseada em uma escala diferente de valores. É uma forma de reação de essência político-ideológica, que visa violar a ordem político-administrativa existente, baseada na exploração de insatisfações e injustiças, reais ou figurativas de ordem política, social ou econômica. (...) A subversão afetarà todos os campos da atividade nacional, não sendo sua neutralização ou eliminação uma responsabilidade exclusiva das Forças

Armadas, mas do país e da sociedade em suas instituições (EXÉRCITO ARGENTINO, 1977, p. 1, tradução livre)¹⁵

Sendo uma forma de reação político-ideológica, infere-se que a subversão encontra os subsídios e incentivos necessários principalmente no marxismo, mas é ressaltado que esta também pode ser alavancada por qualquer outro tipo de orientação política radicalizada. Ou seja, a subversão pode ser gerida tanto pela extrema esquerda, quanto pela extrema direita – de modo que ambas buscarão aproveitar o cenário que lhes for mais favorável para a tomada do poder, podendo atuar contrária, simultânea ou até complementarmente (EXÉRCITO ARGENTINO, 1977).

Mais do que isso, valendo-se da combinação de análises sobre os processos subversivos que se desenvolveram em diferentes países do mundo, o regulamento RC-9-1 indica que existem traços comuns no que diz respeito às técnicas e aos procedimentos adotados, por exemplo, tornando possível, então, apontar algumas características gerais da condução das ações subversivas (EXÉRCITO ARGENTINO, 1977).

Dentre os principais, o primeiro traço comum apresentado está no fato de que a luta pelo poder é considerada inseparável da violência e da luta armada. Compreende-se que, como o objetivo máximo da subversão está em alcançar o poder, lutando contra a ordem estabelecida, faz-se necessária a detenção de aparatos militares – seja para apoiar as atividades próprias do movimento, seja para controlar as massas. Desse modo, de acordo com o documento, é inquestionável que majoritariamente as ações subversivas se desenvolvem por meio de ações militarizadas abertas e de atos de violência clandestinos (EXÉRCITO ARGENTINO, 1977).

O segundo aspecto compartilhado nas conduções de tais ações assinala que a luta armada está condicionada a uma necessidade política, de modo que toda atividade subversiva parte da decisão política na qual está inserida e à qual ela serve. Ou seja, toda ação violenta, em suas mais distintas formas de manifestação e por menor que seja, provoca resultados políticos e psicológicos – demarcando, assim, a dimensão estratégica da subversão (EXÉRCITO ARGENTINO, 1977).

¹⁵ No original: “La acción clandestina o abierta, insidiosa o violenta que busca la alteración o la destrucción de los principios morales y las estructuras que conforman la vida de un pueblo con la finalidad de tomar el poder e imponer desde él una nueva forma basada en una escala de valores diferentes. Es una forma de reacción de esencia político-ideológica, dirigida a vulnerar el orden político-administrativo existente, que se apoya en la explotación de insatisfacciones e injusticias, reales o figuradas de orden político, social o económico. (...) la subversión afectará todos los campos del quehacer nacional, no siendo su neutralización o eliminación una responsabilidad exclusiva de las Fuerzas Armadas, sino del país y la sociedad toda a través de sus instituciones”.

A terceira característica identificada está relacionada às ações frente à população e à opinião pública, considerando que estas são fundamentais para que o objetivo central da subversão seja alcançado. O apoio e adesão popular é central para a conquista do poder, portanto, este é constantemente um foco de atenção dos movimentos subversivos. Todavia, são nos estágios iniciais de ação que este se faz mais importante – uma vez que é crucial deter um quadro de pessoas para executar as atividades propostas. Os esforços para captação de recursos humanos podem se dar tanto por vias pacíficas – pela persuasão –, quanto por vias violentas – a coerção (EXÉRCITO ARGENTINO, 1977).

A quarta e última semelhança pontuada se dá pela vinculação ideológica e pelo apoio externo. Neste ponto, é especialmente mencionada a ideologia marxista-leninista como um movimento que carrega consigo concepções totalitárias do sistema internacional. Perante a dificuldade em ser reproduzida inicialmente neste âmbito, afirma-se que o marxismo-leninismo frequentemente se adapta às localidades, tendo origem em movimentos de caráter nacional – sob as bandeiras de movimentos de libertação ou de movimentos populares. É inferido ainda que, nos momentos iniciais, os movimentos subversivos não são autossuficientes – de modo que o apoio externo (clandestino e secreto) faz-se imprescindível ideológica e materialmente (EXÉRCITO ARGENTINO, 1977).

Em outra ponta, o regulamento RC-9-1 determina que, quando ações subversivas tomam corpo, as causas do movimento devem ser profundamente analisadas – uma vez que a subversão é um fenômeno que exige medidas intensivas para sua neutralização. Nesse sentido, a contra-subversão

Trata-se, então, de descobrir e corrigir as falhas, erradicar as causas que dão origem à inclinação da população contra a ordem legal. Trata-se de uma tarefa de profundo conteúdo político, em que nenhum setor e instituição responsável pela sociedade e pelo Estado (...) está isento de participar (EXÉRCITO ARGENTINO, 1977, p. 5, tradução livre)¹⁶

A luta contra a subversão, neste momento, passa a ser apresentada como uma nova forma de guerra. Assim sendo, como em qualquer outra guerra, ao localizarem as suas causas, os esforços depreendidos para sua neutralização serão integrais, envolvendo todas as instituições do regime – cada uma conforme suas responsabilidades institucionais. Ou seja, a

¹⁶ No original: “Se trata entonces de descubrir y corregir las fallas, erradicando las causas que dan fundamento a la inclinación de la población en contra del orden legal. Es esta una tarea de profundo contenido político en la que ningún sector e institución responsable de la sociedad y del Estado (...) pueda eximirse de participar”.

contra-subversão requer a participação responsável e coordenada de todos os setores e campos de trabalho do regime militar (EXÉRCITO ARGENTINO, 1977).

Diante disso, pontua-se que a intervenção das Forças Armadas – especialmente do Exército – é imprescindível na guerra contra-subversiva e, mais do que isso, esta deve figurar enquanto ação prioritária. São estabelecidos, então, os seguintes objetivos e ações de tais operações:

Tabela 1 - Objetivos e ações das operações contra-subversivas

OBJETIVOS	AÇÕES
1. Recuperar o domínio da área (Reestabelecer a ordem)	A. Impor a autoridade legal. B. Detectar, expulsar, banir, aniquilar os elementos subversivos. C. Eliminar ou neutralizar o medo e restaurar a confiança da população.
2. Aniquilar a subversão	A. Detectar e eliminar a infraestrutura de apoio. B. Isolar os elementos subversivos impedindo ou restringindo ao máximo seu vínculo com o exterior. C. Desgastar e eliminar os elementos subversivos ativos (mediante ações ofensivas de castigo, que poderão chegar ao aniquilamento quando forem vistos/identificados).
3. Ganhar a vontade e apoio da população	A. Conhecer, atender e canalizar soluções para os problemas subjacentes que afetem e facilitem a ação subversiva. B. Colaborar com a população contribuindo para sua reorganização (social, cultura, trabalhista, etc.). C. Contribuir para a realização de obras de infraestrutura necessárias, fornecendo orientação e organização do trabalho.

Fonte: EXÉRCITO ARGENTINO, 1977, p. 96, tradução livre¹⁷

Assim, era estipulado que, ao menos a princípio, seriam priorizadas as missões e as responsabilidades atribuídas às Forças Armadas na guerra contra-subversiva – de modo que, conforme fossem alcançados estes objetivos, as tarefas e as atividades avançariam segundo a ordem determinada. Era preanunciado, já neste momento, que o processo completo para o cumprimento destas atividades levaria um tempo prolongado e que não era possível definir com precisão a duração de cada uma das etapas (EXÉRCITO ARGENTINO, 1977).

Isto posto, é possível observar que o legado das escolas francesa e estadunidense se complementaram nos processos históricos que proporcionaram o golpe militar e seu desenvolvimento na Argentina a partir de 1976. Enquanto, em uma ponta, foram compartilhados ensinamentos de diferentes técnicas militares; em outro giro, foi concedido o arcabouço teórico-ideológico que permitiu, em grande medida, a legitimação da execução destes métodos pelos militares argentinos (COELHO, 2010).

Da combinação entre os ensinamentos franceses e estadunidenses e suas influências no desenvolvimento do regime militar na Argentina, tem-se que Doutrina de Segurança Nacional argumentava por um “estado de guerra permanente” contra um suposto “inimigo interno” (PADRÓS, 2005). Isto porque, em consonância com Padrós (2005), a Doutrina de Segurança Nacional pressupõe onipotência com relação à interpretação da realidade – no caso da ditadura argentina de 1976, esta capacidade competia somente aos militares. Daí deriva a diretriz que define ser

Obrigação do Estado proteger a Nação das ameaças de qualquer antagonista real como também de qualquer antagonista potencial, cabendo ao aparelho estatal decidir sobre quem pode ser antagonista potencial (como mecanismo preventivo). (...) A percepção de Segurança Nacional que legitimou a ação preventiva contra qualquer ameaça potencial criminalizou, sem embasamento judicial e à margem da ordem constitucional, cidadãos suspeitos – que foram constrangidos e reprimidos como se fossem reconhecidamente culpáveis (PADRÓS, 2005, p. 190)

¹⁷ No original: “1. Recuperar el dominio de la zona (Restablecer el orden): A. Imponer la autoridad legal; B. Detectar, desalojar, desterrar, aniquilar los elementos subversivos; C. Anular o neutralizar el miedo y devolver la confianza a la población.

2. Aniquilar la subversión: A. Detectar y eliminar la Infraestructura de apoyo; B. Aislar los elementos subversivos impidiendo o restringiendo al máximo su vinculación exterior; C. Desgastar y eliminar los elementos activos. (Mediante acciones de hostigamiento, que podrán llegar al aniquilamiento cuando consigan fijarlos).

3. Ganar la voluntad y apoyo de la población: A. Conocer, atender y encauzar soluciones a los problemas de fondo que la afecten y facilitan el accionar subversivo; B. Colaborar con la población contribuyendo a su reorganización (social, cultural, laboral, etc.); C. Contribuir a la realización de obras de infraestructura necesarias aportando dirección y organización de trabajo”.

Nesse cenário, o principal foco da atenção dos militares no decorrer do Processo de Reorganização Nacional deslocava-se da usual defesa das fronteiras nacionais e era centralizado no combate ao “inimigo interno”. Historicamente, a construção simbólica do “inimigo interno” cumpriu importantes funções políticas – uma vez que este figura enquanto ferramenta útil para a promoção da coesão social interna – sendo o Terceiro Reich o seu mais conhecido exemplo. A eficácia desta estratégia repousa nas conseqüentes sensações de insegurança e medo que se difundem entre a sociedade nacional, carregando consigo também a “legitimação” da violência praticada pelo Estado contra a população civil. Nessa toada, salienta Padrós (2005, p. 197) que

Se a propaganda que a cada instante evidencia sua existência (“informando” sobre ações “terroristas” contra o patrimônio nacional e os “cidadãos de bem”) for bem sucedida, o maior objetivo será alcançado; ou seja, a obtenção do consentimento tácito de parcela da população às medidas de força que, apesar de atropelarem a legalidade constitucional, visam extirpar aquela ameaça do interior da sociedade.

Com efeito, era proveitoso que o conceito de “inimigo interno” fosse suficientemente amplo e flexível, permitindo sua contínua renovação – de modo a apontar constantemente novos alvos. Nos dizeres de Padrós (2005), essa concepção funcionou como um “guarda-chuva”, movendo-se em diferentes direções, projetando desconfiança e potencial repressão sobre aqueles que se contrapusessem ao sistema vigente, ou seja, os subversivos. O que se incluía, portanto, ia muito além da luta armada – agrupando um espectro político diverso, atitudes de contestação ou diferentes atividades de militância. Assim sendo, não existiu uma definição única e precisa para a identificação do que era o “inimigo interno”. O significado deste conceito era constantemente construído pelos militares através dos discursos, por exemplo.

É vantajoso aproveitar, aqui, o trabalho de Frontalini e Caiati (1984), no qual foram selecionados, analisados e apresentados trechos de 103 discursos militares sobre a anteriormente mencionada guerra contra-subversiva. Os conceitos mais reiterados durante as caracterizações feitas nos anos da ditadura militar argentina indicavam que o subversivo, o “inimigo interno” era: de esquerda, não-argentino, irrecuperável e ideológico.

Sobre a primeira categoria, “de esquerda”, declarava o então chanceler Guzzetti:

O meu conceito de subversão refere-se a organizações terroristas de esquerda. Subversão ou terrorismo de direita não é assim. O corpo social do país está contaminado por uma doença que corrói suas entranhas e forma anticorpos. Esses anticorpos não devem ser considerados da mesma maneira que um micróbio. À medida que o governo controla e destrói os guerrilheiros, a ação do anticorpo

desaparece. Estou certo de que nos próximos meses não haverá mais ações de direita, o que já está acontecendo. É apenas uma reação natural de um corpo doente (La Opinión, 3 de Out. de 1976 apud. FRONTALINI, CAIATI, 1984, p. 21, tradução livre)¹⁸

Essa fala ilustra a lógica que perpassou os inúmeros discursos proferidos ao longo da ditadura no país, buscando conferir certa legitimidade às ações violentas executadas pelas forças do regime militar argentino ao coloca-las enquanto “anticorpos”, obrigados a defender os valores “saudáveis” da Nação – os quais estavam ameaçados pelos subversivos de esquerda, os guerrilheiros, os “micróbios” (FRONTALINI, CAIATI, 1984).

As Ditaduras de Segurança Nacional foram exemplos consideráveis da luta anticomunista, transpondo a lógica bipolar da Guerra Fria para dentro das fronteiras nacionais. Desse modo, a ameaça comunista, “de esquerda”, era internalizada sob a figura do inimigo da Nação.

O “inimigo interno” também era frequentemente qualificado como “não-argentino”. Em um evento comemorativo da polícia de Rosário, o comandante Agustín Feced anunciava categoricamente:

Somente com armas dialogaremos, porque pensamos que se chegou a uma síntese: não há mais palavras, apenas derrota e aniquilamento (...). Não pode e não deve ser reconhecida a condição de irmão ao marxista, subversivo, terrorista, pelo fato de ter nascido em nossa pátria. Ideologicamente perdeu a honra de ser chamado de argentino (La Prensa, 16 de Ago. de 1977 apud. FRONTALINI, CAIATI, 1984, p. 22, tradução livre)¹⁹

Como uma forma de extensão da caracterização anterior, todos aqueles cujas ideologias destoavam da vigente no sistema político deixavam de ser considerados argentinos. Este era um esforço para evidenciar à população local que a repressão somente se daria contra uma minoria, os “não argentinos”, os quais defendiam valores contrários aos ideais de Nação (FRONTALINI, CAIATI, 1984).

¹⁸ No original: “Mi concepto de subversión se refiere a las organizaciones terroristas de signo izquierdista. La subversión o el terrorismo de derecha no es tal. El cuerpo social del país está contaminado por una enfermedad que corroe sus entrañas y forma anticuerpos. Esos anticuerpos no deben ser considerados de la misma manera que se considera un microbio. A medida que el gobierno controle y destruya a la guerrilla, la acción del anticuerpo va a desaparecer. Yo estoy seguro que en los próximos meses no habrá más acciones de la derecha, cosa que ya está ocurriendo. Se trata sólo de una reacción natural de un cuerpo enfermo”.

¹⁹ No original: “Solamente con el plomo dialogaremos, porque pensamos que ha llegado una síntesis: palabras no más; derrota y aniquilamiento (...). No puede ni debe reconocerse condición de hermano al marxista subversivo terrorista, por el hecho de haber nacido en nuestra patria. Ideológicamente perdió el honor de llamarse argentino”.

A terceira categoria utilizada para demarcar o “inimigo interno” era a de “irrecuperável”. Aqui, o objetivo central estava em retratar o subversivo como diferente do criminoso comum, por exemplo, no sentido de que, para aquele, não havia readaptação possível para a vida em sociedade. Comentava o general Videla a esse respeito: “no futuro haverá uma cota de detidos que não poderão ser submetidos à justiça, nem postos em liberdade, (embora tenha afirmado que serão) casos excepcionais” (Clarín, 31 de Ago. de 1979 apud. FRONTALINI, CAIATI, 1984, p. 23, tradução livre)²⁰. Ou seja, já nos discursos e pronunciamentos oficiais, era claramente exposto que as Forças Armadas não fariam destes prisioneiros. Aos “irrecuperáveis” não seria admitida outra atitude se não a mais drástica e contundente: a morte. Esta, em conjunto com o apoio ao Exército, era designada com a única vitória possível – uma vez que os delinquentes subversivos “irrecuperáveis” não poderiam conviver em sociedade (FRONTALINI, CAIATI, 1984).

A quarta e última forma de categorização reiterada na construção simbólica do “inimigo interno” feita pelos militares se deu pela “oposição ideológica”. Dentre todas as definições de ameaça potencial representada pelos subversivos, esta configura a mais ampla – por abarcar, sem exceções, todos aqueles que pensavam de forma distinta dos militares. Conforme sublinham Frontalini e Caiati (1984), assim eram flexibilizados os limites para o acionar subversivo – não importando se as diferenças de pensamento ou opinião fossem deveras significativas ou não. Com efeito, delineava Videla para um jornalista mexicano: “O terrorismo não é somente considerado por matar com uma arma ou colocar uma bomba, mas também por instigar, através de ideias contrárias à nossa civilização ocidental e cristã, outras pessoas” (Clarín, 18 de Dez. de 1977 apud. FRONTALINI, CAIATI, 1984, p. 24, tradução livre)²¹. O “inimigo interno” “ideológico”, a partir desta definição, poderia ser identificado em qualquer um que compartilhasse pensamentos estranhos e distorcidos do sentimento nacionalista e cristão pelos militares sustentados – podendo gerar ressentimento social. A “subversão ideológica”, dessa maneira, era dotada de um alcance imensurável.

A construção simbólica e a identificação da figura do “inimigo interno” desempenharam funções políticas centrais no regime militar argentino de 1976. No decorrer do Processo, foram considerados subversivos tanto aqueles que usavam armas, quanto aqueles que não o fizeram. Mais do que isso, não apoiar o regime militar categoricamente – por meio

²⁰ No original: “En el futuro habrá una cuota de detenidos que no podrán ser sometidos a la justicia ni puestos en libertad, (aunque afirmó, serán) casos excepcionales”.

²¹ No original: “El terrorismo no es sólo considerado tal por matar con un arma o colocar una bomba, sino también por activar a través de ideas contrarias a nuestra civilización occidental y cristiana a otras personas”.

da indiferença, por exemplo – implicava cumplicidade subversiva. Partindo desta categorização flexível, ampla e ambígua, acerca do “inimigo interno”, os limites da sua identificação entre os civis argentinos foram traçados apenas por linhas gerais, sempre submetidas aos interesses e ideologias dos militares que tomaram o poder. Com efeito, foram estas definições amplas e ambíguas que permitiram, em grande medida, a repressão de grande parcela da sociedade argentina – “justificando” a desumanização, suspendendo nacionalidades e proclamando irrecuperáveis. Em nome da defesa da Segurança Nacional, da moral e dos valores cristãos e ocidentais, o direito à vida era relegado ao segundo plano e o Terrorismo de Estado que seria executado na Argentina era preanunciado (FRONTALINI, CAIATI, 1984).

3.2 O Terrorismo de Estado: medo e clandestinidade

Conforme assinala Padrós (2005), a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional na América Latina – em sua busca pela defesa da democracia, da moral e dos valores da Nação – foi executada, essencialmente, por meio da violência estatal e, majoritariamente, pelo Terrorismo de Estado. O Estado Terrorista, segundo a obra clássica do jurista e político argentino, Eduardo Duhalde (2013), representa a expressão máxima do Estado contra-subversivo fundado a partir da Doutrina de Segurança Nacional e desenvolve-se, no modelo argentino imposto a partir de 1976, sua forma mais eficaz.

Este, por sua vez, segundo a definição Duhalde (2013, p. 250, tradução livre)²²,

Aparece como consequência da impossibilidade que o Estado Militar encontra em realizar seus propósitos através unicamente do controle discricionário da coerção e da subordinação da sociedade civil. A repressão pública, por mais intensa que seja, não é suficiente para alcançar os objetivos propostos. Faltam dois componentes essenciais com os quais o Estado Terrorista contribuirá: a ação clandestina global do Estado Militar e o crime e o terror como método fundamental. Assim, o Estado Terrorista é a culminação degenerativa do Estado Militar “eficiente”.

De acordo com esta perspectiva, entende-se que a sujeição às leis, a transparência das ações e o controle jurídico dos mesmos tornam o Estado incapaz de defender os interesses da

²² No original: “El Estado Terrorista aparece como consecuencia de la imposibilidad que encuentra el Estado Militar de llevar adelante sus fines mediante el solo control discrecional de la coerción y de la subordinación de la sociedad civil. La represión pública, por muy intensa que sea no alcanza para el logro de los objetivos propuestos. Faltan dos componentes esenciales que son lo que aportará el Estado Terrorista: el accionar clandestino global del Estado Militar y el crimen y el terror como método fundamental. Así, el Estado Terrorista es la culminación degenerativa del Estado Militar ‘eficiente’”.

Nação. Isto é, o Estado em seus moldes tradicionais na América Latina – seja ele parlamentar, democrático, seja uma ditadura militar sujeita à regulamentação pública –, é inapto a defender o modelo econômico capitalista e manter a ordem e o equilíbrio social. Assim, com a mesma importância da sua face pública, defende-se a necessidade da estruturação de uma face clandestina do Estado, sendo o terror seu método fundamental e seu principal instrumento de ação. O Terrorismo de Estado, portanto, é edificado sobre as bases da intimidação – sendo um sistema de governo que se vale do terror para controlar a sociedade (PADRÓS, 2005).

A atividade permanente e paralela do Estado deve ser possibilitada mediante o estabelecimento desta dupla face de ação dos dispositivos coercitivos: o primeiro deles, público e sujeito às legislações; e, o segundo, independente de qualquer legalidade e formalidade (DUHALDE, 2013). Como um Janus Bifronte, esse modelo específico

Baseia-se em um duplo campo de atuação no qual o Terrorismo de Estado adquire formas clandestinas estruturais, permanentes e próprias das funções dos órgãos coercitivos estatais, como expressão paralela e complementar da atividade do Estado totalitário que emerge como demonstração superestrutural pública. Trata-se de institucionalizar com caráter permanente as formas mais aberrantes de atividade repressiva ilegal, capaz de sobreviver em seus elementos constituintes ilegítimos para além da vida do regime que o implantou (DUHALDE, 2013, p. 250, tradução livre)²³

Para Frontalini e Caiati (1984), é este exercício criminal do poder supremo do Estado, sem estar submetido a qualquer forma de controle, que se denomina Terrorismo de Estado. Esta forma particular de governo só é possível através da prática contínua do terror enquanto método. Este, ademais, deve ser dotado da força dissuasiva suficiente para gerar as estruturas capazes de assegurar que seu uso seja cada vez menos necessário. Teoricamente, este ponto é alcançado com a aniquilação física dos opositores e pela destruição de todos e quaisquer vestígios democráticos e anti-ditatoriais da sociedade.

Em consonância com Padrós (2005), enquanto método e instrumento para a manutenção do poder, o terror é dotado de duas dimensões. A primeira delas é de âmbito comportamental, no sentido de impor a readaptação da sociedade ao padrão de comportamento político desejado e, ainda, impor a obediência absoluta às normas e regras propostas por aqueles que detém o poder. A segunda é de caráter ideológico e tem por

²³ No original: “Así, este modelo específico, como un Jano bifronte, se asienta en un doble campo de actuación en el que el terrorismo de Estado adquire formas clandestinas estructurales, permanentes y propias de las funciones de los órganos coercitivos estatales, como expresión paralela y complementada de la actividad del Estado totalitario que emerge como expresión superestrutural pública. Se trata de institucionalizar con carácter permanente las formas más aberrantes de la actividad represiva ilegal, capaz de sobrevivir en sus elementos constitutivos ilegítimos más allá de la propia vida del régimen que le implantara”.

objetivo moldar as instituições para conquistar, através dos mecanismos de cooptação disponíveis, a obediência voluntária – permitindo construir novos sujeitos políticos. Com efeito, tem-se que

O Terrorismo de Estado se manifestou através de modalidades variadas dentro de uma vasta gama de mecanismos coercitivos, repressivos e de controle. Recursos tradicionais do poder de Estado como autoridade, prestígio, castigo, reabilitação, privilégios e corrupção foram acrescidos de modernos recursos de controle, persuasão e dissuasão, além das novidades tecnológicas e das novas contribuições da contra-insurgência que qualificaram as atividades no campo da inteligência, da espionagem, da tortura, dos interrogatórios, assim como o uso dos meios de comunicação de massa (rádio, televisão e imprensa escrita) (PADRÓS, 2005, p. 88).

A viabilidade do Estado Terrorista, dessa forma, exige um nível de controle da sociedade civil significativamente superior àquele disposto pelo Estado militar. Isto porque, faz-se necessário que o fio condutor de seus efeitos – a aceitação e o consenso forçados pelo terror – sejam mantidos ao longo do tempo. Com efeito, Duhalde (2013) indica que o poder no Terrorismo de Estado é construído por meio da militarização da sociedade e, ao mesmo tempo, pela sua desarticulação através do medo. Medo resultante da aniquilação de estruturas políticas, sociais e de milhares de seres humanos em nome da Segurança Nacional e da contra-subversão.

O objetivo imediato do Terrorismo de Estado estava na eliminação física de uma grande parcela da sociedade civil e na estruturação dos dispositivos coercitivos clandestinos permanentes – alheios à toda legalidade formal – visando a manutenção da ordem social desejável. Para alcançar tais fins, a desmobilização do tecido social e a aceitação do regime militar imposto (evitando reações ao genocídio em curso), era imprescindível certo uso da força e da violência institucional que estavam além das instituições que já eram conhecidas pelo Estado militar, por exemplo (DUHALDE, 2013).

É notável, neste ponto, a proximidade do Estado Terrorista com as concepções de Arendt (2009, 1989). Entende-se que o recorrente uso da violência por parte do Estado argentino era reflexo do esvaimento do seu poder. Nesse contexto, o discurso de segurança nacional contra o “inimigo comum”, na perspectiva de Arendt (2009), busca reforçar a lógica de legítima defesa como instrumento para “justificar” o uso dos mecanismos de terror contra a própria população civil.

Diante disso, portanto, tem-se que o método utilizado pelo Estado Terrorista foi fazer desaparecer as fontes dos conflitos – em outras palavras, o desaparecimento de pessoas figurava enquanto característica marcante da política de Estado do período. Entende-se que

foram duas características principalmente que garantiram a expressiva proporção e alcance que este tipo de prática alcançou: a face clandestina do Estado e a decisão política de extermínio por aquela encoberta (ÁLVAREZ, 2018).

Nesse sentido, os pressupostos necessários para viabilizar o projeto foram, de acordo com Duhalde (2013): 1) o controle absoluto do governo e do aparato coercitivo do Estado; 1.A) a destruição das autoridades e corpos representativos; 1.B) a submissão do poder judiciário; 2) a desarticulação da sociedade política e civil; 2.A) a supressão das liberdades públicas; 2.B) a dissolução e a suspensão dos partidos, instituições e organizações políticas; 2.C) a supressão da Confederação Geral do Trabalho, a intervenção dos sindicatos e o controle absoluto das universidades; 2.D) o controle e manipulação integral dos meios de comunicação orais, visuais e escritos.

Percebe-se, ademais, que o traço distintivo do Estado Terrorista foi o uso da violência tanto para aniquilar os adversários políticos, quanto para desmobilizar toda a sociedade civil mediante a estruturação de inúmeros mecanismos repressivos. Ou seja, o Terrorismo de Estado na Argentina representou uma pedagogia cruel que transmitia uma mensagem a toda a população: medo, paralisia e ruptura dos laços sociais. Desse modo, pode ser percebido, portanto, enquanto a política do terror sistemático (CALVEIRO, 2006).

Assim, concluídas as etapas essenciais para a estruturação do Estado Terrorista – controle absoluto do Estado e desarticulação da sociedade política e civil –, era necessário implementar a face clandestina do Estado, que exigia

- 1) uma doutrina, assumida por todos aqueles que detinham o poder, para institucionalizar este modelo;
- 2) a estruturação hierárquica e controlada da atividade repressiva ilegal, mas, ao mesmo tempo, descentralizada para garantir sua eficácia;
- 3) uma infraestrutura capaz de conservar sua confidencialidade;
- 4) a impunidade necessária para agir (DUHALDE, 2013, p. 283, tradução livre)²⁴.

Acerca da doutrina do Estado Terrorista, tem-se que, já no final de 1975, na IX Conferência de Comandantes de Exércitos Americanos, o general Videla anunciava a seus pares que, na Argentina, morreriam quantas pessoas fossem necessárias para que a paz fosse

²⁴ No original: “1) Una doctrina, asumida por todos los mandos, que institucionalizara este modelo;

2) Una estructuración jerárquica y controlada de la actividad represiva ilegal pero, al mismo tiempo, descentralizada, para asegurar su eficacia;

3) Una infraestructura capaz de conservar su confidencialidad;

4) La impunidad necesaria en el accionar”.

retomada no país. Com tal discurso, era preanunciado o golpe que estava por vir – resultado de uma cuidadosa e meticulosamente preparada operação militar, levada à cabo em consonância com a Doutrina da Segurança Nacional e os ideais de guerra contra-subversiva (DUHALDE, 2013).

Com relação à repressão e ao extermínio dos prisioneiros, já presentes na fala do general Videla em 1975 e executados ao longo de todo o período ditatorial argentino, é proveitoso mencionar alguns pontos. Argumentava-se que o extermínio se fazia constante e necessário uma vez que: 1) Como mencionado anteriormente, os subversivos eram percebidos como irrecuperáveis porque se entendia que o período de detenção não seria capaz de mudar suas concepções políticas, mas, em outro giro, provavelmente reafirmaria seus ideais – tornando ainda mais grave a possibilidade da sua libertação e reinserção social; 2) Era preciso preservar o mecanismo de ação clandestino das Forças Armadas e a libertação de um detido poderia significar a exposição de toda a estrutura repressiva ilegal, clandestina e criminosa mantida e executada pelo Estado Terrorista argentino; 3) O extermínio e o desaparecimento definitivo também cumpriam um objetivo maior em razão do seu efeito expansivo: a difusão do terror. O aniquilamento e o desaparecimento acabavam afetando pessoas e instituições que estavam além da vítima em si – desde aqueles que eram direta ou indiretamente vinculados a ela (familiares, amigos, colegas de trabalho etc), até estruturas sociais nas quais a vítima estava inserida (sindicatos, universidades, órgãos profissionais etc); 4) Havia limitações a nível de infraestrutura repressiva, não existia espaço suficiente para deter todos os civis sequestrados pelas Forças Armadas, pela polícia e pelas demais forças de segurança (DUHALDE, 2013).

Tais argumentos, em outro giro, podem ser percebidos, em consonância com Mbembe (2016), como exercício da necropolítica – delimitando condições de pertencimento para uns, e subjugando aos “mundos de morte” os outros –, nos moldes da expressão máxima da soberania do Estado Terrorista, responsável pela capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer.

Sobre a estruturação da atividade repressiva e sua descentralização, vale destacar a existência de diferentes forças-tarefa – as quais funcionavam como unidades especiais de “luta não-convencional”. Estas foram as responsáveis especificamente pela prática da repressão ilegal e seu objetivo basilar era operacionalizar milhares de detenções, desaparecimentos e extermínios. Para que tais obrigações não ficassem restritas apenas a determinada parcela do pessoal das Forças Armadas, as forças-tarefa eram compostas por uma equipe permanente, mas todos os oficiais eram obrigados a intervir periodicamente em

atividades de captura, interrogatório, assédio e assassinato de detidos, por exemplo, como forma de complementar às equipes fixas e especializadas (DUHALDE, 2013).

No que diz respeito à infraestrutura e à confidencialidade, Duhalde (2013, p. 299, tradução livre)²⁵ afirma que

Na medida em que a repressão ilegal foi massiva, os sequestros só foram possíveis porque havia infraestrutura suficiente para isso: o aparato militar. Este era o único capaz de suprir a quantidade de homens, veículos e armamentos necessários para proporcionar as enormes prisões clandestinas que se converteram os quartéis e dependências militares e policiais. Por outro lado, não se tratava apenas de um problema quantitativo: o aparato militar, inacessível para o restante da população, oferecia a confidencialidade necessária, o segredo indispensável para que esta ação criminosa não tivesse a corroboração pública.

Apesar de muitos dos chamados Centros Clandestinos de Detenção estarem localizados dentro das cidades – ou até mesmo no centro de grandes cidades da Argentina – estes “laboratórios de terror”, nos quais milhares de cidadãos foram torturados, movidos e mortos, foram invisíveis por um longo período aos olhos da população (DUHALDE, 2013).

Conforme aponta o clássico Informe “Nunca Mais” (1984), elaborado pela Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina (CONADEP), estima-se que existiram cerca de 340 Centros Clandestinos de Detenção no decorrer da ditadura militar argentina (1976-1983), espalhados por todo o território do país. Estes foram elaborados para suprimir todos os traços de humanidade dos detidos, com objetivo de desestruturar a identidade dos prisioneiros e violentar seus corpos e mentes.

Os Centros Clandestinos de Detenção foram, em grande medida, a expressão máxima da já mencionada face clandestina do Estado Terrorista. Todavia, estes só eram ocultados da opinião pública, dos familiares e dos advogados da vítima. Como destaca o Informe Nunca Mais (CONADEP, 1984), a existência e o funcionamento dos Centros eram resultados da aplicação de recursos financeiros e humanos provenientes do Estado argentino. Ou seja, funcionários de toda a estrutura hierárquica das Forças Armadas e das demais forças de segurança argentinas tinham os Centros como base de operações e, desse modo, compuseram e executaram o esquema repressivo criminoso do Terrorismo de Estado.

²⁵ No original: “En la medida en que la represión ilegal fue masiva, los secuestros solo fueron posibles porque se contó con una infraestructura suficiente para ello: el aparato militar. Este era el único capaz de suministrar la cantidad de hombres, vehículos y armamentos necesarios y de proporcionar las enormes cárceles clandestinas en que se convirtieron los cuarteles y dependencias militares y policiales. Por otra parte, este no era solo un problema cuantitativo: el aparato militar, inaccesible para el resto de la población, ofrecía la confidencialidad necesaria, el secreto indispensable para que este accionar delictivo no tuviera corroboración pública”.

Para assegurar a confidencialidade (e a continuidade) dos crimes e excessos cometidos pelo Estado Terrorista, esta realidade foi constantemente negada. Externamente, buscava-se transparecer uma situação de legalidade. Com efeito, o general Videla declarava, em 1977, “eu nego categoricamente que existam na Argentina campos de concentração ou presos em estabelecimentos militares, além do tempo indispensável para interrogar uma pessoa capturada numa ação e antes de passar a um estabelecimento carcerário” (CONADEP, 1984, p. 49) e, em 1978,

Não existem presos políticos na República Argentina, exceto algumas pessoas que poderiam estar sujeitas aos Atos Institucionais, que realmente estão presas por sua atividade política. Não há presos por serem meramente políticos ou por não concordarem com as ideias que o Governo sustenta (CONADEP, 1984, p. 49)

Os espaços físicos dos Centros Clandestinos de Detenção tinham procedências diversas – compreendiam desde construções que já eram prisões clandestinas, até locais civis e dependências das Forças de Segurança argentinas, da polícia e das Forças Armadas. Cada uma era coordenada segundo a autoridade militar com jurisdição sobre a área (CONADEP, 1984). Nesse sentido, argumenta Duhalde (2013) que, considerando que os Centros Clandestinos de Detenção foram instalados em unidades militares majoritariamente, evidencia-se o caráter institucionalizado do Terrorismo de Estado.

O caráter institucionalizado da face clandestina do Estado Terrorista argentino, portanto, foi significativamente responsável por difundir o medo entre a população e, conseqüentemente, neutralizar movimentos sociais e políticos que estavam em curso no país. Como indica Padrós (2005, p. 93),

Na sua projeção mais abrangente, o Terrorismo de Estado reforça mecanismos e ações que produzem efeitos psicológicos. A percepção de uma repressão anônima, clandestina e onipresente gera, nos atingidos, a sensação de abandono diante da perda de solidariedade e do quadro de injustiça vigente. A persistência desse estado de coisas difunde ainda mais a insegurança e a atmosfera de medo que leva a uma inércia da população, inércia que anula a luta por seus direitos políticos e civis e suas reivindicações sócio-econômicas.

Por fim, tem-se que a ditadura militar argentina (1976-1983), durante do Processo de Reorganização Nacional, foi caracterizada pelo uso sistemático do Terrorismo de Estado e de suas ferramentas como estratégia central para alcançar seus objetivos, sob a fundamentação da Doutrina de Segurança Nacional. Da combinação entre os preceitos ideológicos proporcionados pela Doutrina de Segurança Nacional e as estratégias institucionais clandestinas do Terrorismo de Estado, em termos humanos, segundo os dados

disponibilizados pelo Informe Nunca Mais (CONADEP, 1984), tem-se o trágico resultado de aproximadamente 30 mil pessoas detidas, desaparecidas ou assassinadas – das mais diversas idades e condições sociais. Além destes, estimam-se outros 10 mil encarcerados, dos quais a maior parcela não tinha processo jurídico, em prisões da República. Mais de 200 mil cidadãos foram exilados e a cifra de desempregados era ainda maior. Milhares de homens e mulheres entraram para as “listas negras” em razão da sua relação com a subversão – em sua ampla definição –, seja pela militância político-social, seja pela atividade intelectual, por exemplo, impossibilitando seu acesso a futuras vagas de emprego.

Com efeito, é possível dizer que o aparelho repressivo do Estado, tão característico das ditaduras militares que assolaram diversos países latino-americanos na segunda metade do século XX, atingiu seu ápice e sua forma mais eficaz no regime argentino. Para tornar mais clara esta afirmação, é proveitosa a comparação com o caso brasileiro. Com duração correspondente a um terço do período total brasileiro, a ditadura militar na Argentina (1976-1983) foi a que teve o maior número de vítimas do Cone Sul (JOFFILY, 2010).

4. TORTURA E VIOLÊNCIA: O CORPO DA MULHER ENQUANTO CAMPO DE BATALHA

O foco deste capítulo está, essencialmente, em investigar o caso em questão a partir da análise de depoimentos das mulheres sobreviventes. O objetivo central, portanto, está em explorar como se deu o emprego da violência sexual e de gênero no decorrer da ditadura militar argentina (1976-1983) e buscar identificar pontos de contato entre gênero, corpo, poder e violência.

Desse modo, na primeira seção, serão levantadas algumas importantes questões acerca da utilização dos depoimentos enquanto fonte primordial para a obtenção de dados. Considerando a escassez de documentações característica de períodos ditatoriais, as narrativas e experiências pessoais ocupam papéis centrais na construção das memórias públicas do terror. Por outro lado, também é abordada a emblemática questão representada pelo silêncio nesta dinâmica.

Em seguida, é feito o estudo do uso da violência sexual e de gênero durante o regime militar na Argentina (1976-1983). Para isso, em um primeiro momento, são apresentadas as fontes dos depoimentos selecionados – sendo elas: o informe *Nunca Mais*, da Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) (1984); o documento oficial da sentença completa da *Causa ESMA Unificada*, disponibilizado pelo *Poder Judicial de la Nación* da Argentina (2018); o documento *Y Nadie Quería Saber*, produzido a partir dos arquivos orais do Memoria Abierta (2012) argentino; e, por fim, o livro *Putas y Guerrilleras*, escrito pelas jornalistas Miriam Lewin e Olga Wornat (2014). Com os dados obtidos pelas análises de 44 depoimentos, foram elaboradas tabelas sintetizando e categorizando as modalidades de violência sexual e de gênero identificadas nos relatos das mulheres. Por fim, são apresentados os paralelos traçados entre o *modus operandi* das violações conforme eles se repetiram nos casos selecionados e as principais conclusões alcançadas.

4.1 Memórias e silêncios: o depoimento enquanto fonte de informação

Como destaca a socióloga argentina Elizabeth Jelin (2017), uma vez que os registros e arquivos documentais são deveras escassos nos períodos de transição posteriores às ditaduras militares e ao Terrorismo de Estado, o depoimento representa uma fonte privilegiada de informações. Seja em razão da destruição de evidências, seja devido ao caráter clandestino da

repressão, após a queda dos regimes autoritários, a ocultação figura enquanto prática política generalizada. Nesse cenário, portanto, “a voz em primeira pessoa ganhou um lugar muito especial nas expressões públicas das memórias do terror” (JELIN, 2017, p. 206, tradução livre)²⁶.

Estas vozes, contudo, podem se apresentar em distintas formas: desde relatos pessoais das vítimas (de prisões, exílios ou dos campos clandestinos, por exemplo), até depoimentos de familiares, pessoas próximas ou outras testemunhas. Mais do que isso, os canais e as formas de comunicação também diferem entre si. Os depoimentos podem ser prestados para comissões investigadoras, para órgãos judiciais e para escritores, por exemplo, por meio de entrevistas, arquivos de história oral, entrevistas, autobiografias, filmes, julgamentos, entre outros. Com efeito, é imprescindível evidenciar que existem diferenças marcantes entre os depoimentos em função dos cenários institucionais nos quais eles são produzidos (JELIN, 2017).

No que diz respeito à história argentina e aos depoimentos sobre a violência contra as mulheres executadas ao longo do Terrorismo de Estado, tem-se que, em um primeiro momento, os testemunhos tinham caráter de denúncia perante às instituições de direitos humanos (tais como a Anistia Internacional e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos) e à imprensa internacional. O objetivo central estava em evidenciar as violações que ocorriam sistematicamente no país, como um esforço para conquistar apoio internacional, visando o fim do regime ditatorial. Em seguida, no período de transição, foram apresentadas denúncias à Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP)²⁷ e às diversas instâncias estatais (MEMORIA ABIERTA, 2012).

É imperioso ressaltar, neste ponto, que o depoimento jurídico deve ser analisado com atenção especial. É fundamental ter em mente a gama de implicações subjetivas que carrega consigo o ato de depor no âmbito dos tribunais militares. É necessário perceber estes relatos considerando os possíveis impactos e influências causados pelo fato de uma mulher ter que depor, na década de 1980, na sede militar e em frente a diversos oficiais uniformizados –

²⁶ No original: “La voz en primera persona ha ganado un lugar muy especial en las expresiones públicas de las memorias del terror”.

²⁷ A Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) foi criada por Raúl Alfonsín, primeiro presidente civil da Argentina após o regime militar (1976-1983), por meio do Decreto 187 em 15 de dezembro de 1983. Formada pelo então governo democrático, seu objetivo fundamental estava em investigar os desaparecimentos forçados de pessoas na ditadura argentina e determinar o acontecido com as vítimas. Conforme consta no informe Nunca Mais, uma das tarefas basilares do então ressurgimento da democracia estava em “recuperar para si a verdade do acontecido, ‘reencontrar seu passado imediato, e submetê-lo ao juízo da comunidade, uma vez reestabelecidas suas instituições fundamentais” (CONADEP, 1984, p. 329).

situação usual no decorrer das investigações e dos julgamentos das Juntas Militares na Argentina (MEMORIA ABIERTA, 2012).

Em uma ponta, o espaço jurídico possibilita o deslocamento simbólico do lugar social ocupado por aqueles que foram afetados (no caso em questão, pela violência do Estado argentino) e prestaram denúncias ao reconhecer tal condição e legitimar a função das testemunhas. Assim sendo, deixam de ser percebidos unicamente enquanto vítimas (comumente entendidas como passivas) e passam a ser vistos como reclamantes. Isto é, em termos jurídicos, a condição de vítima se esvai, dando espaço para o surgimento do “sujeito de direitos” – o qual tem sua voz dotada de valor jurídico, sendo escutada e reconhecida social e juridicamente (MEMORIA ABIERTA, 2012).

Em outro giro, como aponta Jelin (2008), os depoimentos jurídicos devem seguir normas, regras e formatos pré-estabelecidos – conferindo e garantindo-lhes a noção de prova legal, factual, fria e precisa – o que ocasiona, por outro lado, a despolitização das ações violentas em questão. Em suas palavras,

O depoimento, no entanto, deveria ser apresentado conforme as regras legais da evidência aceitável. O que não pôde ser mostrado (o ato de agressão) deveria ser narrado; mas em condições precisas e controladas, de modo que o que se denunciava pudesse ser verificado. De fato, o que é aceitável como prova legal é a lesão corporal. Sentimentos e sofrimento não podem ser medidos ou incluídos; tampouco as ideias ou ideologias dos depoimentos – o que produziu uma “despolitização” do conflito social precedente. Durante as sessões de testemunho, sentimentos e ideologias devem ser suspensos. Quando uma testemunha estava envolvida em emoções, os juízes suspendiam o testemunho até a calma voltar. (...) O testemunho judicial é uma narrativa pessoal de uma experiência vivida, mas o quadro jurídico o divide em partes e componentes: a exigência de identificação pessoal, o juramento de dizer a verdade, a descrição detalhada das circunstâncias de cada evento... O discurso da testemunha deve separar-se da experiência e transformar-se em evidência. Se o desaparecimento é uma experiência para a qual não há lei e não há regra, na qual a vítima deixa de existir como sujeito de direitos, o depoimento no tribunal (da própria vítima e daqueles que a estavam procurando) torna-se um ato que insiste no reconhecimento e na legitimação da sua palavra (JELÍN, 2008, p. 352, tradução livre)²⁸.

²⁸ No original: “El testimonio, sin embargo, debía ser presentado conforme a las reglas legales de la evidencia aceptable. Lo que no podía ser mostrado (el acto de agresión) debía ser narrado; pero en condiciones precisas y controladas, de modo que lo que se denunciaba pudiera ser verificado. De hecho, lo aceptable como prueba jurídica es la herida corporal. Los sentimientos y el sufrimiento no pueden ser medidos o incluidos; tampoco las ideas o ideologías de los testigos - lo cual produjo una "despolitización" del conflicto social precedente. Durante las sesiones de testimonios, tanto sentimientos como ideologías debían ser suspendidos. Cuando un/a testigo se veía envuelto/a en emociones, los jueces suspendían el testimonio hasta que la calma volviera. (...) El testimonio judicial es una narrativa personal de una experiencia vivida, pero el marco jurídico lo quiebra en pedazos y componentes: el requerimiento de identificación personal, el juramento de decir la verdad, la descripción detallada de las circunstancias de cada acontecimiento... El discurso del/a testigo tiene que desprenderse de la experiencia y transformarse en evidencia. Si la desaparición es una experiencia para la cual no hay ley y no hay norma, en la cual la víctima deja de existir como sujeto de derechos, el testimonio en la corte (de la propia víctima y de quienes han estado buscándola) se convierte en un acto que insiste en el reconocimiento y la legitimación de su palabra”.

É crucial destacar outro antigo binômio que este processo realça: a pretensiosa separação entre esfera pública e privada – frequentemente questionada pelas abordagens feministas. Isto porque os relatos sobre a violência sexual e de gênero têm, em seu centro, o corpo. Em contrapartida, no âmbito jurídico especialmente, os sentimentos e emoções que tais experiências carregam consigo devem ser – e são – silenciados.

Jelin (2017) identifica, neste contexto, um paradoxo representado pela centralidade do corpo nas memórias pessoais acerca das torturas e das detenções, por um lado; e, por outro, na dificuldade em incorporar estas experiências no campo das memórias sociais públicas. Esta complexidade se dá, retomando Segato (2014), por estereótipos generificados que associam noções de feminilidade ao particular, ao íntimo – os quais permitem, por exemplo, que crimes sexuais permaneçam apartados da esfera pública e dos interesses gerais da sociedade. Investigar a violência perpetrada pelo Estado militar argentino (1976-1983) implica romper as fronteiras simbólicas entre público/privado a partir da construção de uma memória narrativa da experiência, que é necessariamente pública – em seus mais amplos significados (JELIN, 2017).

A partir disso, a socióloga argentina questiona: “como combinar a necessidade de construir uma narrativa pública com a de recuperar a intimidade e a privacidade?” (JELIN, 2017, p. 210, tradução livre)²⁹. Não há consenso sobre esta resposta. Todavia, entende-se que o ato de fala demanda alteridade, sempre envolvendo o “outro”, que recebe a mensagem direta ou indiretamente – de modo que a construção de um ambiente de confiança se faz necessário, possibilitando que o espaço de escuta seja real (JELIN, 2017).

Sendo os depoimentos relatos sobre memórias e experiências pessoais daquelas que foram alvos diretos da violência perpetrada pelo Estado; e, ainda, os estigmas e preconceitos que perpassam a sociedade civil, é evidente que não são todas as mulheres que puderam – ou quiseram – expor as violações e traumas sofridos no período em questão. Com efeito, a despeito da centralidade da construção destas memórias pessoais e sociais enquanto fontes basilares para a coleta de informações sobre a época, é imperioso respeitar o direito ao silêncio enquanto parte constitutiva de tais narrativas. O silêncio pode ter inúmeros significados – dentre eles, “silêncios por temor em muitos lugares e momentos; silêncios que são produto de uma longa história de dominação; silêncios por cuidar do próximo, poupando-

²⁹ No original: “¿Cómo combinar la necesidad de construir una narrativa pública con la de recuperar la intimidad y la privacidad?”.

lhe de conhecer e compartilhar seus próprios sofrimentos; silêncios como opção e afirmação pessoal” (JELIN, 2017, p. 210, tradução livre)³⁰.

Nessa toada, Brooke Ackerly (2008) indica que comumente percebemos as vozes silenciosas como vozes silenciadas. Essa interpretação é deveras proveitosa para analisar o caso dos depoimentos jurídicos e institucionais especialmente, tendo em vista que mulheres são silenciadas meramente pelas normas, regras e procedimentos destes locais. Em outras palavras, o que se observa é que existem espaços e condições (sociais, econômicas e políticas, por exemplo) que, por si só, impedem a expressão de determinadas memórias e pensamentos – delimitando profundas desigualdades de voz.

Ademais, o silêncio e o não dito podem ser percebidos enquanto expressões de lacunas traumáticas; como silêncios culturais, no sentido de distanciar-se do “outro”, daquele que recebe a mensagem; ou, ainda, podem ser percebidos enquanto consequência dos estigmas sociais e da “vergonha” por eles causada – como esforços para manter a “dignidade humana” ao delimitar espaços de intimidade, evitando expor determinadas questões. Nessa direção, Jelin (2012, p. 121, tradução livre)³¹ sublinha que

A dor e suas marcas corporais podem impedir sua transmissibilidade (...). O sofrimento traumático pode privar a vítima do uso da linguagem, de sua comunicação, e isso pode impedir o depoimento ou permitir que o faça "sem subjetividade". Mas também os/as outros/as podem encontrar um limite na possibilidade de compreensão daquilo que atravessa o mundo corporal e subjetivo daqueles que o sofreram. Questões traumáticas, silenciadas muitas vezes para evitar o sofrimento daqueles que padeceram, podem não ser ouvidas, ou negadas por decisão política ou por falta de um tecido social que as queira receber. Cria-se um meio no qual o silêncio “suspende” e deixa sua expressão e circulação imóveis. Isso pode levar à glorificação ou estigmatização das vítimas (...). Nesses casos, a dissociação entre as vítimas e os demais é exacerbada.

Tendo em vista a já mencionada relevância dos depoimentos e da construção de memórias sociais, é notável que estes são elementos centrais para as investigações acerca do

³⁰ No original: “Silencios por temor en muchos lugares y momentos; silencios que son producto de una larga historia de dominación; silencios por cuidar a otros cercanos ahorrándoles el tener que conocer y compartir sufrimientos propios; silencios como opción y afirmación personal”.

³¹ No original: “El dolor y sus marcas corporales pueden impedir su transmisibilidad (...). El sufrimiento traumático puede privar a la víctima del recurso del lenguaje, de su comunicación, y esto puede impedir el testimonio o permitir hacerlo “sin subjetividad”. Pero también los/as otros/as pueden encontrar un límite en la posibilidad de comprensión de aquello que entra en el mundo corporal y subjetivo de quien lo padece. Las huellas traumáticas, silenciadas muchas veces para evitar el sufrimiento de quien las ha padecido, pueden no ser escuchadas o negadas por decisión política o por falta de una trama social que las quiera recibir. Se crea un medio donde el silencio “suspende” y deja inmóvil su expresión y circulación. Esto puede llevar a una glorificación o a la estigmatización de las víctimas (...). En esos casos, la disociación entre las víctimas y los/as demás se agudiza”.

período. Consequentemente, é fundamental destacar que, para além do valor legal destes relatos apresentados nas diferentes instâncias políticas, há também significativa pressão social sobre estas mulheres violentadas para que compartilhem suas experiências e traumas – que, conforme mencionado, não necessariamente foram superados –, expondo os mínimos detalhes e circunstâncias. Diante disso, na presente pesquisa, entende-se que é imprescindível respeitar as limitações impostas pelo direito ao silêncio, buscando percebê-lo em sua relação com o contexto social e político especialmente. Portanto, em consonância com Jelin (2012), os depoimentos são aqui entendidos como a construção de memórias, a partir de suas múltiplas vozes e suas múltiplas “verdades” – assim como silêncios e coisas não ditas.

4.2 A violência sexual e de gênero na ditadura militar argentina (1976-1983): uma análise a partir dos depoimentos

Neste complexo exercício de construção pública das memórias do terror do período ditatorial argentino, considerando – por um lado – as limitações que circundam a presente pesquisa; e, o intuito fundamental de realçar as vozes vindas dos corpos violentados, por outro; optou-se por analisar depoimentos das próprias mulheres sobreviventes, alvos das ações violentas executadas pelo Estado repressor argentino, em diferentes contextos e momentos históricos. Com efeito, foram selecionados e estudados relatos presentes nas seguintes fontes: o informe *Nunca Mais*, da Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) (1984); o documento oficial da sentença completa da *Causa ESMA Unificada (Causas 1.282 y otras)*, disponibilizado pelo *Poder Judicial de la Nación* da Argentina (2018); o documento *Y Nadie Quería Saber: relatos sobre violencia contra las mujeres en el Terrorismo de Estado en Argentina*, produzido a partir dos arquivos orais do *Memoria Abierta* (2012) argentino; e, por fim, o livro *Putas y Guerrilleras: crímenes sexuales en los centros clandestinos de detención, la perversión de los represores y la controversia en la militancia, las historias silenciadas, el debate pendiente*, escrito pelas jornalistas Miriam Lewin e Olga Wornat (2014). A escolha por investigar discursos com diferentes interlocutores, tempos e espaços permite, a partir da análise quantitativa e qualitativa comparada, alcançar proveitosas conclusões e questionamentos.

É necessário, primeiramente, fazer duas considerações. A primeira delas é que, como mencionado anteriormente, sendo os depoimentos expressões profundamente pessoais sobre experiências traumáticas (nem sempre superadas) e todos os estigmas sociais que a violência

sexual e de gênero ainda carrega consigo, as depoentes serão aqui identificadas apenas pelas letras iniciais dos seus nomes visando evitar exposições desnecessárias – uma vez que tais nomeações em nada influenciam os resultados alcançados por este estudo.

A segunda está relacionada às classificações das modalidades de violência sexual e de gênero utilizadas para categorizar e sintetizar os dados obtidos na análise dos discursos. Em termos gerais, no contexto deste estudo, convergindo com as definições de Scott (1994, 1995, 2012), a violência de gênero é entendida em níveis simbólicos, amplos e abstratos, a partir das classificações, ordens e hierarquias em termos de masculinidades e feminilidades – incluindo, além das relações sociais, todo o universo observado (CARVALHO, 2011).

A violência sexual, por sua vez, é tomada como uma das formas de manifestação da violência de gênero e é definida como toda e qualquer violência dirigida aos órgãos sexuais (JOFFILY, 2010) – podendo esta abranger diversos tipos de agressões – físicas, verbais e psicológicas, por exemplo. Especialmente nos contextos de regimes ditatoriais e de escassez de documentações, este ponto demarca um obstáculo para as análises deste tipo de violência: a dificuldade de tipificação das modalidades de violência sexual. Da análise dos documentos feitas nesta pesquisa, em sua diversidade de fontes, foi possível notar que não existem definições claras, precisas e comuns para a classificação da violência sexual em suas distintas formas de manifestação.

Para lançar luz para o caráter político e estratégico de tais ações violentas no caso em questão especialmente, é crucial perceber o uso da violência sexual em suas especificidades para, então, identificar semelhanças entre os casos relatados. Portanto, a partir dos depoimentos das mulheres sobreviventes, foram definidas categorias com relação às modalidades de violência sexual e de gênero empreendidas pelo aparelho repressor do Estado argentino entre 1976 e 1983. É imperioso frisar, neste ponto, que os recortes aqui estabelecidos foram elaborados considerando unicamente as violações apresentadas nos relatos das sobreviventes nos documentos e fontes específicos – ou seja, é importante reconhecer que são categorias de violências que determinadas mulheres puderam/quiseram compartilhar em seus depoimentos e que, talvez, tais recortes não abarquem todas aquelas experienciadas pelas vítimas do regime. Mais do que isso, vale também mencionar que estas não são as únicas tipificações possíveis, mas, sim, os resultados da leitura de tais discursos pelo presente estudo – que apenas figura enquanto passo inicial para possibilitar investigações nesse sentido.

Isto posto, é possível apresentar os dados obtidos das análises documentais. Assim, a primeira fonte utilizada para o estudo deste caso específico é o informe Nunca Mais (1984) da

Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) na Argentina – o qual representa uma das maiores coletâneas de relatos sobre as inconcebíveis formas de tortura, crueldade e selvageria que demarcaram as atividades repressivas da ditadura militar argentina. Este reuniu 50 mil páginas de depoimentos e investigações, comprovando a existência de 9 mil casos de pessoas desaparecidas e estimando a cifra de 30 mil mortos (CONADEP, 1984).

O trabalho da Comissão representava um esforço inédito no país, sendo a primeira entidade criada nesse sentido na história argentina, e significou “um formidável processo de reconstituição da memória coletiva” (CONADEP, 1984, p. 330). Nesse sentido, a função da CONADEP era intervir no esclarecimento dos fatos acerca dos desaparecimentos forçados das pessoas, mediante o recebimento de denúncias, provas e relatos sobre os ocorridos para, então, estudá-los e remete-los à Justiça conforme fossem identificados os delitos – isto é, não cabia à Comissão o julgamento ou a determinação de responsabilidades. Os depoimentos foram recolhidos em diferentes espaços e em diferentes localidades do país. Para além da presença da CONADEP em suas sedes permanentes, dezenas de delegados da organização percorreram inúmeros pontos no interior do país para compilar a maior quantidade de denúncias possível (CONADEP, 1984).

Com o decorrer das atividades da Comissão, identificou-se que era necessário também instaurar diligências complementares – tal como a inspeção dos Centros Clandestinos de Detenção e a revisão de registros carcerários e policiais, por exemplo. Dessa forma, o trabalho da CONADEP foi se abrangendo e se aperfeiçoando ao longo do tempo. Com os agrupamentos das pastas de denúncias segundo os Centros Clandestinos de Detenção, a coletânea de evidências tornava a prova mais contundente. Em tais processos,

A contribuição dos liberados foi decisiva (...). Estes, que padeceram torturas e humilhações incríveis, aproximaram-se desde o primeiro momento, demonstrando sem rubores o medo que ainda sentiam, mas que conjuravam a força do valor cívico e de impulsos éticos irrefreáveis. Foram eles que trouxeram notícias certas sobre outros desaparecidos; deram detalhes dos campos e se prestaram, além disso, a reconhecer os locais de detenção e torturas (CONADEP, 1984, 336).

Com efeito, de tal acervo, foram selecionadas dezenas de narrativas para compor o livro *Nunca Mais* (CONADEP, 1984) aqui considerado. Neste documento, foram encontrados depoimentos de 13 mulheres que relataram ter sofrido violência sexual e/ou de gênero por parte do aparelho repressivo do Estado ditatorial argentino. Da análise aprofundada de cada um deles, foram obtidos os seguintes dados:

Tabela 2 – Violências sexuais e de gênero identificadas nos depoimentos de mulheres no informe Nunca Mais (CONADEP, 1984)

VIOLÊNCIA	DEPOENTE ³²												
	DNC	FEVC	CGF	NA	MM	NBB	GV	ACL	MBG	SO	GH	TCM	LEB
Nudez forçada	X	X	X	X	X		X	X	X	X		X	
Voyeurismo													
Manuseio	X												
Ameaça sexual verbal	X	X	X	X			X	X	X				
Ameaça sexual física	X	X	X	X									
Ameaça/ agressões a/em frente a família			X		X		X		X	X	X		
Choque elétrico (vagina, seios e/ou ânus)			X	X	X		X		X	X	X	X	X
Violação sexual/ estupro	X		X	X	X	X	X		X	X	X		
Violência relacionada à gravidez					X			X	X				
Exploração sexual													
Felação e/ou masturbação forçada		X											

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do informe Nunca Mais (CONADEP, 1984)

A segunda fonte de depoimentos das quais se vale a presente pesquisa é o documento oficial da sentença completa da chamada *Causa ESMA Unificada (Causas 1.282 y otras)*, disponibilizada pelo *Poder Judicial de la Nación* da Argentina (2018). Nesta, foram investigados 789 crimes contra a humanidade – abrangendo a privação ilegal de liberdade, torturas e homicídios agravados pela aplicação de tortura àqueles que foram perseguidos politicamente – cometidos no âmbito do Centro Clandestino de Detenção que tomava lugar na

³² Conforme mencionado no início desta seção, as mulheres depoentes serão aqui identificadas apenas pelas letras iniciais dos seus nomes para preservar suas identidades.

Escuela de Mecánica de la Armada (ESMA), o qual representou um dos maiores centros repressivos de tortura e reclusão da história argentina. Deste julgamento, resultou a condenação à prisão perpétua de 29 acusados – incluindo Jorge Acosta, um dos principais responsáveis pelo Centro Clandestino de Detenção em questão, e Alfredo Astiz, um dos torturadores mais temidos da ESMA.³³

O exame deste documento oficial se faz deveras proveitoso para este trabalho uma vez que representou um importante avanço jurisprudencial dos últimos anos. Entende-se que a decisão do Tribunal Oral Federal N° 5, o responsável pelo julgamento da *Causa ESMA Unificada*, tomando como base os depoimentos prestados por mulheres que apontaram para as violências sexuais sofridas neste Centro, ordenou a abertura de uma investigação específica a esse respeito. Esta decisão é profundamente significativa, uma vez que

Não apenas revela um (inusitado) interesse do poder judicial em ampliar a investigação sobre estes temas, mas porque a questão da violência (...) para as detidas esteve, desde a transição, associada a leituras tendenciosas e estigmatizadas sobre a complexidade destes vínculos que não eram exclusivos da ESMA, mas que ocorriam em outros Centros (MEMORIA ABIERTA, 2012, p. 20, tradução livre)³⁴.

Sendo um documento oficial jurídico, resultante de um julgamento, tem-se que estes foram produzidos no âmbito dos tribunais militares, conforme formatos, normas, regras e procedimento estritamente pré-definidos – conforme mencionado anteriormente – objetivando a produção de provas legais, factuais e objetivas. Nesse sentido, é relevante destacar que, na sentença completa (um documento de mais de 11 mil páginas), são apresentados dezenas de depoimentos de testemunhas e que estes estão em terceira pessoa – uma vez que são resultados das transcrições realizadas por funcionários responsáveis para que constem nos autos dos processos. Assim, em toda a sentença da *Causa ESMA Unificada*, foram identificados 20 depoimentos de mulheres que atestaram ter sido alvo de ao menos um tipo de violência sexual e/ou de gênero perpetrada pelos agentes da ditadura militar argentina. Os dados alcançados pela análise destes relatos estão sintetizados conforme a tabela a seguir:

³³ SISTEMA ARGENTINO DE INFORMACIÓN JURÍDICA (SAIJ). Causa ESMA Unificada. Disponível em: <<http://www.saij.gob.ar/FA18260020>>. Acesso em: 24 de Fev. de 2020.

³⁴ No original: “No sólo revela un (inusitado) interés del poder judicial por ampliar la indagación sobre estos temas, sino porque la cuestión de la violencia (...) para las detenidas estuvo, desde la transición, asociada a lecturas sesgadas y estigmatizantes sobre la complejidad de estos vínculos que no fueron exclusivos de la ESMA sino que se produjeron en otros centros”.

Tabela 3 – Violências sexuais e de gênero identificadas nos depoimentos de mulheres apresentados na sentença completa da *Causa ESMA Unificada* (PODER JUDICIAL DE LA NACIÓN, 2018)

VIOLÊNCIA	DEPOENTE																			
	BG	AM	CR	MR	LE	AP	LA	GB	NP	SJ	AR	GB	AR	ME	AM	EA	JP	LC	SS	SI
Nudez forçada	X	X	X	X		X	X	X			X	X	X	X	X		X	X	X	
Voyeurismo	X	X		X			X		X	X	X		X	X	X					
Manuseio	X	X		X				X	X		X							X	X	
Ameaça sexual verbal	X		X		X					X	X	X	X	X		X				X
Ameaça sexual física	X				X						X					X				X
Ameaça/agressões a/em frente a família																				
Choque elétrico (vagina, seios e/ou ânus)	X			X	X	X	X			X		X		X						
Violação sexual/estupro	X		X					X		X	X		X		X		X		X	
Violência relacionada à gravidez				X																
Exploração sexual																				
Felação e/ou masturbação forçada					X															

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados da sentença completa da *Causa ESMA Unificada* (PODER JUDICIAL DE LA NACIÓN, 2018)

Já a terceira fonte está representada pelo documento intitulado *Y Nadie Quería Saber: relatos sobre violencia contra las mujeres en el Terrorismo de Estado en Argentina*, produzida pelo Memoria Abierta (2012). Esta, por sua vez, é uma aliança de organizações de Direitos Humanos argentinas, criada nos anos 2000, que visam a promoção da memória social sobre as violações dos direitos humanos que aconteceram no passado recente do país, os

movimentos de resistência e as lutas por verdade e justiça – com o intuito de possibilitar reflexões sobre a conjuntura política atual e fortalecer a democracia. Em outras palavras, o objetivo central está em preservar a memória social que incide na cultura política da Argentina – contribuindo para a construção da identidade e para a consolidação da convivência democrática (MEMORIA ABIERTA, 2012).

Para alcançar tais fins, são reunidos, preservados, organizados e difundidos os arquivos documentais de diversas organizações de Direitos Humanos e, também, arquivos pessoais e institucionais relacionados ao Terrorismo de Estado na Argentina. Ademais, a Memoria Abierta trabalha no sentido de produzir depoimentos sobre questões acerca da vida social e política dos anos 60 e 70, além de questões que envolvem a construção e a preservação da memória do período de violência política na Argentina. Mais do que isso, considerando o propósito de transmissão das memórias sociais, para facilitar o acesso a estes documentos, a Memoria Abierta elabora ferramentas educativas, textos, materiais audiovisuais e exposições que retratam a história do país, relacionando-a com o cenário contemporâneo.

O documento aqui analisado, *Y Nadie Quería Saber*, debate a violência direcionada às mulheres durante a ditadura militar argentina (1976-1983) mediante o estudo de dezenas de depoimentos de mulheres sobreviventes coletados no espaço do Arquivo Oral da Memoria Abierta a partir de 2001. Estes relatos indicam, de distintas formas, denúncias e reflexões sobre ações violentas do período e suas manifestações, seus impactos subjetivos e suas consequências para o presente de acordo com aquelas que foram seus principais alvos. Neste documento, foram localizados depoimentos de 5 mulheres vítimas de violência sexual e/ou de gênero por parte do Estado militar argentino. Os casos analisados tiveram as modalidades de violência sumarizadas da seguinte forma:

Tabela 4 – Violências sexuais e de gênero identificadas nos depoimentos de mulheres apresentados no documento *Y Nadie Quería Saber* (MEMORIA ABIERTA, 2012)

VIOLÊNCIA	DEPOENTE				
	AF	MA	CG	LC	SG
Nudez forçada			X		
Voyeurismo					
Manuseio					
Ameaça sexual verbal	X				
Ameaça sexual física	X		X		
Ameaça/agressões a/em frente a família	X	X			
Choque elétrico (vagina, seios e/ou ânus)					
Violação sexual/estupro	X	X	X	X	X
Violência relacionada à gravidez					
Exploração sexual		X			
Felação e/ou masturbação forçada					

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados na obra *Y Nadie Quería Saber* (MEMORIA ABIERTA, 2012)

A quarta e última fonte é o livro *Putas y Guerrilleras: crímenes sexuales en los centros clandestinos de detención, la perversión de los represores y la controversia en la militancia, las historias silenciadas, el debate pendiente*, escrito pelas jornalistas Miriam Lewin e Olga Wornat (2014), que também foram alvos da repressão política argentina no contexto do Terrorismo de Estado. Esta fonte, por sua vez, distingue-se em grande medida das anteriores no que diz respeito ao ambiente no qual os depoimentos foram produzidos – uma vez que se afasta dos âmbitos formais legais ou dos espaços de instituições e de organizações, por exemplo. São relatos de experiências de mulheres que sofreram as mais cruéis formas de violência sexual e de gênero compartilhados com e escritos por mulheres que também estiveram em tais situações. Além disso, o livro também conta com os relatos autobiográficos das autoras e das repressões sofridas durante a ditadura militar argentina.

Mesmo sendo depoimentos repletos de sentimentos e percepções privadas e pessoais, as autoras se distanciaram das comuns abordagens que retratam a complexidade das repressões de forma distorcida, apenas para representa-las de formas mais “atrativas” – como se fossem filmes. Diante disso, realçam as autoras:

Não foi fácil. Algumas não quiseram conversar ou pediram que seu nome não fosse mencionado no livro. Outras nunca retornaram à ligação, nem responderam aos nossos e-mails. Muitas nunca denunciaram seus agressores. O que elas viveram dentro daquele inferno é tão forte, complexo e doloroso, e deixou feridas tão profundas, que optaram pelo silêncio por razões que têm a ver com vergonha e humilhação, e porque o assunto continua sendo um tabu para aqueles que vêm da militância política. E, também, pelo medo de ser discriminadas ou estigmatizadas por uma sociedade que, 38 anos após a ditadura, ainda é governada por esquemas machistas e retrógrados em relação aos abusos sexuais de mulheres; um obstáculo difícil de superar para muitas (LEWIN, WORNAT, 2014, p. 19, tradução livre)³⁵.

A obra *Putas y Guerrilleras*, portanto, representa um esforço necessário de Miriam Lewin e Olga Wornat (2014) para que estas histórias transpassem os limites da opacidade que as caracterizam há décadas – sendo retratadas em suas misérias, virtudes e contradições e, sobretudo, em respeito às sobreviventes. Considerando que alguns dos casos apresentados pelas jornalistas argentinas já haviam sido analisados segundo as fontes anteriores, foram selecionados e estudados os depoimentos de outras 6 mulheres no livro em questão – os quais têm as ocorrências de violência sexual e de gênero relacionadas conforme a tabela abaixo:

³⁵ No original: “No fue fácil. Algunas no quisieron hablar o pidieron que su nombre no fuera mencionado en el libro. Otras nunca devolvieron la llamada, ni respondieron nuestros correos. Muchas nunca denunciaron a sus abusadores. Lo que vivieron adentro de ese infierno es tan fuerte, complejo y doloroso, y dejó heridas tan hondas, que optaron por el silencio por razones que tienen que ver con la vergüenza y la humillación, y porque el tema continúa siendo un tabú para quienes venimos de la militancia política. Y también, por el temor de ser discriminadas o estigmatizadas por una sociedad, que a 38 años de la dictadura, todavía se rige por esquemas machistas y retrógrados con respecto a los abusos sexuales a las mujeres; un obstáculo difícil de vencer para muchas”.

Tabela 5 – Violências sexuais e de gênero identificadas nos depoimentos de mulheres apresentados na obra *Putas y Guerrilleras* (LEWIN, WORNAT, 2014)

VIOLÊNCIA	DEPOENTE					
	GGR	EA	MC	G	GF	ML
Nudez forçada	X	X	X		X	X
Voyeurismo	X	X	X	X	X	X
Manuseio	X	X			X	X
Ameaça sexual verbal			X	X		X
Ameaça sexual física				X		X
Ameaça/agressões a/em frente a família		X		X		
Choque elétrico (vagina, seios e/ou ânus)	X	X	X		X	X
Violação sexual/estupro	X	X	X	X	X	
Violência relacionada à gravidez		X			X	
Exploração sexual						
Felação e/ou masturbação forçada						

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados na obra *Putas y Guerrilleras* (LEWIN, WORNAT, 2014)

Valendo-se dos dados alcançados por meio da análise e da sistematização da recorrência das violências sexuais e de gênero presentes nos depoimentos de mulheres sobreviventes, na diversidade de fontes aqui consideradas, é possível traçar paralelos acerca do uso sistemático de determinadas modalidades de ações violentas especialmente direcionadas às mulheres no decorrer do Terrorismo de Estado Argentino. Mais do que isso, a partir de certas diferenças que são observadas nos relatos de acordo com cada fonte, são também levantados proveitosos questionamentos acerca da complexidade do estudo do uso sistemático e politizado das violências sexuais e de gênero nos contextos repressivos ditatoriais principalmente – os quais podem motivar estudos posteriores sobre o tema, considerando que envolvem variáveis que estão além das aqui propostas.

Em se tratando das semelhanças encontradas nos depoimentos das sobreviventes analisados nesta pesquisa, tem-se que a violação sexual/estupro e a nudez forçada figuram enquanto as modalidades de violência sexual e de gênero mais recorrentes nos relatos produzidos nas distintas fontes aqui consideradas. Em seguida, tem-se a repetição da menção ao choque elétrico (na vagina, nos seios e/ou no ânus) e às ameaças sexuais físicas e verbais na maior parte dos documentos. Já o voyeurismo e o manuseio foram deveras relatados nos depoimentos prestados no julgamento da *Causa ESMA Unificada* (PODER JUDICIAL DE LA NACIÓN, 2018) e no livro *Putas y Guerrilleras* (LEWIN, WORNAT, 2014), todavia, com pouca ou nenhuma citação nos relatos do informe Nunca Mais (CONADEP, 1984) e no livro *Y Nadie Quería Saber* (MEMORIA ABIERTA, 2012)³⁶. As demais modalidades – ameaça/agressões a/em frente a família, violência relacionada à gravidez, exploração sexual, felação e/ou masturbação forçada – apareceram pontualmente nos depoimentos identificados nas fontes em questão, o que não significa que tenham ocorrido em pequena escala ou afetado poucas mulheres. Como mencionado anteriormente, isto apenas indica que tais práticas não estão presentes nos relatos das mulheres aqui analisados – e este fato pode ser justificado de inúmeras formas, tais como: sendo resultado de uma escolha consciente (ou não) da sobrevivente por não compartilhar ou como resultado da escolha da mulher por enfatizar, no momento do seu depoimento, outros tipos de violências às quais foi submetida, por exemplo. Quaisquer que sejam as razões, na presente pesquisa, argumenta-se pela necessidade de respeitar as limitações impostas pelo direito ao silêncio.

A violação sexual/estupro está entre as modalidades mais mencionadas entre os 44 depoimentos selecionados e, da análise dos mesmos, foi possível notar seu caráter estratégico, sistemático e padronizado conforme foi executada nos Centros Clandestinos de Detenção argentinos. Um uso recorrente desta forma de violência estava associado às sessões de tortura às quais as mulheres vítimas do regime ditatorial eram frequentemente submetidas. Os relatos indicam que, na maioria desses casos, as mulheres eram conduzidas a salas específicas, muitas vezes encapuzadas e vendadas, nas quais eram amarradas a estrados de cama ou a estruturas metálicas, com os braços e as pernas abertos. Nesse cenário, começavam os interrogatórios que podiam se estender por várias horas e, dentre diversas técnicas de tortura utilizadas, a violação sexual/estupro figurava como instrumento central para a coerção das prisioneiras para a obtenção de informações.

³⁶ É importante mencionar, neste ponto, que esta diferença significativa na recorrência de algumas categorias de acordo com as fontes analisadas proporciona questionamentos relevantes para as pesquisas deste tema – o que será retomado e discutido posteriormente.

Para além da reincidência durante as sessões de tortura especificamente, com o objetivo de obter informações, também foram identificados vários casos nos quais a violação sexual/estupro foi utilizada fora deste momento. Em depoimento prestado à CONADEP, a argentina CGF destaca que, além das violações sofridas durante os interrogatórios, foi estuprada também no momento da sua liberação. Em suas palavras:

No dia 14 de junho, às 24h00min, anunciaram que me deixariam livre e me devolveram parte dos meus objetos pessoais (relógio, corrente, dinheiro), que me levava no momento do sequestro. Me tiraram do edifício vendada, me puseram num carro no qual íamos sozinhos, a pessoa que dirigia o carro (que era a mesma que, amavelmente, tratou de mostrar-me que todo o ocorrido foi leve) e eu. Depois de rodar por uma zona de terra esburacada, parou o motor. Disse-me que tinha ordens de matar-me, me fez apalpar as armas que levava no porta-luvas do carro, guiando-me com suas mãos enluvadas, e propôs salvar-me a vida se, em troca, admitisse ter relações sexuais com ele. Acedi à sua proposta, considerando a possibilidade de salvar minha vida e de que fosse tirada a venda dos olhos... Pôs o carro em marcha e, depois que entramos na zona asfaltada, me deu ordem de tirar a venda dos olhos. Conduziu o carro até um motel, me disse que estava se arriscando e que, se eu fizesse algo suspeito, me mataria imediatamente. Entramos no motel, mantivemos a relação exigida sob ameaça de morte, com a qual me senti e considero violada, saímos e me levou à casa dos meus sogros (CONADEP, 1984, p. 37).

Nesse sentido, existem ainda depoimentos que lançam luz para a existência de locais alheios aos Centros Clandestinos de Detenção que eram utilizados unicamente para a violação sexual e o estupro sistemático das mulheres sequestradas por parte dos agentes da ditadura militar argentina. Um desses locais era chamado Guadalcanal, em referência a uma batalha naval heroica da Segunda Guerra Mundial. Os oficiais dividiam-se em turnos para o uso deste departamento com a finalidade de violar sexualmente as mulheres sequestradas pelo regime, o qual, conforme narram Lewin e Wornat (2014, p. 52, tradução livre)³⁷ a partir do depoimento de GGR,

Estava praticamente vazio, havia poucos móveis e, é claro, uma cama de casal. Foi nessa cama, com os lençóis que ele trouxera especialmente, que Jorge Eduardo Acosta, também conhecido como el Tigre, Santiago ou Aníbal, um tenente de 35 anos da Marinha da Argentina, estuprou GGR pela primeira vez.

É proveitoso realçar que a violação sexual/estupro e a ameaça sexual física e verbal são modalidades de ações violentas que estiveram fortemente interligadas, segundo as experiências aqui consideradas, como meios para conseguir informações; e, ainda, como

³⁷ No original: “Estaba prácticamente vacío, había pocos muebles y, por supuesto, una cama matrimonial. Fue en esa cama, con las sábanas que había llevado especialmente, donde Jorge Eduardo Acosta, alias el Tigre, Santiago o Aníbal, teniente de navío de la Armada Argentina, de treinta y cinco años, violó por primera vez a GGR”.

estratégias para coagir as mulheres em diferentes situações – ou seja, como forma de expressão do poder daqueles homens sobre elas. Nesse exercício de coação e demonstração de poder, os militares reiteravam constantemente o discurso de que eles detinham a capacidade decisória sobre a vida e a morte de cada uma daquelas mulheres, isto é, deles dependia que elas continuassem vivendo – e sob quais condições isto se daria. Com efeito, foram comuns os depoimentos apontam terem sido alvos de ambas repetidamente, tal como expressa CGF:

Me amarram com as pernas e braços abertos, voltam a interrogar-me com piores tratos do que antes, agressões verbais e ameaças (...). Depois começaram a introduzir-me na vagina o que mais tarde soube ser um cassetete da polícia. Depois me transferiram a outro recinto, onde me obrigaram a comer algemada a uma mesa. Diante da minha negativa, me levaram a outro quarto, me colocaram parada contra um canto do mesmo e voltaram a interrogar-me, golpeando-me com a cabeça e ameaçando-me introduzir o referido cassetete no ânus (CONADEP. 1984, p. 36)

Ademais, tem-se que as ameaças sexuais (físicas e verbais) e as violações sexuais/estupros também foram frequentes durante as idas ao banheiro. Mais do que isso, é imperioso mencionar que o momento do banho foi frisado em expressiva parcela dos relatos enquanto experiências traumáticas. Nestas ocasiões, recorrentemente as mulheres eram vítimas de diversas modalidades de violências sexuais e de gênero – dentre elas, além das ameaças e violações sexuais/estupro, tem-se a menção à nudez forçada, ao manuseio e ao voyeurismo.

De acordo com os testemunhos, as mulheres eram acompanhadas pelos agentes do aparelho repressivo do Estado até o banheiro e, já durante o caminho, muitas relataram terem sido manuseadas pelos oficiais. Chegando no espaço onde ficavam as duchas, era comum que elas fossem obrigadas a se despir em frente aos guardas, que as observavam todo o tempo. Destacam, ainda, que as cabines não tinham cortinas, nem nada que as separassem dos agentes – os quais permaneciam olhando-as. Para além de todas estas violências, ainda houveram testemunhos daquelas que foram vítimas de violação sexual/estupro durante este momento – este é o caso narrado por GF no livro *Putas y Guerrilleras*,

Quando eles me levavam ao banheiro, uma vez que as algemas estavam abertas, começava uma viagem sem fim pelos corredores – a venda sempre posta – e muitas mãos me tocavam, me agarravam, puxavam minha calcinha, colocavam seus dedos e pênis entre minhas pernas, na minha vagina e esfregavam contra mim, respiravam meu rosto, lambiam-me e ... conversaram comigo! Corpos sem rostos, mãos sem corpos, pênis sem identidade, sem olhos, sem rostos. O que esses corpos me transmitiam naquele momento não era mais o mesmo que torturar, era algo diferente (...). Eles falavam comigo enquanto me tocavam, enquanto derramavam seu sêmen em mim, sussurravam com vozes que pareciam vir de um mundo de angústia, solidão e loucura, um desespero que buscava calma naquele contato fugaz,

desajeitado, absurdo e grotesco. “Sinta-me!” Uma voz murmurou quando um corpo me pressionou contra seu peito e passou seu pênis entre as minhas pernas (...). Era horrível me sentir cega e à mercê daquelas mãos e desses corpos, mas naqueles momentos não haviam golpes, nem a dor da tortura, era muito mais avassalador, nojento o que eu sentia, algo que me pesava (...). (LEWIN, WORNAT, 2014, p. 95, tradução livre)³⁸

A violência sexual e de gênero nesses moldes, como retratada no caso acima, carrega consigo um amplo arcabouço de símbolos e significados, uma vez que transmite mensagens políticas e de poder durante a repressão. Valendo-se, por um lado, de visões de mundo hierarquizantes em termos de masculinidades e feminilidades; e, por outro, das ideologias da ditadura militar argentino – da construção da figura do inimigo interno e do já referido papel militar de “salvadores da pátria” (CALVEIRO, 2006); estes se percebiam superiores às mulheres e buscavam, a todo momento, desqualifica-las. Estas eram consideradas subversivas, contrárias aos valores morais da Nação, por parte dos militares – e pelo regime argentino –, o que “justificava” estes tipos de violação. Nessa toada, durante o julgamento da Causa ESMA Unificada (PODER JUDICIAL DE LA NACIÓN, 2018, p. 641, tradução livre)³⁹, a sobrevivente BGA

Lembrou que durante o tempo em que esteve em "Capuchita", estava deitada no chão, e eles sistematicamente a humilhavam, a torturavam e "manuseavam". Eles a ameaçavam dizendo que ela estava "sob o poder deles". Disse que aqueles que mais a torturaram foram "el gordo Daniel" ou "Selva" e "el gordo Tomás". Que o primeiro sempre estava armado e era seu responsável, uma vez que ela dependia dele para tudo. Expressou que até comentou com ele que havia sido estuprada, obtendo como resposta que tudo poderia acontecer por ali, que os cativos não tinham direito a nada e que eles eram "Deus". Acrescentou que ele deu ordens aos "verdes", que eram os guardas, para estuprá-la, para fazê-la sentir que não tinha dignidade.

³⁸ No original: “Cuando me llevaban al baño, una vez abiertas las esposas, empezaba un interminable recorrido por pasillos - la venda siempre puesta - y un montón de manos me tocaban, me manoseaban, me bajaban las bragas, me metían sus dedos y sus penes entre las piernas, en mi vagina y se frotaban contra mí, me echaban el aliento a la cara, me lamían y... me hablaban! Cuerpos sin caras, manos sin cuerpos, penes sin identidad, sin ojos, sin rostros. Lo que esos cuerpos me transmitían en ese momento ya no era lo mismo que en la tortura, era algo distinto (...). Me hablaban mientras me tocaban, mientras derramaban su semen en mí, susurraban con voces que parecían venir de un mundo de angustia, de soledad y de locura, una desesperación que se buscaba sosiego en ese contacto fugaz, torpe, absurdo, grotesco. "Sentime!", murmuró una voz mientras un cuerpo me apretaba contra su pecho y pasaba su pene por entre mis piernas (...). Era horrible sentirse ciega y a merced de esas manos y de esos cuerpos, pero no había en esos momentos ni golpes, ni era el dolor de la tortura, era más bien agobio, asco lo que sentía, algo que me pesaba (...)”.

³⁹ No original: “Recordó que durante el tiempo que estuvo en "Capuchita", estaba tirada en el piso, y sistemáticamente la bajaban, la torturaban y "manoseaban". La amenazaban manifestándole que estaba "bajo el poder de ellos". Refirió que quienes más la torturaban eran "el gordo Daniel" o "Selva" y "el gordo Tomás". Que el primero siempre estaba armado y era su responsable, por lo que ella dependía en todo de él. Expresó que incluso le comentó a el que había sido violada, obteniendo como respuesta que ahí podía pasar de todo, que los cautivos no tenían derecho a nada y que ellos eran "Dios". Agregó que él le daba órdenes a los "verdes", que eran los guardias, para que la violaran, para hacerla sentir que no tenía dignidad”.

Nesse sentido, durante as torturas especialmente, também era comum que os guardas buscassem depreciar e humilhar as mulheres por meio de atributos de cunho sexual, moral, machista e religioso – tais como “putas comunistas” e “vaidas montoneras⁴⁰”. Assim, defendiam que tais mulheres deveriam modificar suas vidas para, então, serem “recuperadas”. No Centro Clandestino de Detenção da ESMA, inclusive, foi instaurado um “programa de recuperação” para as mulheres sequestradas – ao mesmo tempo em que, por outro lado, elas eram repetidamente violentadas sexualmente. O argumento por eles utilizado era de que se fazia necessário “recuperá-las”, em consonância com os estigmas tradicionais de feminilidade – com relação às vestimentas, aos gestos e aos sentimentos – para, então, “dominá-las”. Neste ínterim, eram praticadas várias formas de violência sexual e de gênero. Sobre tais experiências, relata MA

Houve diferenças entre homens e mulheres (...). Mas, com as mulheres, os marinheiros tiveram algo como um "clique" na cabeça. Digamos que não só éramos todos montoneros, mas também havia mulheres montoneras (...). Eles descobriram que as mulheres pensavam, que elas podiam usar uma arma, que podiam falar de armas, que podiam falar de política, de arte (...). Então, tinham que encontrar naquela militante a essência feminina, começar... Esse era o processo de recuperação, pelo menos com as mulheres: que começássemos a nos arrumar, que começássemos a descobrir a maternidade, que começássemos a ter conversas sobre os meninos, digamos, tirar-nos a Montonera e nos explorar como mulher (...). Com as companheiras houve um uso sexual, uma submissão sexual (MEMORIA ABIERTA, 2012, p. 51, tradução livre)⁴¹

Diante disso, tem-se que a questão da defesa dos valores essenciais assumida pelas Forças Armadas na ditadura argentina (1976-1983), apresentada no capítulo anterior, proporcionou algumas das principais bases sobre as quais foram “amparadas” inúmeras das violências sexuais e de gênero durante o regime. As mulheres eram consideradas duplamente subversivas nesse sentido: em uma face, por se posicionarem contrariamente à ordem vigente; em outra, por não se adequarem aos padrões de gênero e às tradições de feminilidade defendidas pelos valores morais cristãos. Dessa forma, nos relatos de memórias aqui

⁴⁰ Montoneros foi o nome dado a uma organização política de militantes de esquerda, que promovia ações de guerrilha urbana na argentina.

⁴¹ No original: “Había diferencias entre las mujeres y los varones (...). Pero con las mujeres los marinos tuvieron algo así como un “click” en la cabeza. Digamos, no solamente todos éramos Montoneros, sino que además había mujeres Montoneras (...). Descubrieron que la mujer pensaba, que la mujer podía empuñar un arma, que podía hablar de armas, que podía hablar de política, de arte (...). Entonces, había que encontrar en esa militante la esencia femenina, empezar a... Ese era el proceso de recuperación, por lo menos con las mujeres: que empecemos a arreglarnos, que empecemos a descubrir la maternidad, que empecemos a tener charlas de los chicos, digamos, hacernos sacar la Montonera y explotarnos como mujeres (...). Y con las compañeras hubo un uso sexual, un sometimiento sexual. Algunos casos con forcejeos y golpes (...) hubo violaciones bruscas y hubo otro tipo de violaciones, digamos, la violación de hacer uso sexual”.

analisados, destacam-se os acentuados esforços empreendidos pelos militares para a construção discursiva da diferença com o objetivo de desumanização das vítimas, sob a pretensão da defesa da Nação, e a conseqüente “legitimação” de seus atos violentos.

Ademais, é substancial retomar a já indicada nudez forçada. Esta foi a forma de violência de sexual e de gênero mais presente nos depoimentos das mulheres sobreviventes aqui estudados e ela pôde ser identificada nos mais distintos contextos do esquema repressivo argentino – desde o sequestro, o transporte da vítima, até os diferentes momentos experienciados nos Centros Clandestinos de Detenção. As mulheres foram forçadas a se desnudarem ou tiveram suas roupas arrancadas pelos guardas durante as sessões de tortura, no momento do banho e até mesmo enquanto eram transportadas de um ambiente para o outro ou enquanto ficavam algemadas e acorrentadas em suas “celas”. Existem relatos, inclusive, de mulheres que estiveram nuas durante todo o período de sua detenção.

A prática da nudez forçada, para as mulheres especialmente, é profundamente violenta por todas as simbologias de gênero que nela estão envolvidas. São construções culturais, sociais e morais, reiteradas historicamente, que circundam os estigmas desta violação – fazendo com que a vítima se sinta extremamente ameaçada, desprotegida, fragilizada e humilhada, por exemplo. A experiência torna-se ainda pior e mais intensa quando está acompanhada da privação da visão, por meio das vendas e dos capuzes – o que foi atividade recorrente nos Centros Clandestinos de Detenção.

Outras formas de violência que estiveram fortemente ligadas à nudez forçada foram o voyeurismo e o manuseio – os quais atravessaram as vidas das presas políticas em diversos pontos. Assim como foi observado em relação à nudez forçada, não havia um momento específico no qual tais violações se faziam mais rotineiras. Todavia, uma questão que se destacou, por aparecer em diferentes narrativas, é que a combinação destas práticas era tão degradante, humilhante e invasiva para as mulheres que foi muito comum que, em dado momento, elas deixassem de pedir para ir ao banheiro – como tentativa de evitar novas violações.

Em se tratando destas duas modalidades de violência principalmente (voyeurismo e manuseio), as discrepâncias marcantes que demarcam suas aparições nos depoimentos selecionados de acordo com a fonte analisada suscitaram uma proveitosa reflexão para as pesquisas acerca do tema. Isto porque, como é possível notar pela comparação entre as quatro tabelas, houve referência ao voyeurismo e ao manuseio em parcela expressiva dos depoimentos prestados nos julgamentos da *Causa ESMA Unificada* (PODER JUDICIAL DE LA NACIÓN, 2018) e naqueles oferecidos às autoras do livro *Putas y Guerrilleras* (LEWIN,

WORNAT, 2014); ao passo que não foram citados em nenhum dos testemunhos apresentados no livro *Y Nadie Quería Saber* (MEMORIA ABIERTA, 2012) e houve apenas uma menção ao manuseio nos relatos do informe Nunca Mais (CONADEP, 1984) que continham referências à violência sexual e de gênero.

São várias as explicações possíveis para esta queda abrupta de citações entre as fontes e, para todas elas, é valioso ter em mente o contexto social, cultural, histórico e político nos quais estas mulheres estiveram inseridas no momento de compartilhar suas experiências. Uma das explicações repousa no já exposto argumento de que esta diferença pode ser resultado da escolha consciente (ou não) da mulher daquilo que ela desejou compartilhar no momento de narrar suas memórias – optando por priorizar determinadas modalidades de violências em seu relato; ou, inclusive, optando por não as compartilhar.

Outra possível interpretação aponta para a possibilidade de que algumas (ou muitas) mulheres não tenham percebido que tais práticas também representam violências sexuais e de gênero e, conseqüentemente, não as mencionaram em suas falas – valendo realçar, mais uma vez, a influência dos cenários machistas e sexistas aos quais as mulheres são constantemente submetidas ao longo da vida. Ademais, a ausência de categorias e definições precisas e comuns sobre este tema também acabam dificultando seu entendimento e, conseqüentemente, a identificação da ocorrência destas violações.

Outra modalidade de violência sexual e de gênero que esteve pouco presente nas narrativas das mulheres sobreviventes aqui analisadas é a de violência relacionada à gravidez. Este resultado converge os argumentos acima apresentados, uma vez que os dados reunidos pela Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) informam que ao menos 10% das mulheres desaparecidas estavam grávidas no momento em que foram sequestradas, sem contar aquelas que foram vítimas de gravidez indesejada por parte dos agentes repressores do Estado argentino durante a ditadura (CONADEP, 1984) – ou seja, estas representam uma parcela considerável do total.

Este foi o caso de EA, retratado por Lewin e Wornat (2014), a qual foi sequestrada quando estava no quarto mês de gravidez – de modo que essa já se fazia facilmente perceptível. Segundo sua história, “quando a sequestraram, em 19 de abril de 1977, levaram-na ao Vesúvio, espancaram-na, insultaram-na e aplicaram choques elétricos em seu corpo, apesar do fato de que ela estava gritando que estava grávida. Pediu que parassem, que eles

iriam matar o bebê” (LEWIN, WORNAT, 2014, p. 66, tradução livre)⁴². Todavia, EA relata que era notável o sadismo existente em violar mulheres grávidas, uma vez que estas, inclusive, eram consideradas troféus para os repressores. O mesmo ocorreu com MBG (CONADEP, 1984, p. 258),

Um me arranca a camisa e me atiram sobre a placa metálica, onde me amarram os pés e as mãos. Digo-lhes que estou grávida de dois meses e o “Turco Julián” me responde: “se fulana aguentou a máquina estando grávida de seis meses, você vai aguentar; ademais, violem-na”, ordena.

Apesar das privações e das constantes violências sofridas, a gravidez de EA ainda avançou mais alguns meses, até setembro mais especificamente – quando a atenderam no Hospital Militar do *Campo de Mayo*. Este, como aponta o informe Nunca Mais (CONADEP, 1984), foi um espaço de particular violência destinada às gestantes – predominantemente a execução de partos forçados e de partos precipitados. Segundo o relatório oficial da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP, 1984, p. 225)

- a) todos os depoimentos reconhecem unanimemente que no Serviço de Epidemiologia do dito Hospital, alojavam-se detidas cujos ingressos não eram registrados;
- b) que estas eram mulheres em estado de gravidez;
- c) que permaneciam nestas dependências vendadas, ou com os olhos encobertos com óculos pretos e custodiadas;
- d) que, na maior parte dos casos, eram submetidas a operações cesarianas, e que, depois do parto, os destinos da mãe e do filho se bifurcavam, desconhecendo-se totalmente o local para onde eram transferidos

Nessa toada, considerando a separação forçada entre mães e filhos, destaca-se outra categoria de violência sexual e de gênero presente nos depoimentos: a de ameaça/agressões a/em frente a família. Esta modalidade, assim como a relacionada à gravidez, está profundamente conectada com noções generificadas mundo, de masculinidades e feminilidades e, ainda, com os valores tradicionais, morais, machistas e cristãos que (como já apresentado) legitimavam inúmeras violações por parte dos militares argentinos. Nesse sentido, as mulheres eram associadas unicamente ao papel de mãe e, além disso, entendiam a maternidade segundo os moldes da sacralidade, por exemplo. Nesses moldes, as noções de feminilidade, dos papéis sociais das mulheres, estão fortemente vinculadas à família. Por este motivo, esta categoria de violência se fez presente e eficaz na ditadura militar argentina. O

⁴² No original: “Cuando la secuestraron en el 19 de abril de 1977, la llevaron al Vesubio, la golpearon, la insultaron y la picanearon a pesar de que gritaba que estaba embarazada. Pedía que pararan, que iban a matar a su bebé”.

depoimento de SO representa o que relataram diversas outras mulheres: o sequestro e apropriação dos filhos por parte dos militares, em seus dizeres

Fomos brutalmente espancados, depois nos manietaram e vendaram os olhos. Levaram-nos, com meu filho, a um lugar que de início não reconheci. Aí me tiraram o menino, em uma cena espantosa, porque nós dois gritávamos que não nos separassem e ele pedia que não matassem sua mãe. Nesse lugar permaneci durante mais ou menos 18 dias. Sofri todo tipo de torturas, desde ameaça constante de que matariam meu filho, até todo tipo de violações individuais, de vários, comigo somente (CONADEP, 1984, p. 143).

Ademais, também foram vários os depoimentos de mulheres que foram torturadas em frente aos seus filhos e/ou outros membros de sua família. Quando os familiares não estavam presentes fisicamente, era usual que os militares portassem algum pertence dos mesmos ou simplesmente os ameaçassem de alguma maneira – comumente eram ameaças de morte. Esta era uma modalidade utilizada principalmente no sentido de coagir a vítima a fornecer informações.

Com efeito, outra modalidade amplamente utilizada nas sessões de tortura e nos interrogatórios foi a descarga de choque elétrico, capaz de causar dores extremas e até desorientação. Nas mulheres, sua aplicação era direcionada essencialmente à vagina, aos seios e/ou ânus – que são áreas de grande sensibilidade e, mais do que isso, são partes do corpo que remetem à identidade feminina enquanto objeto sexual, tornando-se claros alvos de tortura sexual (JELIN, 2012). A picana elétrica, como era chamado o instrumento capaz de provocar descargas elétricas que variavam entre 80 e 220 volts, é apontada em alguns registros como uma invenção argentina. Esta representou uma das ferramentas de tortura mais utilizadas pelo Terrorismo de Estado nos países do Cone Sul (COELHO, 2010).

Durante os interrogatórios, as aplicações do choque elétrico duravam cerca de 3 horas e, conforme os relatos, era intercalada com inúmeras outros tipos de violações e agressões. Sobre os terrores de tal experiência, compartilha TSM

De minha chegada a “la Perla” me levam imediatamente depois à “sala de tortura” ou “sala de terapia intensiva”. Me despem e amarram com cordas meus pés e mãos às travessas de uma cama, ficando suspensa no ar. Me põem um fio em um dedo do pé direito. A tortura foi aplicada de forma gradual, usando-se duas “picanas” elétricas que tinham diferente intensidade: uma de 125 volts, que me produzia movimentos involuntários nos músculos e uma dor em todo o corpo, aplicada nos olhos, braços vagina e ânus. Outra, de 220 volts, chamada “la margarita”, que me deixou profundas ulcerações, que ainda tenho, e que produz uma violenta contração, como se arrancassem todos os membros de uma vez (...). Também me colocam um pano molhado sobre o peito para aumentar a intensidade do choque. (...) Assim como foi gradual a intensidade das “picanas”, foi gradual o sadismo de meus torturadores (CONADEP, 1984, p. 31)

Conforme exposto, a partir da análise dos casos mediante os discursos das mulheres sobreviventes aos diferentes atos violentos impulsionados pelo Estado durante o regime militar na Argentina, é possível concluir que a prática da violência sexual e de gênero significou uma estratégia constantemente aplicada para a manutenção do seu poder. Afastando-se do discurso da causalidade, que apresenta tais violências enquanto espólios do conflito, o estudo comparado destes 44 depoimentos, em seus diferentes espaços de produção, identificou diversos traços comuns entre as modalidades de violência aqui sistematizadas e apresentadas. Nos mais diferentes Centros Clandestinos de Detenção instaurados na Argentina, foi desempenhado o mesmo *modus operandi* da violência sexual e de gênero.

Nesse contexto, demarcado pelo uso estratégico e sistemático da tortura (e da violência sexual e de gênero especificamente) para a manutenção do poder estatal, as discrepâncias entre masculinidades e feminilidades se sobrepõem – e, em consonância com Joffily (2010), atingem seu ápice. É imperioso destacar, nesse sentido, que as ditaduras militares e as repressões dela consequentes têm gênero (JELIN, 2012). Valendo-se das perspectivas inicialmente apresentadas, considerando que o gênero classifica e hierarquiza todo o universo observado, infere-se que as experiências vividas por homens e mulheres na sociedade são exponencialmente distintas, de modo que os impactos gerados pelos regimes militares também os afetaram de formas significativamente diferentes.

Em consonância com Foucault (1999) e Segato (2014), depreende-se que as ações violentas impulsionadas pelo Estado argentino durante o regime militar, por meio das torturas, funcionaram como instrumentos de punição, aniquilação e apropriação política dos corpos dos indivíduos – destacando, assim, o rigoroso controle e dominação dos corpos exercidos pela biopolítica. Nesse sentido, os locais ocupados pelos corpos das mulheres especialmente e os símbolos por eles representados foram alvos de um exercício contínuo e severo de demarcação de pertencimento e territorialidade empreendido pelo Estado.

Aqui é proveitoso sublinhar, como anteriormente mencionado, o contínuo esforço empreendido pelos regimes ditatoriais em práticas de homogeneização da sociedade. Nesse sentido, a concentração do poder nas chamadas Juntas Militares se fez fundamental para possibilitar a demarcação das características de pertencimento à Nação. Como foi possível notar pela análise dos depoimentos, no caso da ditadura militar argentina (1976-1983), a construção discursiva da diferença desempenhou papel crucial no que tange à desumanização das vítimas. Sob a justificativa do discurso da guerra anti-subversiva em conjunto às visões

generificadas de mundo, foi conferida a “legitimidade” necessária para o uso massivo dos mecanismos de terror impulsionados pelo Estado.

Em consonância com Arendt (1989), pode-se dizer que os Centros Clandestinos de Detenção funcionaram como campos de execução em massa, nos quais o direito à vida era constantemente negado aos “inimigos internos” – que se tornavam, portanto, descartáveis e animalizados. Com efeito, tal regime em muito se assemelhou à noção arendtiana (1989) de cemitérios de paz – nos quais, aos que se distanciam e se contrapõem ao sistema, destinam-se a morte e a destruição.

Mais do que isso, aproximando-se do argumento de Mbembe (2016), tem-se que, na Argentina, o processo de construção do “inimigo interno” e a segmentação social tem suas raízes no período colonial, como resultados de processos históricos de demarcação e pertencimento. Assim, por meio da censura biológica entre a espécie humana, da demarcação da sociedade em grupos e subgrupos – tão característica da Doutrina de Segurança Nacional e do Terrorismo de Estado argentinos –, foi definido quem deveria viver e quem deveria morrer.

Tomando como ponto de partida o estudo dos depoimentos do período, fica evidente o exercício da necropolítica que tomou curso durante a ditadura militar argentina. A face clandestina do Estado terrorista argentino foi responsável pela criação e manutenção de centenas dos chamados “mundos de morte”, espalhados por todo o território – nos quais buscava-se aniquilar todas as formas de existência que destoavam daquelas defendidas pelo poder central. Na conjuntura dos Centros Clandestinos de Detenção, os status de “mortos-vivos”, como define Mbembe (2016), eram os únicos possíveis para os presos políticos – especialmente para as mulheres. Diferentemente da lógica foucaultiana de fazer viver, na Argentina ditatorial, prevaleceu a capacidade de fazer morrer.

Nesse sentido, é imperioso mencionar que a “pedagogia da crueldade” (SEGATO, 2014), que foi frequentemente direcionada às mulheres argentinas, foi capaz de reduzi-las à condição de objeto como forma de manifestação do poder do Estado. Isto porque a violência sexual e de gênero, percebida e utilizada nos moldes aqui apresentados, transmite mensagens políticas e de poder durante o conflito. Com efeito, a possibilidade de violação e abuso fez com que o feminino fosse ressignificado por meio dos corpos das mulheres. Desse modo, a violência sexual e de gênero praticada pelos militares foi responsável também por (re)inscrever o poder de dominação masculina, reforçando a estrutura social patriarcal existente e suas discrepâncias no que tange ao exercício do poder (AUCÍA, 2011 apud. CONTREIRAS, 2018a).

Tendo em vista que estas práticas são construídas sobre visões de mundo binárias e hierarquizantes de gênero – nas quais noções de masculinidades estão associadas à dominação, à força e à agressividade; e noções de feminilidade estão atreladas à submissão, à fraqueza e à inferioridade, por exemplo –, a violência sexual e de gênero, no contexto da repressão argentina, representou uma ferramenta eficaz para atingir comunidades como um todo. A nação passava a ser entendida como algo que necessitava da proteção do homem – assim como a mulher. Criou-se, destarte, uma analogia do corpo feminino como o corpo político da nação. Com efeito, o corpo feminino configurava uma extensão do campo de batalha, um território em disputa (SEGATO, 2014). Desse modo, conclui-se que a violência sexual significa uma experiência profundamente privada e individual de violação e, ao mesmo tempo, altamente politizada e coletivizada.

A repressão, ademais, foi impulsionada e desempenhada por instituições amplamente masculinas e masculinizadas: o Estado, as Forças Armadas e as polícias fundamentalmente. A esse respeito, destaca Joffily (2010, p. 230)

No confronto entre torturadores e militantes mulheres, à oposição de ideias políticas e visão do mundo somavam-se às desigualdades de gênero. Para o agente de segurança, a alteridade que o distanciava do inimigo não poderia ser mais completa. A militante de esquerda, no seu sistema de referências, não está associada à figura mais próxima da mãe, esposa, filha ou irmã, ela ocupa um lugar que se encontra na margem oposta, o de puta, vaca, vadia. Daquela que não se contenta com o espaço privado que lhe cabe de direito, e quer ocupar aquele destinado aos seus pares, os homens. A condição de mulher das oponentes é tomada como um dado a mais a aumentar o fosso que os separa.

De acordo com Jelin (2012), entende-se estas entidades se percebiam enquanto responsáveis pela manutenção da ordem social e de gênero nos moldes tradicionais. Isto é, neste processo, as mulheres foram consideradas duplamente transgressoras e, assim, eram duplamente punidas: em uma ponta, por sua subversão com relação à ideologia defendida pelo Estado; e, em outro giro, por não se adequarem aos padrões de feminilidade a elas impostos pela sociedade patriarcal. Por fim, mais uma vez, fica evidente que o corpo, a violência e os binarismos hierarquizantes de gênero desempenharam papel determinante para a eficaz execução do aparelho repressivo do Estado durante a ditadura militar argentina e, conseqüentemente, para a manutenção do poder político.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi interesse deste estudo examinar, fundamentalmente, como se deu o uso da violência sexual e de gênero impulsionado pelo Estado durante a ditadura militar na Argentina (1976-1983). O objetivo central, portanto, esteve em analisar e explicar algumas das formas por meio das quais a relação entre gênero, corpo e violência estiveram associados ao uso da violência sexual e de gênero, pelo aparelho repressivo estatal, como forma de manutenção do seu poder no regime militar argentino.

No contexto do Terrorismo de Estado, executado ao longo da Ditadura de Segurança Nacional da Argentina, a tortura operou de forma crucial para a manutenção do bom funcionamento da máquina estatal conforme aqui demonstrado. Para além de causar dor, sofrimento e difundir o terror entre a população civil, sua utilização foi estratégica para a obtenção de informações e para o aniquilamento (físico e moral) daqueles que se opuseram ao sistema. Com efeito, ao final desta pesquisa, foi possível concluir que às mulheres foram meticulosamente direcionadas modalidades especiais de violência: as sexuais e de gênero; por parte do aparelho repressivo do Estado militar argentino (1976-1983). Estas, longe de representarem fenômenos novos ou isolados, foram reflexos de ações políticas estratégicas e sistematizadas, construídas sobre binarismos hierarquizantes de gênero, que concebiam os corpos das mulheres enquanto territórios em disputa (SEGATO, 2014).

O caminho que levou a tais conclusões foi delineado por três momentos principais, representados por cada capítulo desta dissertação. O primeiro deles foi dedicado principalmente ao mapeamento do estado da arte deste tópico na área e, ainda, à definição dos conceitos que serviram como fio-condutor para a análise aqui proposta – sendo eles: gênero, poder, morte, violência e corpo. É importante mencionar que, considerando a natureza do tema e das relações internacionais, foram empreendidos esforços no sentido de buscar referências multidisciplinares. Mais do que isso, para além das referências tradicionais, foram realçadas as perspectivas do chamado Sul global nas diferentes seções que compõem este estudo. Estas são aqui consideradas imprescindíveis para aproximar as pesquisas das especificidades e das perspectivas dos países colonizados.

O gênero foi, então, considerado enquanto categoria de análise e definido por Scott (1994, p. 12) como “o saber a respeito das diferenças sexuais”. De tal percepção, resulta uma noção que se fez fundamental para este trabalho: do gênero enquanto princípio de classificação e ordenação de todo o universo observado – isto é, lança-se luz para o fato de que, a partir de construções sociais de masculinidades e feminilidades, são hierarquizadas

ideias, instituições e relações sociais, por exemplo, sob as bases do gênero. Consequentemente, o gênero é capaz de significar as relações de poder.

Na América Latina e nos países do Sul global em geral, é crucial recordar os efeitos e as transformações ocasionados pela colonização na estruturação das relações de gênero que transpassam as sociedades. Segato (2012) argumenta que o processo colonizador significou a imposição pelo Ocidente da lógica binária suplementar – na qual um dos termos é pretensiosamente apresentado como “universal”, ao passo que o segundo se converte em resíduo. Esta ordem implementada nos países do Sul global, disfarçada por discursos igualitários e universais, promove o que é associado às masculinidades às custas da marginalização e exclusão das mulheres e das noções de feminilidades. Este esquema binário, profundamente enraizado na construção das sociedades coloniais modernas, pode ser entendido como o mais eficiente instrumento do poder político (SEGATO, 2012). Sendo assim definido, o gênero adquire potencial explicativo para questões relacionadas às *high politics* – tais como a política, a guerra e o conflito.

Nessa direção, o conceito de poder, por sua vez, foi apresentado em suas diferentes conexões com o corpo, com a violência e com a morte. Para Arendt (2009, 1989) o poder e a violência são entendidos enquanto inversamente proporcionais – isto é, defende-se que a violência se instala onde o poder se esvai. Com efeito, quando a violência destrói todo o poder e busca conservar-se com controle total, emerge o terror. E este figura enquanto traço característico dos governos totalitários, que controlam todas as esferas da vida humana – aproximando-se, assim, do caso argentino.

Outra valiosa forma de perceber o poder e o controle exercido sobre corpos durante a ditadura militar argentina (1976-1983) tem como ponto de partida a noção de biopoder de Foucault (1999). Mediante o emprego de um conjunto de métodos, as denominadas “disciplinas”, é exercido o controle minucioso de todas as operações do corpo – proporcionando sua sujeição constante. Os corpos, nesta interpretação, são realidades biopolíticas. Nesses regimes, a partir do controle e vigilância dos corpos, vigora a lógica do fazer viver e deixar morrer.

Todavia, este é considerado apenas um ponto de partida porque, em consonância com Mbembe (2016), é insuficiente para investigar os cenários políticos e os conflitos nos países colonizados – nos quais se faz crucial politizar a morte. Assim, buscou-se demonstrar neste trabalho que, no regime militar argentino e nos Centros Clandestinos de Detenção essencialmente, a vida esteve subjugada ao poder da morte. A política da Argentina, entre

1976 e 1983, foi mais governada por sua capacidade de fazer morrer do que pela lógica foucaultiana de fazer viver.

Com o intuito de aprofundar a análise das violências desempenhadas no cenário repressivo argentino e aproximá-las das especificidades locais, foram também destacadas as contribuições de Segato (2014), que apontam para a necessidade de incorporar a variável do gênero. Ao pesquisar o uso da violência sexual e de gênero nesta conjuntura, Segato (2014) destaca que os paradigmas territoriais se distanciam dos tradicionais: foi sobre os corpos que foram demarcadas as características de pertencimento. Foi especificamente sobre as mulheres que recaíram os maiores impactos desta lógica territorial. Sob a “justificativa” da subversão e do distanciamento das presas políticas dos valores morais tradicionais da Nação, a elas foi destinada a “pedagogia da crueldade” – como manifestação de violentas explorações do que se destina às feminilidades.

A formação deste arcabouço teórico, por meio da combinação de diferentes conceitos e definições, foi de extrema importância para demonstrar, a partir da análise dos depoimentos das mulheres sobreviventes, o caráter político do uso da violência sexual e de gênero. Tomando o gênero enquanto categoria de análise, a partir das perspectivas da colônia, objetivou-se apresentar as diferentes maneiras por meio das quais a lógica binária, e as construções hierarquizantes de masculinidades e feminilidades, foram – em todos os momentos – resultados de políticas de manutenção de poder, que valorizam as noções de masculinidades, à medida que marginalizam e violentam sistematicamente mulheres e feminilidades. Neste processo e, sob os novos paradigmas da territorialização, os corpos são os espaços nos quais estas construções simbólicas se materializam. Com efeito, no decorrer da ditadura militar argentina (1976-1983), foi possível notar que os corpos das mulheres figuraram enquanto campos de disputa e de batalha em razão dos símbolos e significados que carregam consigo. Foi perceptível, portanto, o papel exercido por construções de gênero nas dinâmicas de manutenção do poder Estatal durante o regime militar argentino e no consequente uso instrumental da violência sexual e de gênero contra as mulheres.

Definido o arcabouço teórico-conceitual, foi possível avançar para o segundo momento: o levantamento histórico sobre o regime ditatorial argentino. O objetivo principal deste capítulo esteve em contextualizar o problema que guiou a presente pesquisa, indicando as principais características da Doutrina de Segurança Nacional e o Terrorismo de Estado – as bases do chamado Processo de Reorganização Nacional da Argentina.

Conforme argumenta Calveiro (2006), a tomada do poder em 1976 foi facilitada – em grande medida – pela antiga relação dos militares com a política argentina e, também, pela

construção histórica do papel das Forças Armadas enquanto “salvadores da pátria”. Diante da grave crise que a Argentina enfrentava, em 24 de março de 1976, os militares se dispuseram a “salvar” o país mais uma vez e, nesse sentido, apresentaram a tomada do poder do Estado como o “cumprimento de uma obrigação irrenunciável” (JUNTA MILITAR, 1980, p. 11, tradução livre)⁴³. Nesse sentido, foi instaurado o Processo de Reorganização Nacional sob forte influência da Doutrina de Segurança Nacional. Esta proporcionou o esqueleto teórico fundamental para o regime militar, uma vez que priorizava ações em defesa da Segurança Nacional, justificando, em certa medida, o protagonismo das Forças Armadas na esfera política da época.

Considerando o cenário político internacional da época, a grande ameaça à Segurança apresentada pelo Ocidente – ou pelos Estados Unidos mais especificamente – era o comunismo, que foi definido como o inimigo fulcral a ser combatido externa e internamente. Assim, era transposta a lógica bipolar da Guerra Fria para dentro das fronteiras nacionais. Com efeito, como se pretendeu demonstrar ao longo deste trabalho, a construção simbólica do “inimigo interno” (resultante da Doutrina de Segurança Nacional) e a consequente necessidade da sua aniquilação (mediante a guerra contra-subversiva) proporcionaram – em grande medida – a “legitimidade” e a “justificativa” suficientes para a execução de inúmeras violações por parte dos militares contra a própria população civil da Argentina.

Nessa toada, destacou-se o papel desempenhado pelo Terrorismo de Estado na execução das ideologias da Doutrina de Segurança Nacional, através da violência estatal essencialmente. O Estado Terrorista (DUHALDE, 2013) representou a expressão máxima da guerra contra-subversiva e desenvolveu-se em sua forma mais eficaz na ditadura militar argentina que teve início em 1976. Argumentava-se que a manutenção da ordem somente seria possível mediante a estruturação de uma face clandestina do Estado, que dispusesse do terror como principal instrumento de ação. Foi sob esta face clandestina do Estado, independente de qualquer legalidade e formalidade, que foram estabelecidos os Centros Clandestinos de Detenção – que tinham entre suas funções principais a supressão de todos os traços de humanidade dos sequestrados, visando desestruturá-los e violentá-los física e psicologicamente.

Estes foram os principais espaços nos quais a violência sexual e de gênero, impulsionadas pelo Estado Terrorista argentino, foi executada massivamente. Neste ponto, foi alcançado o terceiro e último momento da presente pesquisa: o estudo do caso em questão a

⁴³ No original: “en cumplimiento de una obligación irrenunciable”.

partir da análise de depoimentos das mulheres sobreviventes. O intuito fundamental deste último capítulo foi investigar como se deu o uso das diferentes modalidades de violência sexual e de gênero ao longo do regime militar argentino (1976-1983) – visando identificar pontos de contato entre gênero, corpo, poder e violência.

Buscou-se, então, apresentar algumas importantes reflexões acerca do uso dos depoimentos enquanto fonte de informações. Uma vez que usualmente são escassos os documentos e registros sobre os períodos ditatoriais nos períodos de transição, as narrativas e as memórias pessoais ocupam espaço de destaque na construção das memórias públicas das violações. Todavia, é imperioso considerar que estes discursos são substancialmente influenciados pelo espaço, pela época e pelos interlocutores envolvidos no momento da sua produção.

O depoimento jurídico, por exemplo, é feito de acordo com um conjunto de regras, normas e formalidades – visando manter seu *status* de prova legal, afastando todos traços de emoções e sentimentos. Mais do que isso, ao analisar tais relatos, é preciso considerar os possíveis impactos das demais externalidades nos discursos destas mulheres – as quais, já na década de 1980, apresentavam-se nas sedes militares, diante de vários oficiais uniformizados, em uma sociedade profundamente machista. Nestes contextos, era possível notar um esforço para reiterar a pretensiosa separação entre as esferas públicas e privadas – demarcando um binômio: por um lado, a violência sexual e de gênero carrega, em seu centro, o corpo; por outro, o espaço jurídico silencia todos traços de subjetividade. Esta dificuldade se dá, convergindo com Segato (2014), fundamentalmente por construções de gênero, que associam a violência sexual e de gênero enquanto algo íntimo e particular – apresentando os crimes sexuais, por exemplo, enquanto apartados das questões da sociedade.

O que se planejou com tal reflexão foi evidenciar a complexidade de lidar com tais fontes, apontando para a necessidade de, ao estudar das ações violentas executadas pelo Estado argentino, durante a ditadura militar (1976-1983), romper as fronteiras entre público/privado – possibilitando que memórias pessoais, nesse caso, sejam percebidas enquanto experiências públicas.

Outra importante ponderação que se procurou destacar no que diz respeito aos depoimentos foi o direito ao silêncio. Tomando como ponto de partida a infinidade de estigmas e preconceitos que demarcam a sociedade civil e, conjuntamente, que os relatos apresentam experiências pessoais – e, no caso do Terrorismo de Estado, deveras traumáticas –, é compreensível que não foram todas as mulheres que puderam e/ou quiseram expor as violações sofridas. Essencialmente por este motivo, argumentou-se pelo respeito do direito ao

silêncio – devendo ser evitada todo e qualquer tipo de pressão social sobre tais mulheres para que compartilhem suas histórias.

Reconhecendo as limitações da presente pesquisa e visando realçar as vozes vindas dos corpos violentados, optou-se por analisar os depoimentos das próprias mulheres sobreviventes das ações violentas executadas pelos agentes do Estado repressor argentino, em diferentes contextos e momentos históricos. Esta escolha se deu como um esforço para reunir discursos produzidos com diferentes tempos, espaços e interlocutores – buscando garantir a maior diversidade possível para que a análise comparada (quantitativa e qualitativa) proporcionasse conclusões proveitosas. Desse modo, foram identificados e analisados os relatos apresentados nas seguintes fontes: o informe *Nunca Mais*, da Comissão Nacional sobre Desaparecimento de Pessoas (CONADEP) (1984); o documento oficial da sentença completa da *Causa ESMA Unificada (Causas 1.282 y otras)*, disponibilizado pelo *Poder Judicial de la Nación* da Argentina (2018); o documento *Y Nadie Quería Saber*, produzido a partir dos arquivos orais do Memoria Abierta (2012) argentino; e, por fim, o livro *Putas y Guerrilleras*, escrito pelas jornalistas Miriam Lewin e Olga Wornat (2014).

No total, foram identificados e selecionados 44 depoimentos de mulheres sobreviventes que indicavam ter sofrido pelo menos um tipo de violência sexual e de gênero durante a ditadura militar argentina (1976-1983).

Da análise destes relatos, em sua diversidade de fontes, foi possível alcançar uma importante conclusão: não há tipificação única e comum entre os depoimentos para se referir às modalidades específicas de violência sexual e de gênero. Da ausência de categorias comuns, resulta um considerável obstáculo para as investigações acerca do tema – uma vez que se torna mais difícil, à primeira vista, traçar paralelos entre os casos, fazendo com que estes possam parecer desconectados. Assim, valendo-se das violências presentes nos discursos das mulheres, foram delimitadas categorias. Vale mencionar que as modalidades aqui apresentadas não são as únicas possíveis e, talvez, não incluam todas aquelas experienciadas pelas presas políticas – elas representam unicamente os resultados da leitura dos discursos selecionados. Em seguida, os dados obtidos em cada um dos depoimentos foram sistematizados em tabelas, separados de acordo com documentos em que foram retirados.

Outra conclusão alcançada, por meio do estudo dos depoimentos, é que as modalidades de violência sexual e de gênero às quais as mulheres foram submetidas no regime militar argentino tiveram *modus operandi* fortemente semelhantes – inclusive entre os relatos dos diferentes Centros Clandestinos de Detenção. Estes paralelos demonstram que a prática da violência sexual e de gênero direcionada especialmente às mulheres durante a

ditadura militar argentina não foi algo isolado ou mero espólio da guerra, mas, sim, resultado de estratégias Estatais para a manutenção do seu poder. Estas foram dotadas de caráter político, de modo que o corpo da mulher era considerado como corpo político da nação, como territórios em disputa.

Mais do que isso, foi possível observar que estas violações se construíram sobre binarismos hierarquizantes de gênero, nos quais os agentes repressivos do Estado se viam enquanto superiores às mulheres, subversivas. Como se buscou demonstrar, no contexto da repressão e dos Centros Clandestinos de Detenção, as diferenças entre masculinidades e feminilidades se acentuam – o que é marcante nos depoimentos das mulheres sobreviventes, considerando que tais discrepâncias impactaram (direta e violentamente) suas vidas durante a todo momento enquanto permaneceram sequestradas. Almejou-se destacar, nessa direção, que a ditadura militar argentina teve gênero. Como já mencionado, as mulheres foram consideradas duplamente transgressoras e foram, então, duplamente punidas.

Dessa forma, considerando o arcabouço teórico aqui apresentado e a análise do caso específico argentino, o presente estudo buscou demonstrar algumas das formas por meio das quais foram estabelecidos pontos de contato entre gênero, corpo, violência e poder estatal ao longo da ditadura argentina. Nesse sentido, argumentou-se que o uso sistemático da violência sexual e de gênero esteve no cerne da estratégia estatal para a manutenção do seu poder político. Logo, esta prática adquiriu contornos políticos ao expandir a soberania estatal sobre os corpos físicos das mulheres especialmente.

Por fim, com este trabalho, propõe-se que as interconexões entre corpo, gênero, colonialidade e violência são problematizações deveras significativas para os feminismos, especialmente no Sul global. Considerar estes pontos de contato permite identificar relações de poder que foram historicamente obscurecidas nas sociedades coloniais modernas e patriarcais do continente sul-americano.

6. REFERÊNCIAS

ACKERLY, Brooke A. *Universal Human Rights in a World of Difference*. Cambridge University Press: Cambridge, 2008.

<https://doi.org/10.1017/CBO9780511756016>

ÁLVAREZ, Victoria. Denuncias y marcos de escucha para la violencia sexual en tribunales militares durante la última dictadura argentina (1976-1983). *Revista de Estudios de Género*, no. 48, 2018, pp. 423-458.

<https://doi.org/10.32870/lv.v6i48.6796>

ALVES, Fernanda B. *Do corpo político à política do corpo: a violência sexual como prática de exclusão da diferença no genocídio ruandês de 1994*. 2011. 174 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Traduzido por Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *Sobre a violência*. Traduzido por André de Macedo Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BALLESTRIN, Luciana M. de A. Feminismos subalternos. *Estudos Feministas*, vol. 25, n. 3, 2017, pp. 1035-1054.

<https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1035>

BROWNMILLER, Susan. *Against Our Will: Men, Women and Rape*. New York: Fawcett Columbine, 1975.

BUSS, Doris E. Rethinking ‘Rape as a Weapon of War’. *Feminist Legal Studies*, vol. 17, n. 2, 2009, pp. 145-163.

<https://doi.org/10.1007/s10691-009-9118-5>

CALVEIRO, Pilar. *Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina*. Buenos Aires: Colihue, 2006.

CARVALHO, Marília Pinto. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009). *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol. 16, n. 46, pp. 99-117, 2011.

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000100006>

COELHO, Myrna. *Sofrimento e tortura: Brasil (1964-1979) e Argentina (1976-1983)*. 2010. 255 f. Tese – Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina – PROLAM, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da Segurança Nacional: o poder militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COMISSÃO NACIONAL SOBRE O DESAPARECIMENTO DE PESSOAS NA ARGENTINA (CONADEP). *Nunca mais*. Porto Alegre: Editora Pallotti, 1984.

CONTREIRAS, Janaína A. *Corpo de mulher, um campo de batalha: Terrorismo de Estado e violência sexual nas ditaduras brasileira e argentina de Segurança Nacional*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2018a.

_____. *Terrorismo de Estado na Argentina e a violência sexual: algumas reflexões sobre esta prática e seus desdobramentos durante o período democrático*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Estadual de História, ANPUH, Porto Alegre, 18-21 de Julho, 2018b.

_____. “Su dominio sobre nosotras era absoluto”: uma reflexão sobre a violência sexual contra as “inimigas internas” das ditaduras de segurança nacional. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress* (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017, ISSN 2179-510X. pp. 1-13.

COPELON, Rhonda. Gender Crimes as War Crimes: Integrating Crimes Against Women into International Criminal Law. *McGill Law Journal*, vol. 46, n. 1, 2000, pp. 217-240.

DUARTE, André. Poder, violência e revolução no pensamento político de Hannah Arendt. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, São Paulo, vol. 21, n. 3, pp. 13-27, 2016.

<https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v21i3p13-27>

DUHALDE, Eduardo Luis. *El Estado Terrorista argentino*. Buenos Aires: Colihue, 2013.

ENLOE, Cynthia. *Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics*. 2 ed. Berkeley: University of California Press, 2014.

EXÉRCITO ARGENTINO. *Operaciones contra elementos subversivos (RC-9-1)*. Buenos Aires: Instituto Geográfico Militar, 1977.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. *As Palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

FRONTALINI, Daniel; CAIATI, Maria Cristina. *El mito de la Guerra Sucia*. Buenos Aires: Editora CELS, 1984.

HANSEN, Lene. Gender, Nation, Rape: Bosnia and the construction of Security. *International Feminist Journal of Politics*, v. 3, n. 1, 2001, pp. 55-75.

<https://doi.org/10.1080/14616740010019848>

HENRY, Nicola. *War and Rape: Law, Memory and Justice*. New York: Routledge, 2011.

<https://doi.org/10.4324/9780203836194>

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2012.

_____. *La lucha por el pasado: cómo construimos la memoria social*. Siglo Veintiuno Editores: Buenos Aires, 2017.

_____. La justicia después del juicio: legados y desafíos en la Argentina postdictatorial. In: FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de M.; ARAÚJO, Maria P. *Dictadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

JOFFILY, Olívia R. O corpo como campo de batalha. In: Pedro, Joana e Wolff, Cristina S. (Orgs.). *Gênero, Feminismo e Ditaduras no Cone Sul*. Florianópolis: Mulheres, 2010.

JUNTA MILITAR. *Documentos basicos y bases politicas de las Fuerzas Armadas para el Proceso de Reorganización Nacional*. Buenos Aires: Imprenta del Congreso de la Nación, 1980.

LAPID, Yosef. The Third Debate: on the prospects of international theory in a post-positivist era. *International Studies Quarterly*, Bloomington, v. 33, n. 3, p. 236-254, 1989.
<https://doi.org/10.2307/2600457>

LEVENKRON, Nomi. Death and the Maidens: Prostitution, Rape and Sexual Slavery during World War II. IN: HEDGEPEETH, Sonja M.; SAIDEL, Rochelle G. (Eds.). *Sexual violence against Jewish women during the Holocaust*. Waltham: Brandeis University Press, 2010.

LEWIN, Miriam. WORNAT, Olga. *Putas y Guerrilleras: Crímenes sexuales en los centros clandestinos de detención. La perversión de los represores y la controversia en la militancia. Las historias silenciadas. El debate pendiente*. Planeta: Buenos Aires, 2014.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, Rio de Janeiro, n. 32, p. 122-151, 2016.

MEMORIA ABIERTA. *Y nadie quería saber: relatos sobre violencia contra las mujeres en el terrorismo de Estado en Argentina*. Memoria Abierta: Buenos Aires, 2012.

MOLAS, Ricardo Rodríguez. *Historia de la tortura y el orden represivo en la Argentina*. Buenos Aires: EUDEBA, 1984.

MOURA, Samantha N. C. de. *Estupro de mulheres como crime de guerra sob as perspectivas feministas*. 2015. 199 f. Dissertação (Mestrado em Gênero e Direitos Humanos) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. 2015.

NIARCHOS, Catherine N. Women, war, and rape: Challenges facing the International Tribunal for the Former Yugoslavia. *Human Rights Quarterly*, vol. 17, n. 4, 1995, pp. 649–690.
<https://doi.org/10.1353/hrq.1995.0041>

PADRÓS, Enrique Serra. *Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional no Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar*. 434 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

PASCUAL, Alejandra Leonor. *Terrorismo de Estado: a Argentina de 1976 a 1983*. 210 f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 1997.

PELBART, Peter Pál. *Vida capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2009.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de e SZWAKO, José (Orgs.). *Diferenças, igualdade*. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

PODER JUDICIAL DE LA NACIÓN. *Causa ESMA Unificada – Sentencia Completa*. Tribunal Oral En Lo Criminal Federal. Capital Federal, Ciudad Autónoma De Buenos Aires. 5 de Mar. de 2018

RAE, Heather. *State Identities and the Homogenisation of Peoples*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511491627>

ROBIN, Marie-Monique. *Escuadrones de la muerte: la escuela francesa*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2005.

ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. Rio de Janeiro: Alfa-Ômega, 1984.

SAAD TOSI, Lamia Jorge. A banalização da violência e o pensamento de Hannah Arendt: um debate ou um combate? *Revista do Laboratório de Estudos da Violência e Segurança*, Marília, n. 19, pp. 131-159, 2017.
<https://doi.org/10.36311/1983-2192.2018.v19n19.08.p131>

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

_____. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 45, p. 327-351, 2012.

_____. Prefácio a gender and politics of history. *Cadernos Pagu*, n.3, p.11-27, 1994.

SEGATO, Rita Laura. “Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial”. *E-cadernos CES*, n. 18, 2012. Disponível em: <<http://eces.revues.org/1533>>. Acesso em: 1 de Jul. de 2019.
<https://doi.org/10.4000/eces.1533>

_____. *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. Puebla: Pez en el árbol, 2014.
<https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200003>

SEIFERT, Ruth. War and Rape: A Preliminary Analysis. IN: STIGLMAYER, Alexandra (Ed.). *Mass Rape: The War against Women in Bosnia-Herzegovina*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1994.

SKJELSBÆK, Inger. *The Political Psychology of War Rape: Studies from Bosnia and Herzegovina*. New York: Routledge, 2012.

<https://doi.org/10.4324/9780203695616>

SOUZA MENDES, Ricardo Antonio, y "Ditaduras civil-militares no Cone Sul e a Doutrina de Segurança Nacional – algumas considerações sobre a Historiografia." *Revista Tempo e Argumento*, vol. 5, no. 10, 2013, pp. 6-38.

<https://doi.org/10.5965/2175180305102013006>

TICKNER, J. Ann. *Gendering World Politics: issues and approaches in the post-Cold War era*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TRUE, Jacqui. Feminism. IN: BURCHILL, Scott et al. *Theories of International Relations*. 3 ed. New York: Palgrave, 2005.

WALT, Stephen. The Renaissance of Security Studies. *International Studies Quarterly*, v. 35, n. 2, p. 211-239, 1991.

<https://doi.org/10.2307/2600471>